

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA

DIEGO BRAGANÇA DE SANTANA

**FOTOGRAFIA E RESISTÊNCIA NA OCUPAÇÃO NOVO AMANHECER:
EXISTE O INDIVÍDUO EM SOCIEDADE?**

SÃO CRISTÓVÃO

2016

DIEGO BRAGANÇA DE SANTANA

**FOTOGRAFIA E RESISTÊNCIA NA OCUPAÇÃO NOVO AMANHECER:
EXISTE O INDIVÍDUO EM SOCIEDADE?**

Dissertação de mestrado apresentada à Universidade Federal de Sergipe, no núcleo de Pós-Graduação e Pesquisa em Antropologia, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Antropologia Social.

Orientador: Dr. Luiz Gustavo Pereira
de Souza Correia

Coorientador: Dr. Wilson José Ferreira
de Oliveira

SÃO CRISTOVÃO

2016



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA - PPGA
MESTRADO EM ANTROPOLOGIA



DIEGO BRAGANÇA DE SANTANA

**FOTOGRAFIA E RESISTÊNCIA NA OCUPAÇÃO NOVO
AMANHECER: EXISTE O INDIVÍDUO EM SOCIEDADE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Sergipe e aprovada pela Banca Examinadora.

Aprovada em: 30. 06. 2016

Prof. Dr. Luiz Gustavo Pereira de Souza Correia (Orientadora/Presidente)
Programa de Pós-Graduação em Antropologia/UFS

Prof. Dr. Marcelo Alário Ennes
Departamento de Ciências Sociais/UFS

Prof. Dr. Jesus Marmanillo Pereira
Universidade Federal do Maranhão/UFMA

SÃO CRISTÓVÃO
2016

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

S232f Santana, Diego Bragança de
Fotografia e resistência na ocupação Novo Amanhecer : existe o individuo em sociedade? / Diego Bragança de Santana ; orientador Luis Gustavo Pereira de Souza Correia. – São Cristóvão, 2016.
177 f. : il.

Dissertação (mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Sergipe, 2016.

1. Antropologia social. 2. Memória coletiva. 3. Representações sociais. 4. Periferias – Aracaju (SE). 5. Etnologia. I. Correia, Luiz Gustavo Pereira de Souza, orient. II. Título.

CDU 316.64(813.7)

AGRADECIMENTOS

Gostaria de poder agradecer imensamente a todos os envolvidos que dispuseram, de alguma maneira, do seu tempo, vontades e ideias, de modo que pudessem doar um pedaço de si, transformando um mero fragmento e fazendo-o transbordar em visões resultantes de uma plena satisfação. Agradeço e deixo essa minha eterna gratidão e todo o meu carinho a vocês.

À minha mãe Elaine Marinho Bragança, a minha avó Maria Amélia Marinho, a minha tia Luciana Cristina Marinho e ao meu tio Paulo Cesar Marinho por se dedicarem e se preocuparem tanto com o meu futuro, estabelecendo essa escola chamada família, que muito ensinou-me a perceber que tudo o que de fato temos na vida é o nosso caráter, a palavra e a humildade.

Aos protagonistas do presente trabalho, que gentilmente cederam uma parte da história de suas vidas e que, conseqüentemente, acabaram me mostrando que ainda temos muito a aprender quando a linha de fronteira é rompida e passamos a nos importar com o outro, um ilustre desconhecido.

Às queridíssimas Aimée Resende e Maria Antônia Freitas que fizeram muito mais daquilo que podiam fazer e tornaram o projeto e pesquisa possíveis de serem concluídos e compartilhados. Foram incansáveis e atenciosas todo o tempo.

Ao amigo e companheiro de longa data, João Mouzart, por ter me indicado o caminho.

Aos colegas de turma por tornarem os momentos de pesquisa e de tensão, mais leves, compartilhando informações, humor e boas risadas.

A Amanda, Ísis, Átila e Noah, por terem feito todo esse esforço ter sentido em minha vida.

Aos professores Luiz Gustavo Correia, Wilson José Ferreira de Oliveira, Marcelo Ennes e Jesus Marmanillo, que se dispuseram e acreditaram nessa proposta, me proporcionando um incrível aprendizado a respeito das ciências sociais, com as vossas conversas, aulas, observações, críticas e demais contribuições.

“Que é mesmo a minha neutralidade senão a maneira cômoda, talvez, mas hipócrita, de esconder minha opção ou meu medo de acusar a injustiça? Lavar as mãos em face da opressão é reforçar o poder do opressor, é optar por ele. Como posso ser neutro diante da situação, não importa qual seja ela, em que o corpo das mulheres e dos homens vira puro objeto de espoliação e descaso?”

(Paulo Freire)

RESUMO

No presente trabalho, visamos compreender como os atores sociais de uma comunidade da periferia de Aracaju, Sergipe, enxergavam e praticavam a política em seu cotidiano. Essas análises, são pautadas pela investigação acerca da memória, enunciada através das tessituras narrativas, que emergiam por intermédio de entrevistas concedidas pelos antigos moradores. A partir desses depoimentos, foi possível identificar o sentido da trajetória desses sujeitos em um tempo e espaço que se configurou por meio de processualidades simbólicas pretéritas que, por conseguinte, nos permitiram entender como se deram as relações entre os discursos, as identidades, a auto representação, o engajamento e a comunicação. Dado o exposto, optamos por utilizar como método de análise antropológica, a fotoetnografia e a etnografia do ciberespaço, somados a coleta e o cruzamento das informações obtidas a partir da filtragem das fontes documentais.

Palavras-chave: Antropologia Visual, narrativas, memória, auto representação, etnografia do ciberespaço.

ABSTRACT

In this paper, we aim to understand how the social actors of a community on the outskirts of Aracaju, Sergipe, and sighted policy practiced in their daily lives. These analyzes are guided by research on memory, enunciated through the narratives tessitura, which emerged through interviews by former residents. From these statements, it was possible to identify the direction of the trajectory of these subjects in a time and space that is configured through preterit symbolic procedurals that therefore allowed us to understand how to have relationships between the discourses, identities, self representation, engagement and communication. Given the above, we chose to use as anthropological analysis method, Photoethnography and ethnography of cyberspace, added the collection and comparison of the information obtained from the filtering of documentary sources.

Keywords: Visual Anthropology, narrative, memory, self representation, cyberspace ethnography.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 – Panorâmica	38
Imagem 2 – Qual o recado você entendeu?	39
Imagem 3 – Inserção em campo	41
Imagem 4 – Aqui é tempo ruim o tempo todo	42
Imagem 5 – Lugar de mulher é onde ela quiser	43
Imagem 6 – Eu, herói de mim	43
Imagem 7 – Sonhar é preciso	45
Imagem 8 – Com as sobras do passado nós construímos o futuro	45
Imagem 9 – De dentro para fora	47
Imagem 10 – De fora para dentro	48
Imagem 11 – A Defensoria Pública ao lado do povo	49
Imagem 12 – Sentimentos que unem e que removem	52
Imagem 13 – Denisson “Badá” Santos	56
Imagem 14 – Diálogo com os moradores e coordenação do grupo	57
Imagem 15 – Fala de Flaviano e presença do midiativista	58
Imagem 16 – O olhar de Badá ao ver a deputada	58
Imagem 17 - Presença de sindicalismo sergipano	60
Imagem 18 – Desmobilização	62
Imagem 19 – Composição das barricadas	62
Imagem 20 – Pausa para a prosa	64
Imagem 21 – O comunicado	65
Imagem 22 – Presença de profissionais do direito e da comunicação	66
Imagem 23 – Gritos, gestos e muita comemoração	67
Imagem 24 – Legitimação de uma liderança na representatividade do grupo	68
Imagem 25 – Continuidade da comemoração	69
Imagem 26 – O antes de um movimentado e coletivo cotidiano	72
Imagem 27 – O depois de um preenchido e ocioso vazio	72
Imagem 28 – Repasse de informações da coordenadoria do grupo	75
Imagem 29 – Objetivos	75
Imagem 30 – A reorganização do movimento	77
Imagem 31 – A desinformação	78

Imagem 32 – A berlinda	79
Imagem 33 – Ocupação da Prefeitura de Aracaju	80
Imagem 34 – Ocupação Nossa Senhora do Carmo	81
Imagem 35 – Repressão no Povoados Aguadas	82
Imagem 36 – Proteger e servir a quem?	82
Imagem 37 – O aviso	83
Imagem 38 – Coronel Jackson Nascimento e o advogado Igor Frederico	84
Imagem 39 – Lixo acumulado e paralelo a comunidade	87
Imagem 40 – Banheiros improvisados	88
Imagem 41 – Registro auto representativo	92
Imagem 42 – Linguagem e estrutura textual diferente	94
Imagem 43 – Atritos entre os grupos de esquerda	96
Imagem 44 – Profissionais da comunicação conclamados	97
Imagem 45 – Uso e relação do grupo com outras mídias	98
Imagem 46 – Início da mobilização	101
Imagem 47 – Batuque feito pelas crianças	103
Imagem 48 – Homogeneidade do grupo	103
Imagem 49 – Daniel passando o recado	103
Imagem 50 – Relação dos moradores com o Facebook	104
Imagem 51 – O apelo e o beco	105
Imagem 52 – Participação significativa dos moradores	108
Imagem 53 – A assembleia por outro ângulo	109
Imagem 54 – Sala de exibições improvisada	110
Imagem 55 – Conjuntura dos movimentos sociais	112
Imagem 56 – Ação direta para chamar a atenção da sociedade	114
Imagem 57 – Bloqueio da av. Heráclito Rollemberg	115
Imagem 58 – Prefeitura de Aracaju ocupada	116
Imagem 59 – No canto direito da foto, visualizamos Flaviano	117
Imagem 60 – Mais ação direta	117
Imagem 61 – Representatividade da violência policial e midiática	144
Imagem 62 – Panos que escondem os nossos sonhos	145
Imagem 63 – O seu olhar não deve limitar-se apenas ao horizonte	146
Imagem 64 – É o futuro repetindo o passado	147

Imagem 65 – Vila Soma mobilizada em Sumaré, São Paulo	148
Imagem 66 – A recepção	149
Imagem 67 – Aracaju é habitada por espaços vazios	157
Imagem 68 – No lugar de casas populares, temos propaganda	158
Imagem 69 – Arquitetura hostil em Aracaju	163

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
 CAPÍTULO 1 – QUE EU ME ORGANIZANDO POSSO DESORGANIZAR	35
Parte I – Inserção em Campo, Aproximação e Distanciamento	35
Parte II – Auto Representação Atrás das Barricadas	54
 CAPÍTULO 2 - AÇÃO COLETIVA, CULTURA POLÍTICA E O	
CIBERESPAÇO	73
Parte I – Cibercultura e poder	73
Parte II – O Repertório de Ação e o Ambiente de Rede	100
Parte III – Reflexões	120
 CAPÍTULO 3 – A MEMÓRIA É UMA ILHA DE EDIÇÃO	130
Parte I – O Armarinho de Lembranças	130
Parte II – Fotografia: Abdução e Ressignificação	141
 CAPÍTULO 4 – A CIDADE NÃO PARA A CIDADE SÓ CRESCE, O DE CIMA	
SOBE O DE BAIXO DESCE	152
 CONSIDERAÇÕES	166
 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	174

INTRODUÇÃO

Verdadeiramente, a história da Ocupação Novo Amanhecer¹ nos faz voltar a um tempo pretérito em que o tempo presente já não é mais capaz de exprimir e nos fazer compreender acerca das dinâmicas dos movimentos sociais, mais especificamente os que se organizam objetivando a conquista da moradia no estado de Sergipe. Para tanto, apegamo-nos ao passado das imagens estáticas e em movimento, levando-as para o campo de embate e debate da Antropologia Visual (CAIUBY NOVAES, 2012; GODOLPHIM, 1995; ROCHA e ECKERT, 2001; SAMAIN, 2003) e permitirmos o recorte daquilo que nos trazia uma imensidão de significados e de processos simbólicos e que, por conseguinte, acabava por nos levar cada vez mais a uma ampla reflexão do que representou a supracitada ação coletiva. Somados a este conjunto de análises, identificamos e observamos as dinâmicas situacionais, quando relacionadas com as suas respectivas rupturas e eventos que indicavam formas de organização política, rede de solidariedade, autogestão, ausência de cooptação partidária, ciberativismo, atuação de experts, apoio de midiativistas, militância, ativismo e engajamento (ALONSO, 2009; AUYERO, 2013; CEFAÏ e LAFAYE, 2001; GOHN, 2007; MASCLLET, 2006; TOURAINE, 2006).

Devemos lembrar que essa definição prévia quanto ao método de análise escolhido para o desenvolvimento desta pesquisa se deve ao fato de que o Novo Amanhecer, enquanto uma ação coletiva, deixou de existir depois de longos nove meses. Nesse sentido, foi necessária uma reavaliação do método empregado, bem como repensar o objetivo desta pesquisa, porque o nosso objeto ou os sujeitos que constituíram este trabalho já não se encontravam inertes no local de observação de outrora. Sendo assim, buscamos identificar e mapear esses atores sociais a partir de informações dadas por militantes próximos a nós, o que tornou possível estabelecer contato para a promoção de entrevistas. Somados a esses depoimentos, empreendemos também as observações e análises acerca do material de imagem do grupo social estudado, em conjunto com os dados coletados a partir dos resultados obtidos. A partir desse ponto, tornou-se viável

¹ De acordo com estudos feitos pelo IBGE, no ano de 2010, haviam 5,8 milhões de famílias de sem tetos ou que viviam em moradias irregulares no Brasil, enquanto que o número de imóveis vazios chegava a 6,07 milhões. Já em 2014, de acordo com as pesquisas feitas pela Fundação Getúlio Vargas, o déficit habitacional foi de 5,2 milhões. Considerando as pesquisas do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), em Sergipe, entre 2007 e 2012, o déficit habitacional teve seu crescimento, passando de 61.738 para 71.732 domicílios.

identificar as dinâmicas organizacionais e de prática política, emergindo assim, a necessidade de empreendermos também um recorte de memória (ALENCAR, 2007; DÍAZ, 1999; HALBWACHS, 1990; POLLAK, 1989), quer seja ele individual ou coletivo.

Justificamos essa abordagem por entendermos a relevância do desenvolvimento de entrevistas com os observados, para obtermos como produto o deleite de suas narrativas, de modo que os mesmos poderiam construir o seu próprio sentido de memória. Posto isto, foi realizável uma etnografia na qual buscamos apreender esse universo de significados, no que tange à gênese e constituição de mais uma forma de empoderamento de uma cultura clandestina. A priori, debruçamo-nos sobre o pouco material documentado disponível na internet, sendo, em sua maior parte, textos escritos pelos próprios coordenadores da ocupação e publicados em um blog. Nessa varredura superficial pela rede mundial de computadores, foram raros os documentos produzidos por instituições estatais – para não dizer que foram praticamente nulos esses achados – principalmente na figura do executivo municipal, exceto por um documento referente à criação do bairro 17 de Março². Vale colocar também que identificamos registros documentais significativos por meio das matérias publicadas em sites de jornais virtuais, como por exemplo, o site da Infonet. As informações registradas e coletadas nessa busca preliminar nos levaram a avaliar profundamente qual o método que poderia ser adaptável às circunstâncias em que se encontrava o desenvolvimento desta pesquisa, estando de acordo com os objetivos que haviam sido reformulados, até então.

Como se estivéssemos todos, pesquisadores e pesquisados, em uma ilha de edição, reconstruímos os fragmentos atemporais por meio do resgate da memória de um grupo social que desenvolveu a resistência, a luta e a conquista por moradia em meio a um estamento que implementou em sua práxis, o silenciamento e a exclusão de indivíduos que foram vulnerabilizados e forçados a viverem às margens da cidade. As suas narrativas foram coletadas e construídas por meio de entrevistas (história oral) com os antigos moradores da Ocupação Novo Amanhecer e com pessoas que estiveram, de forma direta

² A criação do bairro 17 de Março se deu através da Lei Nº. 4.024 de 15 de abril de 2011, que tramitou na Câmara Municipal de Aracaju e foi sancionada pelo ex-prefeito Edvaldo Nogueira (PC do B). O objetivo da lei era, basicamente, era de viabilizar a construção de conjuntos habitacionais, visando atender as famílias em situação de vulnerabilidade social e de baixa renda que viviam na cidade de Aracaju. De acordo com o último censo do IBGE a respeito do déficit habitacional no Brasil, cerca de 83 mil famílias vivem em situação de vulnerabilidade social na região metropolitana de Aracaju.

ou indireta, relacionadas com essa forma de organização social e periférica. Sendo assim, pressupõe-se que a escrita etnográfica desse texto evidencia a predileção pela proximidade com a polifonia e alteridade no fomento de uma antropologia de caráter mais dialógico, onde os indivíduos aqui observados, puderam construir os seus próprios discursos e o seu lugar de fala. (BARTHES, 2002; FOUCAULT, 2008).

A Ocupação Novo Amanhecer foi uma ação coletiva constituída por moradias irregulares onde em seu ápice comportou trezentas e onze famílias em barracos construídos com estruturas de sobras de móveis e/ou madeira, cobertos com lona preta, folhas de papelão, forros de PVC, dentre outros materiais. Esses materiais eram normalmente encontrados nos pontos de descarte de lixo nas adjacências da comunidade. Sua localização estava encravada no seio do recém-criado bairro 17 de Março, na zona de expansão da cidade de Aracaju, capital do estado de Sergipe.

As famílias ficaram assentadas no local supracitado de março a dezembro de 2013. No decorrer desse período, houve um processo de desmobilização do grupo, que segundo o depoimento de alguns moradores, justifica os motivos que levaram algumas famílias ao êxodo da comunidade: o medo da polícia e a falta de crença de que o objetivo do grupo seria atingido. Ainda mobilizados e coordenados por lideranças da própria comunidade e em conjunto com militantes e experts, empreenderam uma luta coletiva no sentido de conquistar o direito ao Auxílio-Moradia Transitória³. Foram meses de assembleias com moradores ansiosos pela concessão do benefício, com a coordenação da ocupação buscando sempre a paciência, a conscientização e a crença daqueles moradores para que este objetivo fosse alcançado. Dezenas de reuniões entre a coordenação e representantes do executivo municipal foram feitas e as pautas debatidas com muitas garantias e promessas.

De acordo com a Prefeitura de Aracaju, cento e oitenta e uma famílias foram beneficiadas com o auxílio. Com o progressivo desmantelamento da ocupação, as famílias que restaram foram obrigadas a buscar outras formas e locais de moradias: em casa de familiares ou até mesmo em outras ocupações existentes no bairro 17 de Março.

³ De acordo com a Lei nº 3873, de 07 de Maio de 2010, “(...) Fica criado o Benefício Auxílio-Moradia Transitória, que consiste na concessão, pela Administração Pública, de benefício financeiro destinado a subsidiar o pagamento de aluguel de imóvel às pessoas ou às famílias que se encontrem em situação de vulnerabilidade e/ou de risco pessoal e social. (...) Observados os requisitos estabelecidos nesta Lei, especialmente nos Artigos 3º e 4º, serão concedidos benefícios de até R\$ 300,00 (trezentos reais) mensais para cada família beneficiária.”. A referida lei foi tramitada na Câmara Municipal de Aracaju e sancionada pelo ex-prefeito Edvaldo Nogueira (PC do B).

Em contrapartida, as famílias que receberam as concessões do auxílio, puderam, finalmente, ter acesso e alugar imóveis de acordo com os valores do benefício a ser recebido.

Para entendermos de fato a gênese da Ocupação Novo Amanhecer, foi necessário o aprofundamento na questão, para assim compreendermos como e por que essas famílias optaram por ocupar o local onde a comunidade se estabeleceu por nove meses. Entre o fim do segundo semestre do ano de 2012 para o início do segundo semestre do ano de 2013, mais de oitocentas famílias, organizadas e sem veiculação partidária, ocuparam um conjunto residencial construído na gestão do ex-prefeito municipal de Aracaju Edvaldo Nogueira (Partido Comunista do Brasil - PC do B), com verbas do Governo Federal. Através de um processo judicial, a Prefeitura Municipal de Aracaju, em conjunto com a Polícia Militar de Sergipe, cumpriu uma ação de reintegração de posse, expulsando todas essas famílias que lá viviam, logo após a (breve) ocupação das casas do referido conjunto.

Em um momento posterior, algumas lideranças do Movimento dos Trabalhadores Urbanos (MOTU), que afirmavam representar o deputado estadual João Daniel⁴ (Partido dos Trabalhadores –PT/SE), tentaram tomar a frente da situação para conduzir a ação coletiva nesse processo de mobilização. Consequentemente, a tentativa de tomar a liderança e empreender a coordenação do grupo acabou trazendo a insatisfação por parte dos componentes dessas famílias. De acordo com os relatos destes, o repasse de informação exposto por parte das lideranças do MOTU não era transparente e as decisões eram bastante centralizadas. Os antigos atores sociais que compuseram esse grupo, inicialmente, reclamavam da falta de abertura e diálogo para com as partes, de modo que pudesse prevalecer a vontade do grupo.

Outros atores em depoimento nos contam que somados a esses fatos, essas lideranças traziam desconfiança e incômodo por não residirem/ocuparem em conjunto com os outros moradores. Há relatos que mostram que houve tentativa de cooptação e que essas lideranças ofereceram bens como carros e apartamentos para que pessoas de dentro do grupo, com mais expressividade e prestígio social, pudessem fazer com que o grupo apoiasse as decisões tomadas pela coordenação do MOTU. Como nos conta os

⁴ Em novembro de 2015, o deputado federal João Daniel (PT-SE) teve o seu mandato cassado pelo Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe por constatação de irregularidades quanto as verbas de subvenção da Assembleia Legislativa de Sergipe (ALESE), na época em que cumpriu o seu mandato de deputado estadual. Ainda em novembro, enquanto era condenado, João Daniel foi condecorado, pela ALESE, com o título de Cidadão Sergipano. A homenagem foi movida pela então deputada estadual Ana Lúcia (PT-SE).

depoentes, foram justamente essas tensões entre moradores e coordenação que promoveram uma ruptura no grupo. De um total de oitocentas famílias que ocuparam o conjunto residencial no mesmo bairro, menos de trinta famílias ocuparam uma área abandonada logo ao lado de um conjunto residencial de classe média.

Acreditamos que, na tentativa de busca e compreensão da real substancialidade da Ocupação Novo Amanhecer enquanto um espaço de resistência e organização de indivíduos, faz-se necessário entender o que é de fato a zona de expansão de Aracaju, mais especificamente o bairro 17 de Março. Antes de ser designado “Bairro 17 de Março”, os nossos concidadãos aracajuanos se referiam a esta área com a alcunha de “Terra Dura”, primeiro do nome do bairro, o qual ainda consta em alguns registros documentais e mapas da cidade. No entanto, com o passar do tempo, houve a modificação do nome do bairro, que hoje se chama Santa Maria e parece agradar mais aos moradores, porque de acordo com eles, a antiga Terra Dura era muito estigmatizada e sempre estava ligada à ideia de ser um reduto de criminalidade de extrema violência. Atualmente a área é reconhecida como Santa Maria tanto pelas instituições estatais, como pela sociedade civil. Através de um decreto que tramitou pela Câmara Municipal de Aracaju, sendo sancionado no ano de 2011 pelo ex-prefeito Edvaldo Nogueira (PC do B), houve um desmembramento de parte do bairro Santa Maria para servir como canteiro de obras do bairro 17 de Março.

Posto isto, o Santa Maria e o recém-criado 17 de Março⁵ são bairros constituídos por sub-regiões bastantes conhecidas entre os moradores, a exemplo dos conjuntos Padre Pedro, Governador Valadares, Maria do Carmo, Marivan, bem como os loteamentos Paraíso Sul, Stelamares, Luciana, Senhor do Bonfim e Recanto das Mangabeiras. Outras áreas são denominadas de forma mais popular, como o Preol, a Prainha e o Sovaco da Gata, Morro do Avião, Ponta da Asa, dentre outras.

No decorrer da nossa imersão no campo, pudemos observar um recorte de classe muito claro no bairro, e o que identificamos foi que os moradores que lá habitam e transitam são, em sua maioria, trabalhadores que servem como força de trabalho na prestação de serviços para as classes mais abastadas da cidade, tanto em áreas comerciais

⁵ “A grande extensão do terreno permite que ocorra a redução do déficit habitacional de Aracaju em grandes proporções. O Empreendimento “Bairro 17 de Março” visa favorecer a uma considerada parcela da população, tornando-se propício sua inclusão nos programas habitacionais do Governo Federal. O projeto se constitui imperioso ao ponto em que objetiva prover melhores condições de qualidade de vida à população contemplada, otimizando uma demanda capaz de minimizar os parâmetros da realidade habitacional e dos serviços no processo de urbanização da cidade”.

(Trecho retirado do documento virtual da Lei, Nº 4.024 de 15 de abril de 2011, disponível no site da Prefeitura Municipal de Aracaju)

como em áreas residenciais nas regiões mais centrais de Aracaju. Dentre esses trabalhadores, sua maior parte está envolvida com a construção civil e se desloca todos dias, a longas distâncias do Santa Maria ou do 17 de Março para outras partes da cidade, com destino aos canteiros de obras. Também constatamos muitas mulheres que desempenham a atividade de empregada doméstica nos milhares de lares aracajuanos.

Encontramos também a presença de grupos que estiveram em outros espaços da cidade, em ocupações e na luta por moradia digna e própria. Muitos deles já foram moradores de rua e hoje sobrevivem em ocupações pelo bairro esperando a concessão do auxílio-moradia, que de acordo com o que eles dizem, seria uma medida paliativa para dar suporte à espera até a contemplação de um imóvel através da prefeitura ou do governo do estado. A grosso modo, a constituição do antigo bairro “Terra Dura” vai se espalhando em espaços periféricos e distantes do centro e sub centros, como um local de realocações de pessoas em situação de vulnerabilidade. É sabido que esses sujeitos viveram nas ruas ou em outras ocupações pela cidade, e foram expulsos por ações de reintegração e desapropriação organizadas pelo Estado.

Nesse sentido, ao que nos parece, a referida região acaba servindo como um reduto de marginalização social e para o despejo de seres humanos fora do status quo econômico aracajuano. A impressão que temos, nesse momento, é a de que o Estado está tentando implementar uma verdadeira higienização social, para que as ruas desta cidade jamais tenham algum ranço de pobreza, descaso e escárnio. Talvez a máquina estatal não tenha interesse de conviver e muito menos visibilizar aquilo que ela mesmo produz: a miséria. Com essa realidade, milhares de famílias, de empregados e desempregados, de estudantes e analfabetos vivem no bairro 17 de Março, isolados e sem usufruir dos mesmos direitos das classes mais abastadas. Em Aracaju, assim como em tantas outras cidades do Brasil e do mundo, morar nas áreas centrais e suas adjacências, tendo acesso à disposição de serviços públicos, é um privilégio. Parece-nos que o primeiro desafio do morador da periferia é adquirir um imóvel, no qual possa estar evidentemente resguardado e onde possa resguardar toda a sua família; em um segundo momento, o desafio consiste e persiste em ser reconhecido como cidadão e conquistar aquilo que lhe é de direito, podendo ter direito a atendimento médico, de acesso à educação, saneamento básico, segurança, lazer e cultura. É certo que estes são aspectos básicos, mas que nem sempre estão à disposição para quem está na periferia.

A partir das observações e entrevistas feitas com os atores sociais em campo, nesta pesquisa foi possível estabelecermos um panorama com dados preliminares, de modo que pudéssemos tomar a memória enquanto um aspecto de análise coletiva e individual sobre a Ocupação Novo Amanhecer e, consequentemente, deparamo-nos com alguns questionamentos: de que forma que a memória coletiva age sobre o sujeito e como este sujeito age na construção da memória? Como as narrativas nos ajudam a compreender esses processos de coletivização da memória?

Antes que possamos trazer qualquer forma de res

posta que venha satisfazer as nossas curiosidades e inquietações acerca dos questionamentos feitos em linhas anteriores, fazemos neste momento um humilde convite aos caros leitores para então depreciarem por um breve momento a narrativa do autor, buscando entender como foi a escolha do mesmo pelo tema abordado nesta pesquisa. Por vezes, acabamos desenvolvendo uma percepção sobre nós mesmos, de pesquisadores em busca de respostas e soluções para as problematizações no que tange as relações sociais, seja em qual tempo for. Como, quando, de que maneira, e por quê são perguntas normalmente feitas para responder questões pertinentes à pesquisa desenvolvida, todavia, depois de muito observar e analisar o outrem, fica um espaço para analisarmos a nós mesmos, principalmente para entender como foi essa nossa inserção no campo etnográfico e o que pode justificar o apreço e desenvolvimento daquele estudo. Deste modo, sentimos ser necessário colocar dois pontos inquietantes: afinal, o que nos levou e como fomos levados a pesquisar sobre a Ocupação Novo Amanhecer?

Pois bem, nesse exercício de resgate de memória, trazendo à tona aquele cenário e sujeitos de outrora como em um quebra-cabeça, recordamos que em 2012, através do Facebook, tivemos acesso a uma postagem com imagens e um texto de cinco linhas que falava a respeito da Ocupação Pinheirinhos. Essa postagem foi feita por uma página de um coletivo ou movimento social de atuação de Sergipe. A Ocupação Pinheirinhos localizada no município de São José dos Campos, em São Paulo: à época, em seu ápice, a comunidade comportou mais de 6 mil moradores e possuía as dimensões de um bairro, com toda uma estrutura de comércio, igrejas, áreas de lazer, dentre outras coisas.

Ainda sobre a mesma postagem: além da leitura, figurava uma dezena de fotos do processo de reintegração de posse em que a comunidade sofrera no mês de janeiro de 2012. Nessas imagens, percebemos que os moradores estavam em um processo de mobilização muito forte, onde as falanges e linhas de frente nos lembravam um

verdadeiro campo de batalha. Os homens tinham seus corpos revestidos com escudos feitos de canos de PVC e de tonéis de plástico cortados, imitando armaduras dos tempos mais clássicos. As suas cabeças eram protegidas com capacetes de motociclistas, e nas mãos carregavam paus com pregos cravados nas pontas ou barras de ferro. De todos esses aparatos descritos aqui, somados à mobilização para o enfrentamento com a polícia, o que mais nos chamou a atenção naquele momento foi a utilização de um cachorro da raça Pitbull. O cão estava amordaçado nos braços de um dos moradores, em uma das fotos, e na outra já estava ao chão, pronto para ser utilizado no conflito. Aquelas duas cenas, para nós, soaram como algo bastante insólito e surpreendente, passando a impressão de que aqueles indivíduos, provavelmente, dariam a própria vida para proteger o pouco que tinham e defender toda a comunidade.

Até então, a visão que tínhamos sobre a formação de ocupações ou assentamentos, reintegrações e desapropriações, era fruto de veiculação televisiva, sem muito aprofundamento, crítica e até responsabilidade jornalística para com os fatos. Muitas dessas reportagens criminalizavam esses movimentos ligados à luta pela moradia, ou até mesmo quando falavam na TV sobre o Movimento dos Sem Terra (MST). A partir da Ocupação Pinheirinhos, pudemos tomar nota de um panorama geral da questão da moradia no Brasil, e mais especificamente em Sergipe. Alguns meses depois, aprofundamos nossas leituras acerca do déficit habitacional no Brasil e em Sergipe, buscando cada vez mais uma interpretação e problematização dessa dinâmica social. Em Sergipe, a nossa referência era o que estava em voga nas redes sociais, e o que estava em voga era o processo de resistência que se dava através da Ocupação Novo Amanhecer.

Portanto, a partir deste ponto, procuraremos entender de que forma a ação coletiva estudada pode nos servir para ampliar o debate sobre a Antropologia Visual, política e o recorte de memória, de modo que possamos analisar e avaliar como as diversas organizações sociais aqui no Brasil se dão e se sustentam com suas peculiaridades. Se considerarmos o seu meio de inserção, ou seja, no âmbito das pesquisas no Brasil é notório o ciclo que foi criado acerca dos estudos de realidades brasileiras que são relacionadas, analisadas e embasadas sob o prisma do arcabouço teórico-metodológico das escolas francesa, inglesa e norte americana.

Nesse sentido, compreende-se que o pesquisador pode debruçar-se sobre os seus objetos e sujeitos, de modo que possa buscar, encontrar e formular, respectivamente, as peculiaridades, arranjos e teorias que podem ser delimitadas a partir do nosso nicho social

e por conseguinte, chegar “à compreensão de grupos específicos, em circunstâncias particulares, leva a comparações e diálogos com a literatura sobre contextos sociais mais amplos” (Kuschnir, 2007, p. 163). O uso da literatura que já existe a respeito desses contextos sociais no Brasil, somados às recentes pesquisas, permite ampliar e possibilitar o fomento de análises aplicadas a contextos microsociais que nos permitem, futuramente, a construção e conceituação da Antropologia Política e da imagem dentro de um aspecto mais regionalizado.

Tendo em vista as discussões e aprofundamento epistemológico da Antropologia no campo de debate quanto ao indivíduo em sociedade, trazemos uma breve reflexão de como os pesquisadores das Ciências Sociais estão envolvidos na tentativa de compreender de que maneira os fenômenos sociais interferem no indivíduo e como o indivíduo interfere nessa força. Em suma, é preciso entender também como a cultura está transitando entre os pressupostos analisados entre os grupos sociais. Desde o início, considerou-se pertinente trazer esse campo de tensões epistemológicas das Ciências Sociais sobre o indivíduo, cultura e social nas pesquisas, e também de contemplar o leitor, de maneira despretensiosa, com um diálogo esclarecedor sobre quais são essas forças coercitivas que acabam invisibilizando o indivíduo em sociedade, levando-o à margem.

O conceito de sociedade carrega fortemente um plano biológico, ou seja, os pensamentos e ações do indivíduo que giram em torno da sociabilidade acontecem porque a sociedade é inata à espécie humana, como podemos observar, perfeitamente, o mesmo reflexo comportamental em milhares de espécies não humanas. Contudo, o que nos diferencia das demais espécies é a capacidade que temos de abstrair uma ideia de sociedade a partir de conceitos normativos, ou seja, da tentativa de estabelecimento de regras da coexistência. É nesse sentido que Viveiros de Castro (2012) vai considerar este comportamento como uma “agência social”, independente da corrente teórica a ser balizada nas análises, podendo ser ela estruturalista-funcionalista ou na Antropologia Simbólica, por exemplo. Portanto, em um sentido restrito, o conceito de sociedade está sempre associado a uma ideia de delimitação territorial, à criação de uma instituição política que possa tornar um determinado grupo autossuficiente e que possa promover o recrutamento de atores sociais. Nesse aspecto, há um comportamento que nos chama bastante atenção quando este recrutamento ocorre “principalmente por reprodução sexual dos seus membros”. Sendo assim, essas características não levam a crer que simbolicamente podemos distinguir diferentes grupos sociais a partir das suas práticas

culturais, quer sejam elas práticas políticas, religiosas, econômicas, matrimoniais e assim por diante.

Para Barth (1992), os antropólogos contemporâneos conseguem estabelecer um diálogo sobre o conceito de cultura(s), porém, no que tange à parte de conceitualizar a(s) sociedade(s), os pesquisadores das Ciências Sociais ainda não conseguiram determinar uma base firme que pudesse balizar as análises sobre o aspecto do recorte social. Essas observações estão concentradas na hesitação de comparações entre as sociedades menos e mais complexas. O que Barth vai considerar ingênuo, visto que, para ele, os estudos das realidades a partir da ótica das relações sociais consistem em um aprofundamento fundamental para a concepção e entendimento da(s) cultura(s). Nesse ponto, Barth acaba por constituir um elo com a abordagem estruturalista da teoria dos processos políticos de Charles Tilly. De acordo com Alonso (2012, p. 22):

O conceito ressaltava a temporalidade lenta das estruturas culturais, mas dava espaço aos agentes, pois que a lógica volátil das conjunturas políticas os obrigaria a escolhas contínuas, conforme oportunidades e ameaças cambiantes – em contextos democráticos, passeatas são mais seguras que guerrilhas; em contextos repressivos, pode bem ser o contrário.

Ainda sobre a conceitualização de sociedade aplicada à Antropologia, Barth tece críticas e reafirma que seria um erro entendermos que a sociedade está ligada apenas por uma estrutura de relações sociais. Para ele, o pesquisador deve detectar os detalhes que passariam despercebidos em outras leituras. Ainda segundo ele, algumas dinâmicas sociais são analisadas tendo como norte as macroestruturas, onde a agência é coagida por processos promovidos por essas forças estruturantes e que, consequentemente, nessas análises, a agência enquanto recorte antropológico acaba por ficar em um plano distante. Em contrapartida, assim como Tilly, Barth tende a compreender as relações sociais a partir das peculiaridades culturais que põem o agente no campo de embate, de modo que ele possa ser considerado também uma força estruturante. Barth nos mostra como a mídia tende a fomentar a cultura de massas, o que consequentemente leva milhões de pessoas ao estado de alienação e inércia em detrimento da exploração e da manutenção dos oligopólios no poder das grandes nações. Todavia, podemos considerar os indivíduos que

não são alcançados pelo poder coercitivo do Estado e pelo controle promovido às massas através da televisão, que se negam, por exemplo, a adquirir um aparelho de televisão.

A respeito dessas minúcias e peculiaridades tão valorizadas por pesquisadores do calibre de Tilly e Barth, certamente poderíamos considerar desastroso se não percebêssemos quais são as motivações desses indivíduos e, em particular, qual a motivação de cada indivíduo que ocupa esse espaço? No desenvolvimento das pesquisas, o antropólogo precisa considerar tanto o agente quanto os processos estruturantes, talvez considerando as circunstâncias em que uma determinada ação coletiva esteja inserida, sendo possível ao pesquisador se utilizar dessa dicotomia, aproximando-se e/ou afastando-se em dado momento. Como exemplo da aplicação dessa flexibilidade, temos acesso aos vestígios do passado que mostram algumas realidades políticas, as quais consistiam em regimes autoritários que “tentaram varrer” o senso de coletividade dos seus respectivos atores sociais, buscando dividir e enfraquecer para suplantar o medo e a dominação em seu povo. Um dos exemplos clássicos de práticas de dominação do Estado consiste no implemento da privatização dos meios de produção, onde, conseqüentemente, toda a economia e geração de lucro dessas sociedades passam a girar em torno de um grupo pequeno de indivíduos que formam a elite dominante.

Através desse cenário caótico surge uma força reativa, principalmente para quem está aquém dessa dominância e poder estabelecido. Naturalmente, os atores sociais, quando confinados sistemicamente, tendem a criar uma reação que podemos considerar como a gênese de uma ideia de coletividade que poderá trazer algum tipo de transformação social. É nesse sentido, através das pesquisas das Ciências Sociais, que devemos considerar também a influência do agente na estrutura. Quantos exemplos não temos de formas de coletivização que refizeram as macroestruturas e reescreveram a história da humanidade?

Conforme Strathern (1998) aponta-nos que, é preciso questionar essa polarização epistemológica das Ciências Sociais entre indivíduo e sociedade, para de fato percebermos que o conceito de sociedade se tornou tão problemático quanto as considerações feitas ao indivíduo. Até então, dentro da Antropologia Social, as teorias das relações sociais se encontravam em pleno descanso, como se estivessem em “zonas de conforto”. Os antropólogos não consideravam as forças externas e internas que agiam contra uma estrutura social. A quebra da dicotomia “sociedade-indivíduo” foi

fundamental para a compreensão de paradigmas que se encontravam ocultos, e a partir desse momento foi possível perceber que o indivíduo também agia sobre a sociedade.

Em uma análise mais aprofundada das relações sociais na Ocupação Novo Amanhecer, é possível identificar um conjunto de manifestações individuais ou de unidades discretas (STRATHERN, 1998). Dentre elas, um exemplo destacado desse fenômeno é o fato de os moradores se organizarem e resistirem, já que sofreriam com o despejo de uma reintegração de posse. O que esses agentes fizeram foi barrar uma estrutura coercitiva e nefasta do Estado, que costumeiramente reprime milhares de famílias de ocupações irregulares no estado de Sergipe, e que agora, esse dispositivo de controle social teve que lidar com uma ação coletiva que modificou esse ciclo de opressão e reestruturou a forma de pensar a questão da moradia no âmbito regional. Outrossim, se estamos a contar unidades ou pessoas que evidentemente formam um grupo social, podemos, então, compreender que há uma diversidade de grupos sociais que formam a sociedade. O que a supracitada autora está nos colocando, neste ponto, é que esses grupos são individualizados diante do todo, ou seja, são microrrelações em espaço e tempo dentro de uma estrutura macrosocial.

Levando em consideração os diálogos epistemológicos postos nesta pesquisa, voltaremos aqui a suscitar se existe o indivíduo em sociedade? A partir desse questionamento, sustenta-se, como já foi posto anteriormente, a possibilidade considerarmos que a Ocupação Novo Amanhecer, igualmente a tantas outras realidades marginalizadas pelo establishment, estaria em equidade a um reduto de aglutinação de atores sociais. Dentro desse grupo, cada indivíduo possui a sua própria trajetória e carrega consigo uma rede de significados sobre a realidade, e nessa aglomeração encontramos uma distinção de perfis que, dicotomicamente, poderíamos assinalar que muitos estariam ali por serem vulnerabilizados e relacionados com as questões de processos históricos de opressão e exclusão, de racismo, de estigmas, dentre outros.

Por outro lado, encontramos também o perfil de atores sociais que estavam envolvidos com a causa daqueles que são marginalizados pela sociedade civil de maneira geral e pelo poder público, de modo que, mesmo não sendo necessário buscar vias de mobilização dentro de uma ocupação para a busca de direitos no aspecto mais individualizado, esses atores se envolveram com a causa e foram imprescindíveis para o fomento de uma ação coletiva que resistiu ao controle do estamento. Se considerarmos esses últimos perfis e trajetórias biográficas, perceberemos que a macroestrutura nem

sempre é estruturante, ela pode ser em outros contextos de maior peculiaridade, redesenhada por seus atores sociais.

Embora a ênfase do presente trabalho tenha sido desenvolvida a partir dos aportes prático-metodológicos da Antropologia Visual e da Antropologia da Política, parte considerável da literatura utilizada para balizar esta pesquisa tem como o foco de análise a Sociologia da Ação Coletiva. De acordo com as circunstâncias, optamos por focar as nossas análises para o universo de motivações que levam os atores a se engajarem e defenderem as suas respectivas causas. Observamos que seria possível nos utilizarmos de uma Sociologia de caráter mais pragmático, buscando as aplicações de conceitos que fugissem um pouco da normatividade (CEFAÏ, 2009). Nesse sentido, compreende-se que o desenvolvimento de uma análise etnográfica da Ocupação Novo Amanhecer se deu, principalmente, por meio de um exercício de reflexão que foi para além de uma visão macroestrutural das coisas. A princípio, foi necessário adaptar metodologicamente o trabalho de campo, que por sua vez nos permitiu estabelecer uma aproximação com seus principais atores. Além da aproximação e da coleta consubstancial de informações que denotassem qualquer peculiaridade, optamos por trazer um caráter de protagonismo ao presente texto com a memória e as narrativas dos antigos moradores da comunidade.

Na verdade, a contribuição pragmatista de Cefaï e Tilly para a reflexão lançada nessa pesquisa é imensurável porque promove um escopo analítico antropológico que ajuda a compreender as relações sociais de dentro para fora, de forma a valorizar as perspectivas de seus sujeitos. Para Cefaï, o grande desafio do cientista social ao estudar esses grupos é identificar as mudanças da coletividade e do poder institucionalizado quando ambos estão correlacionados. Quando os indivíduos estudados são engessados em um todo, em caráter reducionista e universalista, o pesquisador cai em uma armadilha perigosa, passando a ignorar uma infinidade de formas de organização e atuação, bem como suas aflições e pensamentos que, por ora, são determinantes nesse processo de coletivização. Ou seja, “mais do que ser coagido por estruturas de oportunidade política, o público redefine o horizonte de possíveis (CEFAÏ, 2009, p. 16).

Um ponto chave para entendermos as diversas formas de atuação desses agentes e da ação política como um todo é o envolvimento de ativistas ou militantes engajados que se utilizam da sua expertise para construir a agenda e o repertório de ações de um determinado grupo. O caro leitor terá a oportunidade de se aprofundar nos próximos capítulos e entender como a atuação desses profissionais foi imprescindível para que os

moradores da Ocupação Novo Amanhecer, organizados, tivessem êxito quando resistiram e saíram vitoriosos no processo de reintegração de posse ocorrido no dia 30 de julho de 2013, com efeito, a busca incessante para compreendermos como esses indivíduos estão relacionados e transitando entre os movimentos sociais em Sergipe. Parece-nos haver uma demanda de atores experts que começam a desenvolver a sua militância e engajamento no movimento estudantil (Universidade Federal de Sergipe) no decorrer da sua formação acadêmica e/ou depois da conclusão de Curso e passam então a colaborar com a construção das agendas políticas desses grupos.

Dentre os diversos coletivos e movimentos que estão mobilizados em Aracaju, percebemos o trânsito de profissionais que atuam em diversas áreas e que estão engajados com a construção da pauta de defesa dos trabalhadores, dos estudantes, da juventude, da comunidade LGBT, do feminismo, do transporte público, dentre outros segmentos. Superficialmente identificamos a relação de profissionais do direito e do jornalismo, ligados a esses grupos e compondo as lideranças. São sempre intermediadores entre os processos que ocorrem e tramitam entre as instituições jurídicas do Estado e o a sociedade civil organizada (LOCHARD; SIMONET, 2009; MASCLET, 2006; NONJON, 2005).

Se observamos, por exemplo, o perfil das diversas lideranças que compõem outros movimentos pela luta da moradia no estado de Sergipe, fica perceptível a distinção entre ambos, e observamos na postura de alguns líderes, em tempos de acirramento com o Estado e as suas instituições coercitivas, o desejo pelo diálogo e a preservação da integridade física dos atores sociais envolvidos com a mobilização e enfrentamento. Quando estão em meio às ações de reintegração de posse, na maior parte dos casos, o comando da operação consegue reintegrar o imóvel requerido judicialmente o motivo é que o efetivo policial e o aparato bélico sempre é superior, e nesses casos, a Polícia Militar acaba encontrando esses moradores desmobilizados. Parece-nos que este último perfil colocado tem uma relação com o perfil de cooptação por via de partidos e lideranças políticas, e é esse o motivo da desmobilização. De forma genérica, os movimentos de moradia em Sergipe acabam fazendo um verdadeiro jogo de cartas marcadas; pessoas ligadas a partidos políticos e políticos acabam promovendo visitas esporádicas nessas ocupações com intuito de conseguir mais eleitores para sustentar a eleição dos candidatos os quais apoiam.

Em uma outra situação, vemos outros líderes com um posicionamento mais inclinado para o enfrentamento contra o Estado, construindo uma mobilização rígida de

forma a preservar o poder do coletivo, com a fomentação de políticas dentro da comunidade onde os moradores possam fazer aquilo que o Estado lhe nega a participação política na tomada de decisões, principalmente se a coordenação do movimento é construída com horizontalidade. No perfil ideológico dessas lideranças identificamos um laço muito forte desses líderes com o marxismo; e quanto mais transitam em partidos menos expressivos e de menor capital material e simbólico, mostram-se mais aguerridos e voltados para o embate. Muitos, inclusive, transitam em sindicatos. Sem sombra de dúvida, essas lideranças que são construídas no seio da comunidade, ou seja, de atores sociais, experts ou não, que transitam por maior tempo no sentido de construir a mobilização ou para atingir este objetivo, sentem a necessidade de residir na própria ocupação; como consequência, ganham maior confiança dos moradores e adiantam efetivamente o processo de organização comunitária. Vale ressaltar que esses agentes falam das relações postas no âmbito coletivo e local com maior propriedade quando comparados com lideranças que são cooptadas.

Prosseguindo com as análises feitas dos líderes e da expertise de que esses profissionais podem contribuir com a legitimação das causas que defendem no seio dos movimentos sociais, faz-se necessário apreender como esses profissionais desenvolvem o seu engajamento em detrimento das ações do Estado, e como a não participação deste mesmo perfil acaba trazendo algum tipo de distinção entre um movimento e outro. A presença da expertise engajada e atuando na Ocupação Novo Amanhecer foi trivial, levando conseqüentemente o grupo ao êxito da resistência. Essas ações coletivas somadas à participação de experts que não só intermediam os trâmites entre Estado e o grupo, objetivam o alcance da autonomia, de modo que a massa insatisfeita e mobilizada possa se utilizar de intermediadores que legitimem tecnicamente as suas respectivas pautas. De acordo com Cefaï (2009, p. 18):

As experimentações dos fóruns híbridos, ainda que nem sempre digam respeito ao campo decisório, se articulam com frequência com empreendimentos associativos e restituem aos cidadãos uma parte de deliberação até então reservada aos eleitos e aos experts.

Devemos destacar também que nem sempre essas mobilizações surtem o efeito desejado e podem provocar um retrocesso no processo de intermediação democrática em conjunto com as instituições. Ao levarmos em conta essa variabilidade, percebemos a

necessidade de modificação “das teses dominantes sobre o processo político”. A proposta de abordagem teórica da pesquisadora Ann Mische, parece-nos bastante pertinente para entendermos esse processo de politização coletiva na Ocupação Novo Amanhecer diante da segregação estabelecida pelo poder público.

Mische (2009), utiliza-se de uma “concepção deweyana” desses atores: as ações coletivas passam a ser moldadas “por meio de rupturas em equilíbrios situacionais”, ou seja, os atores dessas ações coletivas possuem como objetivo, a busca pelo enfraquecimento e derrubada do inimigo político. Essa postura se intensifica a partir do momento em que os meios de coerção são utilizados para formarem uma verdadeira conjuntura combativa: novas alianças partidárias podem ser formadas, os meios de comunicação podem ser utilizados a favor ou contra de práticas especulativas que promovem o questionamento do povo em meio ao cenário de decisões. Nesse sentido, observando que há este mesmo cenário de dinâmica política entre duas partes, ou seja, entre o grupo pesquisado e o Estado, temos também o objetivo de observar e entender como a ação coletiva estudada aqui e os seus sujeitos, experimentaram e compreenderam o poder. A partir dessas análises, somadas a análise do trabalho de campo empreendido e com o esmiuçamento das narrativas feitas pelos moradores da Ocupação Novo Amanhecer, criamos um parâmetro onde foi possível apreender e debater os elementos que constituíram esse processo de resistência da comunidade e, por conseguinte, trazer reflexões sobre quais aspectos foram determinantes para a manutenção do referido grupo na localidade.

No que se refere aos objetivos mais específicos do presente trabalho, consideramos a importância da identificação das lideranças e as suas respectivas trajetórias, tanto no campo biográfico quanto no campo do engajamento. Entretanto, essa busca não foi possível de ser posta em prática por causa do considerável número de atores sociais envolvidos com a coordenação da ação coletiva, o pouco tempo para o desenvolvimento dos depoimentos e para as análises. Como já foi colocado, os sujeitos pesquisados já não se encontram no mesmo local onde constituíram a ocupação e esse fato acabou dificultando a identificação e o contato. Por vezes, através de outros antigos moradores nós conseguimos identificar os coordenadores, mas não conseguimos o contato dos mesmos. Quando conseguíamos identificar e entrar em contato, o potencial depoente estava com o tempo limitado, dedicando-se a uma dupla jornada de trabalho e

à família. Todavia, mesmo com esses percalços, consideramos os resultados dessa coleta de dados significativa e positiva.

Os apontamentos que se seguem, acerca das relações políticas e partidárias entre os moradores e as lideranças da ocupação, acabam por nos trazer dados consubstanciais de como era constituída essa arena pública. Como já é sabido, tivemos a influência de grupos partidários – uns mais próximos que outros – como já citamos o próprio Partido dos Trabalhadores (PT), na figura do atual deputado federal João Daniel (PT-SE), ex-coordenador do MST e ajudou o movimento a consolidar-se em Sergipe; posteriormente, fundou o MOTU. Através das informações obtidas nos depoimentos dos moradores da Ocupação Novo Amanhecer, é com efeito que podemos afirmar que o MOTU estava atuando enquanto um grupo cooptado pelo deputado João Daniel, e automaticamente estaria atrelado ao PT. Sendo assim, foi possível observar que essa relação com o supracitado partido se deu de uma forma muito fragilizada, por intermédio do MOTU. À vista disso, com a fragilidade da relação entre as partes envolvidas, surge a possibilidade de atuação de outro partido, porém com uma atuação intermediada por um partido. Desta forma, observamos o desenrolar da relação entre moradores e o Movimento Terra Livre, então cooptação do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL).

Comparando os dois partidos, percebemos um abismo no que concerne ao capital material e simbólico, e isso talvez seja determinante para que tenhamos também uma distinção entre as formas de atuação de organização. Com o MOTU criou-se consequentemente a insatisfação coletiva dos ocupantes, enquanto que com o Movimento Terra Livre houve um encaixe perfeito naquela situação. Faltava estrutura partidária e apoio político, mas havia muita vontade de mobilização, horizontalidade nas tomadas de decisões e também a participação de moradores, enquanto coordenadores traziam segurança e transparência para a condução do grupo.

Uma questão que nos chama bastante atenção é como a mídia tem se articulado para promover a criminalização dos movimentos sociais em Sergipe, mais especificamente de sua relação para com os moradores da Ocupação Novo Amanhecer. O fato é que os meios de comunicação locais construíram uma ligação muito afastada da causa com um perfil antipopular. Pouco mais de uma dezena de reportagens e matérias foram feitas denunciando os problemas enfrentados por essas famílias no bairro 17 de Março e a ausência do poder público para trazer soluções. Dessa maneira, foi preciso buscar compreender de que forma foram construídas as práticas de criminalização dos

movimentos sociais ligados à pauta da moradia no estado de Sergipe, tomando como ponto de partida os veículos de imprensa de maior alcance, como é o caso da mídia televisiva. Nessa busca foi possível apreender as relações que são estabelecidas pelo Estado em detrimento do déficit habitacional e da mobilização dessas ações coletivas.

Através do desenvolvimento de parte deste trabalho, objetivamos identificar as implicações que a coleta desses dados e de toda a dinâmica social, no sentido micro e macroestrutural, poderiam trazer a respeito de estudos de casos de grupos que são pautados pela conquista da moradia. Provavelmente, as reflexões que aqui foram lançadas tragam algum tipo de compreensão no limite regional, de sorte que outros pesquisadores sejam contemplados com os dados que aqui foram infletidos e refletidos, e que, por sua vez, possam contribuir com as análises desenvolvidas no limiar de outras especificidades regionais. Talvez, com esse intento, tenhamos como responder por que a Ocupação Novo Amanhecer é um importante objeto de estudo para as Ciências Sociais.

Quando o presente trabalho ainda era um escopo de um projeto, tinha-se como objetivo o emprego de uma metodologia bastante distinta desta atual. A ideia era inteiramente balizada por leituras a respeito da Antropologia compartilhada por Jean Rouch, etnólogo francês que se utilizou da câmera para nos deixar um legado de filmes etnográficos onde ele pode eternizar as práticas e o mundo simbólico de vários grupos no continente africano. Os contornos do projeto eram desenhados com o intuito de registrar o cotidiano de uma comunidade da periferia de Aracaju. Naquele momento, o autor tomou nota de um trabalho realizado na periferia de São Paulo, onde os jovens que ali residiam puderam registrar a sua relação com o espaço em que viviam, com o outro e com a arte. Esses registros foram feitos pelos próprios nativos, caracterizando a etnografia aplicada ali como de auto representação (HIJIKI, 2008).

Como já havia a definição da Ocupação Novo Amanhecer como objeto de estudo e como o autor já possuía um elo com os atores sociais que lá residiam, tornou-se cada vez mais possível empreender uma pesquisa com este perfil. Pensamos em utilizar tanto câmeras fotográficas, quanto filmadoras. Ao nosso olhar, o nativo mantém, mais do que qualquer pesquisador, uma reflexão acerca da sua realidade. Deste modo, buscamos estabelecer uma prática antropológica compartilhada e auto representativa, onde o “nativo” pudesse observar enquanto é observado, ao passo que também ensina e mostra. Justificamos a aplicação desta metodologia, a priori, pelo fato de entendermos que o presente texto não ganharia visibilidade entre os próprios agentes observados, como é

corriqueiro em tantas outras pesquisas. São inúmeros os relatos de antropólogos que finalizam os trabalhos de análises de grupos sociais, produzem o texto etnográfico e entregam esse resultado ao próprio grupo, e no decorrer no tempo percebem que esse material jamais foi lido e apreendido pelos nativos.

Nesse sentido, pressupõe-se que um feedback entre observador e observados se dá de uma maneira mais positiva através da utilização de fotografia e vídeo, visto que o resultado dessa produção materializa o indivíduo que foi pesquisado e inflando a curiosidade deste agente, poderá ele mesmo ressignificar o que foi significado. Vale salientar também que essas entrevistas registradas em audiovisual representam o objetivo de fomento de um documentário, de sorte que as famílias que viveram na ocupação possam ter uma referência de si mesmas, considerando que em outros campos do tempo presente, a mídia hegemônica e corporativista tende a invisibilizar grupos que foram vulnerabilizados. Qual seria o olhar lançado por eles sobre eles mesmos e quais seriam as implicações dessa reflexão quando compartilhada ao texto etnográfico aqui desenvolvido? De toda maneira, como colocado anteriormente, esse projeto foi inviabilizado quando, em dezembro de 2013, os moradores da Ocupação Novo Amanhecer receberam o auxílio-moradia transitória e passaram a residir em outras regiões da cidade de Aracaju. Para contornar esse empecilho, tratamos de utilizar as fotografias que foram feitas em 30 de julho de 2013, data da reintegração de posse, quando a comunidade mobilizada logrou êxito no acirramento contra a Polícia Militar do Estado de Sergipe. O que fizemos foi disponibilizar esse material para ser apreciado pelos moradores que foram entrevistados, e a cada depoimento nós coletamos uma série de informações importantes daquele material que ali, nas mãos dos observados, era reescrito por quem protagonizou a sua própria história.

Considerando ainda que a dispersão dos moradores da ação coletiva estuda para outras localidades da cidade, fomos conduzidos a utilizar como método de coleta e de análise, a etnografia do ciberespaço (PIENIZ, 2009; RIFIOTIS, 2012; SEGATA, 2009). Quando aplicada, visávamos identificar a presença e o uso por meio dos moradores, militantes e ativistas envolvidos com a ação coletiva, bem como observar como ocorreu esse trânsito das relações pessoais dentro do espaço da rede social Facebook. A utilização desse dispositivo foi de suma importância no processo de mobilização da comunidade, principalmente na ocorrência da reintegração de posse. A partir da página da ocupação no Facebook, a coordenação do grupo pode conclamar os internautas conectados com a

página, enquanto que com os compartilhamentos, outras pessoas de fora da página tiveram acesso às informações e ao convite para se dirigirem até o 17 de Março e construir esse momento de luta muito importante para as famílias que lá se encontravam. Além dessa observação aplicada ao ambiente virtual e mais especificamente no Facebook, empreendemos também uma varredura na internet em busca de documentos, textos, reportagens, fotos, vídeos e qualquer outra informação que tivesse relação com a Ocupação Novo Amanhecer.

De maneira geral, o contato *in loco* com a comunidade foi feito pelo autor em poucas oportunidades. Em um primeiro momento, no dia 30 de julho de 2013, dia da reintegração de posse, data marcante não só para os moradores que ali se encontravam na resistência e no acirramento em detrimento da presença da Tropa de Choque da Polícia Militar, mas também pelo fato de o autor se encontrar, pela primeira vez, em um evento de tamanha tensão social como foi o evento ocorrido neste memorável dia. Em um segundo momento de contato com a comunidade, o autor teve a oportunidade de desenvolver uma atividade de caráter interventivo com um grupo de crianças: através da realização de duas oficinas de percussão com material reciclado. A posteriori, realizamos a Ação Solidária do Dia das Crianças 2013⁶, onde o autor organizou e participou, juntamente com outros ativistas, da arrecadação e da distribuição de brinquedos, alimentos, roupas e outros donativos. Este momento certamente foi caracterizado por um momento de muita aproximação entre o autor e as lideranças, moradores e crianças locais.

Neste mesmo evento, tivemos a oportunidade de contemplar uma fala que, posteriormente, daria lugar a uma grande inquietação. Embora tenha sido uma situação um tanto quanto embaraçosa para o autor, todavia ela foi pertinente e serviu para trazer uma apreensão maior de como funcionavam essas tensões sociais que se davam entre os moradores da periferia. Naquele momento estávamos todos fazendo revezamento com outros ativistas para otimizar o tempo da distribuição de presentes para as crianças; os donativos se encontravam dentro de um barraco em desuso, e acabamos por utilizá-lo como um ponto de entrega desses donativos. Em meio a esse tempo, distribuíamos alguns salgados, doces e refrigerantes, voltávamos para os presentes, depois para as brincadeiras.

⁶ O evento em questão foi organizado pela Rede de Articulação Popular e contou com a ajuda de amigos, familiares e pequenos empresários que se solidarizaram com a causa. Na mesma ocasião, observamos também a participação do Movimento Não Pago com a distribuição de lanches e o desenvolvimento de atividades lúcias com as crianças. Pode-se constatar que essa integração entre ambos os movimentos fora feita de maneira bastante limitada e havia, entres os membros, uma certa animosidade no ar.

Voltaríamos a distribuir o que faltava ainda dos presentes, quando algumas mães começaram a reclamar. Entretanto, por conta do barulho, falatório e alegria de centenas de crianças, nós não entendíamos muito bem o que estava tensionando tanto aquelas mães. Àquela altura, Anthony, um dos líderes do movimento, dirigiu-se até o autor, pediu que o mesmo parasse de doar os presentes para “as crianças de fora da ocupação”, e que a partir de então ele iria informar quais seriam as crianças que iriam receber, tendo em vista todos os envolvidos com a ação solidária não sabiam quem era ou não da ocupação. Certamente essa fala nos causou bastante estranhamento, levando-nos a refletir sobre o contexto em que foi dito. Deste modo, estaremos problematizando a situação proposta nos próximos capítulos, porque desejamos entender como um grupo que é excluído pela sociedade civil e vítima do Estado, acaba, por sua vez, normatizando e desenvolvendo relações de poder com outro grupo.

Naturalmente, esse momento de tensão registrado na memória do autor nos leva a lembrar e relacionar a história Winston Parva, denominação fictícia dada a uma pequena cidade da Inglaterra, pesquisada por Norbert Elias. Neste trabalho, o que nos chama a atenção é, a princípio, Elias (2000), compreender o fenômeno da violência na cidade, porque a mesma possui índices alarmantes. Todavia, Elias adapta o desenvolvimento dessas análises e se volta para outros aspectos da vida social local, principalmente quando se depara com uma divisão muito clara de classes sociais⁷ que eram definidas, não por fatores financeiros, mas pelo tempo de moradia na comunidade, isto é, os moradores mais antigos faziam parte de um grupo que possuía bastante prestígio e influência em relação aos grupos recém-chegados.

Novamente, faz-se necessário refletir um pouco mais sobre a metodologia desta pesquisa, especificamente avaliando o uso da Antropologia Visual como aporte de análise. Observamos que havia uma imanente necessidade de estruturação e anexação da fotografia ao texto etnográfico, principalmente quando estamos próximos de discussões antropológicas que lançam olhares sobre a corporalidade e a materialidade (DE FRANCE, 1982). O desenvolvimento de uma análise pautada pela apreensão do mundo

⁷ A classe dominante em Winston Parva restringia a organização e mobilização política dos moradores recém chegados na comunidade e ainda espalhavam fofocas que maculavam as suas vidas. A dinâmica social local era mantida com uma imagem e memória coletiva impenetrável, onde qualquer discurso de crítica individual aos estabelecidos era automaticamente rechaçado.

corporal e dos sentimentos, seja pela fotoetnografia ou cinema etnográfico, leva-nos automaticamente à compreensão de um evento, grupo e espaços que talvez, enquanto pesquisadores, não teríamos acesso, embora, claro, consideremos a problemática onde a imagem está limitada apenas a registrar expressões externas, enquanto que o espaço íntimo, ou seja, as emoções e as percepções do sujeito, se tornam inacessíveis (KOZLOFF, 1986). Contudo, pensamos que devemos considerar os momentos em que os sentimentos dos agentes sociais são externados em situações de tensões, de conflitos, onde o ser humano perde a capacidade tácita de controle das suas emoções, dando vazão ao que estava contido. Deste ponto de vista, pressupõe-se que a fotografia nos permite criar laços de empatia, despertando um sentimento de alteridade e compartilhamento, preenchendo os nossos espaços com a humanidade dos sentimentos e, por conseguinte, trazendo-nos maior profundidade na análise dos fatos ocorridos e registrados pelas lentes curiosas.

No caso da Ocupação Novo Amanhecer, observamos momentos em que os moradores – nesse processo de resistência diante da reintegração de posse e de todo o aparato policial utilizado para reprimir – demonstravam em suas faces sentimentos como a apreensão, o medo, a raiva, o nervosismo, o desespero; detectava-se, também, o choro, os gritos de ordem, os gestos obscenos e os punhos cerrados contra os policiais. Nas palavras de Nuno Godolphim (1995, p. 183), “é isso que podemos representar fotograficamente sem medo de ficarmos presos nas tendências atemporais e espacial-materialista da imagem fotográfica”.

Já é sabido que muitos pesquisadores, por hábito, concluem os seus respectivos trabalhos deixando esse material disponível na/para a comunidade observada e analisada. Verdadeiramente, essa conduta deve ser revista. Provavelmente, os indivíduos da comunidade pesquisada teriam algum tipo de dificuldade na leitura desse material. Podemos aqui elencar a dificuldade da linguagem utilizada pelo pesquisador, o analfabetismo, a falta de interesse pela leitura, a falta de acesso à informação, dentre outros. Desta maneira, muito provavelmente a fotografia ou filme etnográfico traria um resultado mais eficiente do que disponibilizar um texto com centenas de páginas de “academiquês”. Não estaríamos mais reproduzindo aquele retrógrado feedback, algo como “Aqui está o meu trabalho. Até logo! ”. Enquanto que, no presente texto, esse processo, a posteriori, daria continuidade a uma série de reflexões sobre essas relações sociais, e representaria uma abertura a mais para o diálogo (estreitando os laços entre o

pesquisador e o pesquisado) com os verdadeiros protagonistas da pesquisa, criando-se possibilidades para colocarmos em prática, verdadeiramente, um processo etnográfico de caráter dialógico.

Portanto, resta-nos a avaliação de que a Antropologia Visual possibilita uma pertinente contribuição nas pesquisas e no desenvolvimento de trabalhos com um viés que não se limita apenas às análises antropológicas, mas também das Ciências Sociais e de outras áreas do conhecimento humano, figurando-se enquanto um recorte, método ou estratégia que promove a produção e a relação de conhecimento que não esteja engessado, e que permita uma prática em caráter inter, trans e pluri disciplinar. Neste caso específico, compreende-se que uma das características do texto etnográfico é trazer a sociedade e as esferas acadêmicas para o campo de debate acerca da realidade social de grupos que são silenciados e vulnerabilizados pelo Estado e pela sociedade civil. Não podemos jamais conceber a ideia de que o presente trabalho esteja estagnado dentro das gavetas que acumulam palavras e vaidades de um proselitismo acadêmico empoeirado.

É com efeito que não podemos considerar o texto etnográfico como uma verdade do pesquisador, mas sim como o reflexo de uma relação aproximada entre o observador e os observados, fruto de negociação e de arranjos que envolvem olhares de um elo dicotômico que dialoga com os seus sujeitos, ao passo que estabelece uma relação construtiva cientificamente. Portanto, uma vez construído e estabelecido esse horizonte de possibilidades, estaremos todos submergindo em um mundo simbólico do outro, do desconhecido. Efetivamente, a mensagem do texto etnográfico deve atingir o social em todos os sentidos, de modo que se faz necessário uma reavaliação do que estamos contemplando com o que produzimos. Isso quer dizer que dizer, não podemos apenas preencher a lacunas do saber, mais do que isso, sentimos que transbordar para além dos nossos horizontes é preciso, e que essa conduta pode ser refletida também em campo, afinal, como podemos ter acesso aos nossos sujeitos enquanto estivermos todos muito distantes daquilo que muitos consideram o seu objeto?

Uma boa etnografia se dá por meio de um exercício prévio de reflexão e transbordo, bem como também através do desempenho de uma aproximação com relativo afastamento do indivíduo ou grupo observado. Carregaremos, sem sombra de dúvida, o estigma de uma dupla identidade: a de cidadãos e a de pesquisadores. Nessa dupla jornada estaremos sempre nos deparando com um incômodo estranhamento, e insistentemente estaremos promovendo a quebra de paradigmas e de tabus, porque estaremos sempre nos

importando com o outro, o ser que, longe de qualquer tipo de fetichização, tanto nos fascina.

Desta maneira, a fotografia aqui empregada não está meramente para atestar algo. Não estamos afirmando que um determinado fato acontece e que um grupo de pessoas esteve lá, tão pouco visamos materializar uma ação coletiva. Aqui o exercício não é o de demonstrar uma extrema necessidade de legitimação do texto, tornando-nos vítimas da ultrapassada concepção de materializar o “estar lá” em campo, categoricamente descristalizada nas formulações de Clifford Geertz. O que vislumbramos é o compromisso de provocar o incômodo do estranhamento, precedendo assim uma conduta de alteridade no que concerne à relação entre pesquisador e sujeito. Mais que isso, devemos nos questionar e pensar de que forma a nossa pesquisa poderá contribuir positivamente para o social. Afinal, se o conhecimento não serve para a promoção das transformações sociais, então para que serve o conhecimento?

CAPÍTULO I - QUE EU ME ORGANIZANDO POSSO DESORGANIZAR

PARTTE I - INSERÇÃO EM CAMPO, APROXIMAÇÃO E DISTANCIAMENTO

O nosso primeiro contato com a Ocupação Novo Amanhecer ocorreu no dia 30 de julho de 2013. Porém, é preciso confessar que essa ida até os sujeitos que seriam frutos de muita observação e reflexão, transformar-se-ia em uma verdadeira problemática antes mesmo que acontecesse. Considerando essa imersão ao campo etnográfico em uma situação de conflito social onde figurava a sociedade civil organizada contra o Estado. Foi necessário, primeiramente, promover uma negociação com os nossos pares para que os mesmos permitissem a nossa observação, principalmente se considerarmos que aquela ida a campo estava caracterizada por um desejo de participação no conflito e, portanto, deixamos claro que, constava nos nossos planos, à época, o fomento deste trabalho.

Naquela manhã, diante das circunstâncias, minutos se transformaram em uma eternidade. Com tribunal montado, foi necessário advogar de forma convicta sobre a causa antes mesmo de enfrentar os dispositivos coercitivos do Estado. Antes de qualquer coisa, para que nós pudéssemos partir naquela empreitada, foi necessário convencer a ex companheira do autor deste texto, que àquela altura já se encontrava bastante apreensiva e insegura com o que estava por vir a acontecer, ao passo em que, também, precisávamos garantir a continuidade da luta daquelas irmãs e irmãos com histórias e trajetórias que perpassam as dificuldades e problemáticas sociais. Seus exemplos, certamente nos atravessam e nos tomam muito além da empatia.

Depois de um longo desenrolar de muito diálogo e compreensão, pudemos finalmente partir. Aproveitamos e também incentivamos a ida da ex companheira do autor do presente trabalho, sob pretexto de que a mesma teria a oportunidade de utilizar a sua expertise fotográfica para promover belíssimos registros de um evento e seus respectivos atores sociais que ficariam eternizados na história da luta por moradia em Sergipe. Desta maneira, sentimos que naquele momento foi necessário nos distanciarmos de nossas identidades de ativistas para negociar e conseguir êxito naquilo que nos propusemos, ou seja, ir até a Ocupação Novo Amanhecer. Configurados enquanto meros sujeitos observadores, que adentraram ao novo campo de análises, consequentemente nos levando

a uma série de reflexões pessoais e de ordem epistemológica, foi possível permanecer ali em meio a uma situação de extrema tensão e ruptura social entre o Estado e sociedade civil organizada, de maneira relativamente tranquila e lúcida.

Confessamos que mesmo não podendo colocar o nosso objetivo inicial em prática que, a grosso modo, era estar nas frentes do conflito e por detrás das barricadas, pudemos vivenciar e experimentar sensações diversas e incríveis na posição de observadores. Consequentemente, esse posicionamento e nova configuração (ao acaso) nos proporcionou a captação e reflexão de detalhes que dificilmente apreenderíamos e compreenderíamos se estivéssemos de alguma maneira envolvidos nos acontecimentos que ali se sucediam. Sem sombra de dúvida, a experiência descrita aqui nessas linhas nos permitiu lançar mão de um elo, construído sob as nossas próprias memórias, de modo que foi possível estabelecer uma análise e diagnóstico entre os fatos ocorridos no dia da reintegração de posse com todas as posteriores leituras que pudemos absorver e infletir no período das discussões teórico-metodológicas aqui empregadas.

Nesse sentido, considerando essa relação com objeto de pesquisa, entre pesquisador/ativista e os seus sujeitos de análise, compreende-se que essa atuação possibilitou o desenvolvimento de uma análise antropológica sem o seu comprometimento com os dados publicados na presente pesquisa. Pelo contrário, essa postura de promover, por vezes, o distanciar-se ou aproximar-se, permitiu o acesso a uma rede de significados que não seria possível de ser acessada se estivéssemos ali, apenas enquanto pesquisadores e acadêmicos desvendando e construindo o conhecimento. O empreendimento dessa busca por um ponto de equilíbrio acabou potencializando a coleta de dados, considerando o aspecto qualitativo da ordem. Como já é sabido, essas duas identidades são indissociáveis e nela encontramos a chave para compreensão de uma organização social que nos trouxe uma amplitude de seus simbolismos e peculiaridades a respeito do poder e da política.

A manhã do dia 30 de julho de 2013, certamente ficará na memória como um divisor de águas no âmbito pessoal da nossa trajetória. Foi uma ruptura íntima, fruto de uma cisão causada pelo estranhamento mediante uma realidade, que embora não fosse a nossa, fomos completamente tomados e imersos por ela, mesmo considerando ambas as contradições (SILVA, 2009). Sentimos que no tempo e espaço da ação de reintegração de posse, a nossa bolha foi rompida e já não fazíamos mais parte daquele círculo porque, simbolicamente, considerávamos estar em outro lugar, ao lado de outros sujeitos, distantes

do nosso cotidiano individualizado e ausente de solidariedade. Avaliando aquele instante, já transbordávamos e nos importávamos, *rompendo a linha de fronteira*, contrariando os sentimentos impostos e toda a hegemonia comportamental. Parece-nos que rotineiramente estamos à mercê dos ponteiros do relógio e do status quo consumista, e nele temos os apontamentos das preocupações e obrigações diárias onde não cabe nenhum espaço para liberdade, sequer, para um segundo de reflexão e autorreflexão (CALDEIRA, 1988).

A experiência descrita nas linhas acima proporcionou-nos autocrítica e aprendizado, de modo que pudéssemos trazer à tona sentimentos e razões que nos despertaram um olhar questionador para chegarmos ao entendimento de como naquele momento nos percebíamos enquanto agentes em meio a uma realidade simbolicamente e materialmente plural. Sendo assim, percebíamos-nos saindo do conforto de nossas moradias, alicerçadas com estruturas de alvenaria que nos protegem e que resguardam também os nossos iguais de todo tipo de intempérie e de fenômenos sociais. São localizadas em conjuntos residenciais com infraestrutura complexa, dispondo, por exemplo, dos serviços de saneamento básico. Em contrapartida, estávamos em uma comunidade onde as pessoas faziam suas necessidades fisiológicas em baldes ou em buracos no chão cobertos com sacolas plásticas, para logo depois os dejetos serem arremessados no terreno ao lado. Ao invés de paredes e telhado, constatamos a cobertura dos barracos com lonas pretas. Ao chover, o acúmulo da água, formava as chamadas “barrigas d’água”, e este peso da água na lona arrebentava e molhava os seus respectivos moradores que, evidentemente, não conseguiam dormir, tendo em vista a necessidade de se manterem alertas em dias de clima chuvoso.

Lá estávamos, bem alimentados em meio aos sujeitos que não tinham certeza de que naquele dia teriam uma refeição e assim, poderiam alimentar suas crianças, mulheres gestantes e idosos. Deslocados de um universo onde a comida é farta e desperdiçada com destino certo, o lixo. Não sendo destino nosso, mas o de muitas famílias do bairro Santa Maria, que com a presença de um lixão, fazem proveito das sobras de alimentos das casas do outro lado da cidade, de famílias mais abastadas. Para a maior parte dessas pessoas, o transporte de um local para o outro é feito a pé, em jornadas quilométricas. Damo-nos conta do abismo social em que vivíamos quando naquela manhã, percebemos e aproximamos ainda mais essas realidades bastante distintas. Até a Ocupação Novo Amanhecer, para acompanhar o processo de reintegração de posse, dirigimo-nos de

automóvel, como fazíamos habitualmente para qualquer lugar que fosse e diferentemente dos nosso observados.

Em suma, o nosso destino talvez não fosse tão desconhecido assim, por se tratar de uma realidade bastante comum no Brasil, que acaba carregando sobre si o estigma e o estereótipo proferidos pela sociedade civil de ser um lugar esquecido e repleto de sujeitos vulnerabilizados pelo Estado. Rotineiramente, esses indivíduos enfrentando os olhos preconceituosos de classes sociais estabelecidas que os jogam cada vez mais à margem da cidade da sociabilidade.

A Ocupação Novo Amanhecer era uma comunidade cravada em uma localidade interseccional, ou seja, de um lado da área ocupada pelas famílias era possível avistar pouco menos de uma dezena de edifícios que também foram ocupados em mobilizações anteriores. Esses edifícios fazem parte do projeto inicial de urbanização da zona de expansão de Aracaju, compondo o bairro 17 de Março. Do outro lado, deparamo-nos com o conjunto residencial Costa Nova, fazendo parte do bairro Aruana. Mesmo com o projeto de urbanização da zona de expansão e a criação do bairro 17 de Março, como já citado, a distinção entre essas duas localidades era visível, embora ambas estivessem lado a lado: a primeira era constituída por indivíduos de baixa renda, enquanto que a segunda localidade era constituída por indivíduos de classe média/alta.



Imagem 1 – Panorâmica

(Print: Google Earth - setembro de 2015)

No tocante a nossa inserção em campo, vale a ressalva de que para obtermos acesso a comunidade foi necessária autorização dos coordenadores da ocupação, visto que naquele momento de acirramento as famílias estavam mobilizadas através de quatro barricadas nas ruas adjacentes que impediam o acesso não só do contingente policial, como também de qualquer indivíduo que não fosse residente da ocupação ou não tivesse alguma relação com a comunidade. Antecipadamente, havíamos combinado com um amigo de longa data que estava apoiando esse processo de mobilização sobre o nosso acesso a comunidade. Este amigo, desenvolveu duplo engajamento, com militância no PSOL, aqui em Sergipe, e também com o Movimento Não Pago.

Ao chegar em uma das quatro entradas, fomos assombrosamente surpreendidos com uma barricada de cerca de dois metros de altura. Dois indivíduos que resguardavam a barricada nos olharam e nos cumprimentaram à sombra da desconfiança. Sobre parte desse comportamento, Flaviano Cardoso, um dos coordenadores da Ocupação Novo Amanhecer, nos conta que: “[...] teve pessoas do grupo de João Alves Filho, tentaram entrar e foram barradas, quase linchadas na frente, identificadas, inclusive. Todas elas identificadas, a turma identificou [...]”.



Imagem 2 – Qual recado você entendeu?

(Fotos: autor desconhecido, 2013)

De imediato, ao repararmos por alguns segundos o tamanho e a estrutura da barricada, entendemos essa visão como um cartão de visitas. Parecia que de alguma forma os moradores estavam dando um recado para a sociedade que era: “jamais sairemos daqui”. Nesse momento, pudemos estabelecer o primeiro contato com os moradores da ocupação. Falamos com um jovem adulto, um dos responsáveis pelo controle de entrada e saída de pessoas. Perguntamos se era possível ele chamar o amigo militante do PSOL-SE e do Movimento Não Pago, falamos do seu nome e ele prontamente nos atendeu. Sem muita demora, ele retornou em companhia desse amigo e abriu passagem por entre a barricada para passarmos em segurança.

A lembrança do momento da nossa passagem pela barricada nos remete a um ato ritualístico de engrandecimento pessoal. É provável que estejamos divagando acerca de um simbolismo grupal o qual, mesmo tendo analisado, ainda desconheçamos, se considerarmos a sua complexidade. *A linha de fronteira* foi rompida fisicamente. Contudo, percebemos que ao romper as delimitações do mundo físico, atravessando a barricada que nos separava do outro, estávamos lá sendo o outro e o outro sendo nós: os olhares de surpresa e de estranhamento não eram lançados só pelo autor deste trabalho, afinal os mesmos olhares de estranhamento eram também lançados pelos moradores que, observados, também observavam e desconfiavam.

Nesse sentido, essa passagem ou/e rito não foi só complexa quanto dificultosa devido à barricada. Mais do que uma estrutura física que barrava a invasão da polícia militar, havia uma barreira de significações que separavam dois grupos, dois universos. Naquele momento, com a relativa aproximação desses dois mundos, um mundo de resignificação era construído. Enquanto o morador que nos recepcionou, gentilmente, fazia a retirada dos restos de móveis, pedaços de madeira e pneus da barricada, havia em um plano abstrato, a desconstrução de uma barreira imaginária que nos impelia contra o desconhecido. Igualmente sujeitos, os dois estranhos nada imparciais, necessitavam um do outro: enquanto as forças de repressão e resistência eram aplicadas por lados opostos com o desenrolar dos fatos na Ocupação Novo Amanhecer, seus coordenadores e apoiadores conclamavam toda a sociedade para apoiar, lutar e resistir contra a opressão do Estado. Por outro lado, percebemos a presença de outros sujeitos que estavam ali por uma questão existencial, de ser o outro e se realizar, satisfazendo-se não só na curiosidade das diferenças, mas também buscando aceitação do que lhe é diferente.



Imagem – 3 Inserção em campo

(Foto: Amanda Reis, 2013)

Fazendo parte dessa nova e louca aventura, foi possível observar o trânsito de moradores que externavam o nervosismo decorrente de um evento como aquele. De maneira figurada, alguns deles pareciam caminhar em círculos, tamanha era a tensão do momento. Outros, andavam para um lado, e depois para o outro e não saíam dessa linha imaginária. Prosseguimos com a imersão pela comunidade e nos deparamos com alguns jovens que estavam em cima de um dos muros que contornam a área onde a ocupação existiu. Alguns deles estavam de prontidão seguravam barras de madeira ou de ferro; ficaram plantados observando a movimentação do comando de operação policial, responsável pela ação de reintegração. Observamos também a presença de ativistas, sindicalistas e militantes de diversos grupos que atuam e transitam em organizações políticas na capital sergipana. A presença do movimento estudantil, principalmente com base na UFS, também era muito forte.

Com o passar dos minutos, os passos pela comunidade aumentavam e nós submergíamos cada vez mais nesse embate. Com a exaltação dos moradores indignados, aquele micro espaço foi virando um verdadeiro caldeirão fervente. Por vezes sentíamos o peso e a vibração dos batuques – sem muita elaboração no desenvolvimento rítmico nos

escudos e armaduras confeccionados com a reutilização de tuneis de plástico, similares aos produzidos em Pinheirinhos, no estado de São Paulo em idos de 2012.



Imagem 4 – Aqui é tempo ruim o tempo todo

(Foto: Pedro Alves, 2013)

Outros moradores também utilizavam modelos de capacetes usados por motociclistas, máscaras de super-heróis de histórias de quadrinhos, outros com máscaras improvisadas, feitas com camisas ou com garrafas pet. Lembramos que a participação das mulheres foi significativa: muitas estavam também com barras de madeira nas mãos. As mulheres de mais idade, organizavam-se e participavam fazendo ecoar o coro com os gritos de ordem: “João Alves, eu quero ver, se você pode com o Novo Amanhecer!”.

Sobre o aspecto da participação feminina na reintegração de posse, citamos um fato interessante: uma senhora que ameaçou duas agentes do Conselho Tutelar com um facão, riscando-o no asfalto. As servidoras sugeriram levar as crianças da ocupação para um abrigo para garantir-lhes a integridade física e moral. Houve preocupação com a retirada das mulheres, principalmente as grávidas e também com as idosas e idosos. Porém, as servidoras não obtiveram êxito na proposta de retirada desses atores. A resposta dada por esta senhora em detrimento das sugestões foi clara e compreendida pelas servidoras e demais presentes.

Com a iminência da invasão por parte da Polícia Militar, os moradores próximos às barricadas ficavam mais exaltados e aguerridos, de modo a baterem com os paus em

pedaços de madeiras e móveis velhos das próprias barricadas. Flaviano nos relata, em um determinado momento da entrevista, com a entonação de voz mais aguda, como se estivesse figurando aquele personagem, que alguns moradores que estavam em frente às barricadas, pulavam todo o tempo, provocando os policiais.



Imagem 5 – Lugar de mulher é onde ela quiser.

(Foto: Victor Balde, 2013)



Imagem 6 – Eu, herói de mim.

(Foto: Victor Balde, 2013)

Nesse momento ele ouviu um jovem adulto entoar: “venha agora que eu vou me vingar de tudo que vocês fizeram comigo, desde quando eu era pequeno, de todas as humilhações que vocês fizeram comigo [...]”. Havia também pessoas que desempenhavam não só o controle de entrada e saída das pessoas nas barricadas, mas que também desempenhavam o papel de controlar eventuais atos de violências dos moradores contra os policiais, já que muitos destes estavam exaltados. Atos que pudessem legitimar algum tipo de represália ou invasão por parte da Política Militar na ocupação, porque “[...] a tática de confronto com a polícia nesse momento de reintegração é deixar primeiro a polícia atacar, não a gente atacar [...]”.

Deste modo, ainda de acordo com Denisson “Badá” Santos ⁸, ficavam de duas a três pessoas nas barricadas fazendo esse controle de contenção dos mais exaltados. Badá, como é chamado por todos, ainda nos conta pacientemente como foi feita a confecção dos escudos e armaduras com toneis e como eles pegaram vários objetos em desuso para montarem as barricadas: “[...] nós pegamos um veículo e fomos catando material pra fazer as barricadas, alguns deu pra fazer tipo colete, tipo uns escudos, pra poder nós se protegermos de acaso bala de borracha é... e várias outras coisas que ele iam usar [...] tanto como cassetete como bala de borracha [...] algumas pessoas que teve essa criatividade de fazer esses escudo e esses coletes. E os coletes, eram com material reciclado e... Os escudo era com “tunéis” de plástico e também tinha as máscaras que a gente botava pra se proteger do gás, que era com garrafa pet [...]”.

Quando fomos entrevistar Herculano, que também fez parte da liderança do movimento, sobre como foi o processo de confecção dos materiais, ele nos respondeu sorrindo: “Olha... isso aí eu vou deixar um ponto de interregação, porque, é... Como é que se fala... É um ato nosso e a gente não pode ficar revelando [...]”.

Badá ainda ressalta que os trabalhos de confecção e produção dos escudos e armaduras feitos com tonéis e de plástico só foram finalizados pela manhã. Logo depois, eles passaram a organizar os moradores que usariam os adereços, posicionando-os em cada entrada da ocupação, deixando-os previamente atentos caso a força policial se deslocasse e se posicionasse em uma determinada entrada.

⁸ Denisson Santos, o popular “Badá”, compôs a coordenação desde o início da formação da Ocupação Novo Amanhecer. No desenvolvimento da pesquisa de campo, percebemos que Badá é uma figura bastante conhecida não só pelos moradores da ocupação, como também por moradores do bairro 17 de Março. Em apenas uma tarde de conversas e filmagens, várias pessoas que passavam pela equipe, fizeram questão de cumprimenta-lo.



Imagem 7 – Sonhar é preciso.
(Foto: Victor Balde, 2013)



Imagem 8 – Com as sobras do passado nós construímos o futuro
(Foto: autor desconhecido, 2013)

Desse modo, a coordenação da ação coletiva estabeleceu uma dinâmica de reposicionamento de pessoal, caso ocorresse o avanço da Tropa de Choque da Polícia Militar e até mesmo a invasão da área. Há muitos relatos acerca de como foi promovida a mobilização dos moradores e estabelecida a auto-organização. Esse último elemento é chave para compreendermos, tanto a questão da resistência e êxito, como também entender a Ocupação Novo Amanhecer como um grupo que nos traz um repertório de ação bastante peculiar enquanto um movimento que atingiu o seu objetivo.

Para reforçar essa análise, Flaviano nos forneceu maiores detalhes a respeito das atividades de confecção dos materiais utilizados na defesa da comunidade e que foram feitos em uma: “[...] oficina montada pela própria comunidade, pelos, pelos próprios moradores, né, que, que... É... Autonomamente realizaram parte do trabalho e a outra parte alguns voluntários que compareceram na ocupação explicaram como fazia e tal e tal [...] e a gente tava com todo uma preocupação com as crianças, principalmente porque eram muitas, né, e as mães tiveram uma decisão meio... Meio dura, né, mas corajosa, de não permitir que o conselho tutelar ou qualquer autoridade tirassem as crianças de perto porque elas sabiam que estava lutando pelos seus filhos [...]”.

O aparato policial utilizado pelo comando da operação da ação de reintegração de posse era complexo e chamava a atenção não só dos insurgentes. Estávamos dentro da ocupação e de trás das barricadas. Por este posicionamento, era possível visualizar, no outro lado, quinhentos metros depois, o contingente que aguardava as ordens do comando, enquanto que uma parte da cavalaria deslocava-se para mais duas ruas ao lado da ocupação, que eram também vias de acesso, mas que naquela altura estavam bloqueadas com barricadas e moradores exaltados. Pouco tempo depois da nossa entrada na área da ocupação, presenciei a chegada de um helicóptero da PMSE que passou a sobrevoar a área da ocupação em círculos e depois em “8”. Nos primeiros sobrevoos do helicóptero, os moradores ficaram mais inflamados e passaram a fazer gestos obscenos em direção a aeronave que sobrevoava fazendo rasantes.

No acesso a essas memórias, Badá prossegue com a sua narrativa fazendo-nos compreender a respeito da complexidade do contingente policial nas cercanias da comunidade. Ele nos conta que “[...] primeiro tinha o trator pra derrubar a barricada, depois o pessoal da Choque. Já estava ali já pronto pra invadir a ocupação. Só tava esperando o momento da ordem. O carro de bombeiro e mais atrás lá na na praça ao lado

onde tá sendo construído agora... Eu creio que seja uma praça, estava lá todo o restante do aparato policial. E que que... Mais bombeiro, SAMU [...]”. Esses detalhes são reforçados na fala de Flaviano, quando ele coloca que “[...] todo o aparato policial, todo o aparato de Estado, quatro divisões da polícia militar, mais de 100, 100, 100... 150, 200 policiais da Choque, várias delegacias, todo o esquema, né, de, de... Acho que faltou muita polícia no Estado naquele dia [...] porque aquela turma roubou a cena”.

Na continuidade dessa caminhada e imersão pelo campo, pudemos visualizar ainda algumas crianças com os rostos ocultos com camisetas e com o tórax despido, correndo para ambos os lados. Mulheres participavam de todo o processo, inclusive nas barricadas. Cães vira-latas perambulavam em meio ao povo, um deles bebia água de esgoto que corria pela rua, alguns desorientados e amedrontados com o barulho, outros mais curiosos, se aproximavam das pessoas que ali se reuniam para avaliar a situação e tomar decisões: pareciam saber exatamente o que estava acontecendo e o que fazer para acabar com o problema. Os profissionais da comunicação, por meio de emissoras de TV e de rádio, desenvolviam os seus trabalhos na busca pelo repasse de informações para os telespectadores e ouvintes. Além da ação desses profissionais no fomento de registro daquele acontecimento, foi possível também observar a atuação de midiativistas que perambulavam pelas ruas em busca dos melhores registros nesse processo de resistência. Passaram a eternizar por via de fotografias e vídeo, os rostos e corpos que ali expressavam todo tipo de sentimento decorrente das circunstâncias.



Imagem 9 – De dentro para fora.

(Foto: Amanda Reis, 2013)



Imagem 10 – De fora para dentro.

(Foto: André Moreira, 2013)

Observamos também um grupo de homens vestidos formalmente, de terno, e dentre eles identificamos um, por tê-lo visto na TV por diversas vezes atuando como defensor público. Seu nome é Alfredo Nikolaus, coordenador do Núcleo de Bairros e Movimentos da Defensoria Pública de Sergipe. Naquele momento, em conjunto com outras pessoas, tanto o referido defensor quanto os outros experts que ali estavam, pareciam o tempo inteiro, negociar com o comando da polícia. Herculano fala da participação destes homens e agradece: “[...] primeiramente Deus que nos ajudou, cê entendeu, a todos nós que era 311 famílias... E depois teve, o, a interferência do governador, né... O governador em exercício que na época era Jackson Barreto, né, juntamente com os defensores, né, com a defensoria, Dr. Sérgio, né, Dr. Sérgio, Dr. Alfredo e teve muito mais outros que eu num me lembro do nome deles. Mas foram um corpo de uns 8 a 10, a uns 12 defensores que tiveram lá na época que foi, que correram atrás para poder nos ajudarmos [...] quando eu preciso do serviço da defensoria, eu procuro eles, que é Dr. Sérgio e Dr. Alfredo. [...] se não fosse, primeiramente Deus, e depois eles, a gente tinha sido um massacre lá”.



Imagem 11 – A defensoria pública ao lado do povo
(Foto: autor desconhecido, 2013)

Há um bom tempo que mantemos contato com atores sociais que de algum modo transitam em coletivos, grupos sindicais, movimentos sociais, ONGs e etc. Um desses atores, em uma conversa despretensiosa, comentou que sabia da presença de um dos moradores da ocupação, portador de arma de fogo e que estava mobilizado junto com os outros moradores na ação de reintegração de posse. Partindo dessa inquietação, buscamos a veracidade da informação para entendermos de que forma esse fato implicaria nas relações sociais construídas dentro da ação coletiva e também com as instituições coercitivas do Estado. É com efeito que até o presente momento, considerando os registros de fotografia e audiovisuais, não foi possível identificar dentro do quadro dos atores observados, um indivíduo portando uma arma de fogo.

Considerando ainda essa informação, foi interessante observar como os coordenadores do movimento se comportavam quando questionados nas entrevistas. Os mesmos, através de suas narrativas e de expressões gestuais, demonstravam que essa informação não condizia com a realidade e que era inaceitável conceber tal circunstância, em detrimento da reintegração de posse. Flaviano nos informou que era difícil manter o controle das pessoas sobre esse aspecto: “a gente não tinha como fazer revista das pessoas

pra que elas entrassem na... A gente conseguiu cercar a área, né, com arame farpado, definiu quatro entradas, inclusive, de segurança e não conseguíamos ter, ter... Infelizmente! Seria até bom se conseguisse... Uma ação de revista em todos os moradores que entrassem pras suas casas, pros seus barracos. Não! A gente não tinha como ter qualquer grau de responsabilidade sobre o que portava cada um dos moradores e de que forma guardavam, né, então, naquele momento, a gente tinham alguns elementos que nos deram segurança. O primeiro deles era confiança de que todo mundo ia encaminhar o que fosse decidido coletivamente [...] não tenho como assegurar tanto que tinha, quanto que não tinha. O que eu tenho como assegurar é que nunca fez, em nenhum momento, parte da tática do movimento qualquer iniciativa armada. Todas as iniciativas que foram trabalhadas pelos moradores foram trabalhadas no tom da resistência e da passividade”.

Em específico, no caso dessa inquietação, fica claro como os princípios que norteiam e normatizam uma sociedade influencia e molda o pensamento dos seus cidadãos. Simbolicamente, o ato de portar uma arma, para a maior parte dos cidadãos, representa um ato que coloca à prova o caráter de uma pessoa e acaba atribuindo-lhe um aspecto violento. O que observamos, em todos os depoimentos, é que de alguma maneira as lideranças do movimento não se comprometeram com esta suposição, e aqui o nosso intuito não é o de buscar a confirmação da informação, mas sim entender como e de que forma que os atores observados na presente pesquisa pensam a respeito do uso de armas de fogo e da violência. Caso se confirmasse, seria interessante identificar os seus efeitos, principalmente no que concerne ao emprego da força coletiva sob seus indivíduos (HALBWACHS, 1990).

Uma das lembranças que nos tomam quando refletimos sobre o 30 de julho de 2013, é a cena de uma moradora que ficou, por um momento, sentada em uma calçada, bastante desconsolada. No primeiro contato visual que tivemos, horas antes dessa cena, ela estava carregada de um semblante de segurança e firmeza, o qual se manteve no decorrer da manhã. Pareceu-nos que ela pode conter toda a tensão causada pelo nervosismo de estar em um momento de acirramento. Pudemos imaginar o que passou pela sua cabeça, como por exemplo, o medo de perder o pouco que tinha, de salvaguardar os seus filhos e até o mesmo o medo da morte. Logo depois de observarmos toda essa energia e movimentação, essa moradora foi tomada repentinamente pelo choro e pareceu, em um sentido figurado, desabar ao chão, dando lugar a um sentimento profundo de desespero. Ela levou o seu corpo à calçada, sentou-se desconsolada; algumas pessoas

tentaram ajuda-la, mas ela continuou chorando e o rosto ficou vermelho por conta das emoções. Com o passar dos minutos, esses sentimentos deram lugar a uma postura de reflexão e serenidade. A moradora levantou e retornou, provavelmente na esperança de poder contribuir com os seus pares naquela longa jornada.

A postura apresentada pela moradora foi a de uma pessoa aguerrida, que mesmo diante do cansaço emocional, não desistiria tão facilmente. Estando ali participando do conflito e resistindo a um momento de muita tensão, considerando a iminência da invasão da Tropa de Choque. Ainda foi possível de observar, que a mesma, ia e voltava diversas vezes, organizando os moradores, ameaçando quando a polícia ameaçava, demonstrando nas falas e gestos a sua indignação e revolta. Ela parecia, de fato, desempenhar alguma atividade importante na ocupação.

Aquela cena nos chamou muito a atenção, pois consideramos que ali, talvez, tenha sido o primeiro momento em que presenciamos o desespero e o exorcismo de sentimentos ligados às frustrações vividas por nove meses, por todos aqueles indivíduos. Ali, ao observarmos, fomos atravessados por uma realidade a qual não pertencíamos e que era violentamente desumana. Por sorte, logo depois desse episódio, tivemos oportunidade de conhecer essa mulher que nos foi marcante nesse primeiro contato, e as nossas impressões só se confirmaram. Chamavam-na de Vanessa Lohany e a mesma compunha a coordenação do movimento. No decorrer dos encontros ainda na comunidade, Vanessa mostrou-se, nas conversas, possuir um temperamento forte e posicionamento político muito firme.

Outra fala ilustra muito bem o que foi essa experimentação e vivência de um dia bastante tumultuado como o dia 30 de julho de 2013. Herculano, coloca-nos um pouco do que é relativizar os sentimentos dentro de um conceito de espaço e tempo para entendermos como funciona o dispositivo de memória, estando o sujeito inserido naquele contexto de resistência e conflito e tempos depois, em um contexto social de relativa tranquilidade. Ele nos leva a uma alegoria sobre a proximidade que manteve com os defensores citados, mostrando relembrar apenas desses personagens, porque foram os únicos que mantiveram contato com ele: “Olha... Porque... Até chorar, a gente como liderança chorou porque... Junto com os defensores que foram muito bons, muito legais com a gente, entendeu? Foram umas pessoas espetaculares, Dr. Sérgio, Dr. Alfredo e os outros que eu não me lembro o nome deles, cê entendeu? [...] eu gostaria de poder lembrar do nome de todos eles da época [...] Só consigo lembrar de Dr. Sérgio e Dr. Alfredo,

porque eu estou constantemente com eles, direto conversando, eles ligam pra mim, eu ligo pra eles. [...] Então o contato nosso, aí, não foi em vão. Continuou. Então pessoas que é a mesma coisa de amizade. [...] Se você se afastar daquela pessoa que conheceu hoje ou ontem [...] você vai esquecer o nome dela [...]”.



Imagem 12 – Sentimentos que unem e que removem

(Foto: Victor Balde, 2013)

Compondo também a coordenação da ação coletiva e participando ativamente da mobilização e da resistência nessa ação de reintegração, Diego Sales nos conta como foi a sua sensação ao se sentir confinado em meio a organização do cerco policial nas entradas e saídas da ocupação, e a recompensa de ter resistido: [...] o final foi uma vitória pra gente. Num teve um que não chorou, porque foi muito grande. A gente saber que tinha um helicóptero com três, quatro policial em cima, que na frente da gente tinha um trator... Muita policia! A gente olhava pra outra rua, mesma coisa; parecia que a gente era um bando de marginal. Parecia que a gente tava num presidio. Porque a quantidade de policial foi grande. [...] eles viram que não ia conseguir. Eles queria evacuar as criança e os idosos pra pegar o restante e fazer o que queria. Mas na verdade a gente conseguimos. Conseguimos e foi uma vitória muito, muito grande”.

No desenvolvimento do trabalho de campo e na busca por depoimentos que nos trouxessem informações e dados consistentes acerca da memória e narrativas da ação coletiva aqui estudada, pudemos contatar com moradores dos conjuntos de casas nas adjacências da antiga área da ocupação, como é o caso Josefa Neide, residente no local, que nos contou como foi a sensação de ter um barricada e uma comunidade efervescente a vinte metros de sua casa: “[...] nós teve medo mais de ter tiroteio, acontecer de uma bala perdida pro lado de cá, meu menino só gosta de tá aqui na rua [...]”.

Na mesma entrevista, que podemos considerar bastante conflituosa e confusa, o personagem de Josefa aparece como uma icônica. Por hora ela defende a luta pela moradia e a presente ação coletiva observada, por hora ela recrimina e mostra incômodo. Demonstra uma proximidade com realidade por ter, como nos contou, vivenciado o mesmo. Porém, distancia-se quando se coloca enquanto uma mulher comerciante, responsável pelo seu próprio negócio e que possuía a sua vida relativamente estabelecida.

Ainda sobre os personagens elencados e suas respectivas narrativas, avaliamos que cada um deles, por via de suas próprias falas e seus sentidos de memória, nos mostram como foi se perceberem e se perceberem em meio a um processo de repressão e resistência e como os acontecimentos do dia 30 de julho serviram como uma ruptura em suas vidas. Muitos deles nos relataram a respeito de mudanças sobre visões de mundo e aspecto íntimos, de experiência, de ideologia e afins.

Há ainda, considerando essas narrativas, o resgate da memória que nos propicia o vislumbre de relações sociais que nos levam a compreensão de aspectos da prática do poder e de seus repertórios de ação, considerando apenas o evento da reintegração de posse. Primeiramente, percebemos que há uma organização de poder centralizado na figura de coordenadores e intermediários distante de seguimentos institucionalizados como partidos políticos, que embora tenham se constatado a relação de militantes com partidos, ficou claro que os partidos pouco atuaram na Ocupação Novo Amanhecer. Segundo, o sentimento de combatividade desenvolvido pela coordenação quando se depararam com a iminência de uma ação de reintegração de posse, que só foram fortalecidos a partir de apoiadores e experts, a exemplo dos profissionais da área do Direito e do Jornalismo que atuaram incansavelmente no sentido de garantir os direitos e a dignidade dos indivíduos aqui observados, de modo que eles pudessem permanecer no local de disputa.

PARTE II – AUTO REPRESENTAÇÃO ATRÁS DAS BARRICADAS

O bojo deste projeto, em seu início nos idos de 2013, consistia no desenvolvimento uma pesquisa antropológica onde os sujeitos observados fariam os seus próprios clicks fotográficos e registros fílmicos, capturando o seu mundo simbólico e suas respectivas práticas cotidianas – e mais especificamente aqui, o contexto de prática política – dentro de um espaço e tempo periférico sob o olhar deles mesmo, e do outro. Desta forma, este outro não figuraria meramente enquanto um sujeito ou objeto que passou por um processo de feitichização por parte do observador. Este outro, já empoderado e com seu aparato tecnológico de registro, tanto fotográfico e de vídeo, passa a lançar um olhar sobre ele mesmo, construindo suas respectivas narrativas e reconstruindo a sua memória e a sua existência.

Atualmente, com a possibilidade de acesso a aparelhos eletrônicos como celulares e smartphones, as classes sociais menos abastadas tendem a fazer uso dessa tecnologia e a registrar os acontecimentos de suas respectivas vidas. Muito do cotidiano desses grupos é eternizado e utilizado também como um objeto simbólico de status, assim como em qualquer outro meio social. São selfies, viagens, idas à praia, reunião e bebedeiras com amigos e familiares, registros de momentos em shows de artistas e bandas favoritas. Em uma pesquisa rápida pela internet, fora possível constatar também uma nova tendência a registrar fotograficamente até mesmo velórios.

É provável que esta última situação nos tenha provocado muito estranhamento, afinal, de maneira genérica, o brasileiro tende a conceber a morte como um momento de perda, de ausência, de tristeza e de muito medo, o que provavelmente, no imaginário dessas pessoas, não seria cabível um registro de imagem do finado em meio à tristeza de um velório, onde há a presença de familiares e amigos. Aliás, diga-se de passagem, o brasileiro está cada vez mais tendendo a registrar momentos bastante inusitados, como por exemplo, uma vítima de acidente automobilístico que sobreviveu e resolveu tirar uma selfie, mostrando que estava tudo bem, mesmo sendo um acidente, aparentemente grave. Outro ponto interessante é que as informações e acontecimentos de maior destaque na sociedade acabam repercutindo nas mídias e redes sociais porque podemos conceber a ideia de que cada cidadão com um aparelho de smartphone é capaz de registrar o evento em tempo real e compartilhar com os amigos e familiares nas redes sociais, de modo que

isso ganha proporções cada vez mais gritantes. Tudo acontece em tempo real e com registro de imagem.

Visto que os nossos atores sociais, inseridos em uma determinada realidade, estando munidos de um aparelho que cabe na palma da mão e que nos dá a possibilidade de registro de imagem instantaneamente, e que, por conseguinte, permite-nos registrar materialmente o espaço e tempo de forma mais rápida e qualitativamente considerável quando comparamos esse panorama com a época de Malinowski, onde era necessário carregar quilos e mais quilos de equipamentos de fotografia e de filmagem nas costas. A questão aqui seria avaliar de que forma esses sujeitos podem contribuir para a construção do conhecimento sobre eles mesmos, de sorte que o presente trabalho seja balizado por uma abordagem teórico-metodológica polifônica e compartilhada.

Pois bem, da mesma forma que lançamos um olhar antropológico e de estranhamento a respeito de indivíduos que se utilizam da tecnologia para registrar através da imagem momentos inusitados de suas vidas e que provavelmente causam algum tipo de desconforto no outro, podemos também levar em consideração o fato de que um dos atores sociais deste trabalho nos proveu de um acervo de imagens de muita relevância, principalmente porque a partir dessas fotografias, foi possível compreender como se deram as relações de tensão e de acirramento entre o Estado e a sociedade civil organizada em um momento de ruptura e de correlação de forças assimétricas.

Badá, o nosso exímio e gentil fotógrafo, também coordenador da ação coletiva aqui estudada, não hesitou em nos ceder o material, permitindo que divulgássemos os seus olhares, os quais cristalizaram aquele momento de tensão social no dia 30 de julho de 2013, de sorte a tornar-se possível construir a presente narrativa etnográfica sobre as práticas de empoderamento do grupo, pelo prisma da (auto)representação. Este olhar que absolveu e perpetuou a materialidade e os corpos no tempo, pode ser descristalizado, a posteriori, posto em movimento pelos sujeitos que lá estiveram e, por conseguinte, lembrando, relembando e ressignificando. Esses registros nos dão parâmetros para entendermos qual seria o olhar dos antigos moradores da Ocupação Novo Amanhecer sobre eles, mesmo considerando essa análise sendo aplicada anos depois do evento fotografado. Essa dinâmica tem pontos diferentes no tempo, acompanhados dos mesmos sujeitos, leva-nos ao entendimento de como essa memória é afetada por aqueles que dela se utilizam, para assim pertencerem a um grupo.



Imagem 13 – Denisson “Badá” Santos
(Print: janeiro de 2016)

Denisson “Badá” Santos, tem 37 anos, casado e tem uma filha. Ele é técnico de informática e está desempregado. Foi coordenador da Ocupação Novo Amanhecer e participou de outras experiências de ocupação pelo bairro 17 de Março e Santa Maria. Esteve presente desde o princípio da ação coletiva estudada e é bastante conhecido não só pelos moradores da ocupação, mas também pelas pessoas do bairro. Badá nos concedeu uma entrevista onde pode contar com detalhes todo o cotidiano vivido na comunidade e a sua experiência de resistência diante da ação de reintegração de posse. Pode também, em outra ocasião, receber-nos em sua atual residência no bairro 17 de Março, onde nos mostrou um pouco da sua vida e das dificuldades que enfrenta, mesmo morando agora em um domicílio permanente. A preocupação é um sentimento permanente em sua rotina, assim como no cotidiano de muitos outros antigos moradores do Novo Amanhecer, visto que o auxílio-moradia pode ser cortado de maneira deliberada.

A partir de agora, aprofundar-nos-emos em um universo auto representativo, de um ator que tem larga vivência na periferia de Aracaju e que esteve em um momento de tensão social experienciado coletivamente, porém, registrado sob o seu olhar, através de uma câmera simples de um aparelho celular. A foto a seguir enuncia um fato interessante

a respeito da relação das representações política e partidárias que se envolveram de maneira distante ou aproximada com a história da Ocupação Novo Amanhecer. O registro é relevante porque nos mostra a presença de uma figura bem conhecida da política local, mas sequer foi citada nas entrevistas com os atores sociais. A representante em questão é a deputada estadual Ana Lúcia (PT-SE), que de acordo com algumas informações que não podemos confirmar, parece ter endossado o contato com o então governador em exercício, Jackson Barreto (PMDB-SE), que por sua vez solicitou ao comando de operação da ação de reintegração de posse a sua efetiva e imediata suspensão.



Imagem 14 – Diálogo com os moradores e coordenação do grupo.

(Foto: Badá, 2013)

Com o desenvolver das atividades de coleta dos depoimentos, acabamos submergindo na memória dos entrevistados para identificarmos algum tipo de relação entre as representações políticas e suas implicações para a ação coletiva observada. Foram vários os depoimentos em que os moradores foram interpelados sobre a existência e participação da referida deputada, mas o que os depoentes demonstraram não foi nada significativo a respeito dessa possível relação. Alguns desses sujeitos sequer ouviram falar no nome da deputada, o que é bastante estranho, visto que como foi possível detectar nas imagens, a mesma esteve presente na reintegração de posse. Na primeira imagem,

percebemos que foi criado um espaço e momento para abertura de um diálogo com a coordenação da resistência e parece-nos que ela fora recebida e ouvida. Percebemos também na mesma imagem, a participação dos coordenadores Flaviano e Dona Glória, e de uma parte considerável dos moradores, que em sua maioria eram mulheres. Constatamos ainda a presença de um midiativista que atuou em vários momentos da ação de reintegração de posse e que pode também nos servir com belíssimos registros desse dia. Sua atuação se deu em conjunto com outros profissionais e fotógrafos que objetivaram dar visibilidade e voz à causa.



Imagem 15 – Fala de Flaviano e presença do midiativista.

(Foto: Badá, 2013)



Imagem 16 – A deputada chamando a atenção de Badá

(Foto: Badá, 2013)

Nessas duas últimas imagens, podemos observar a posição de status social de gozo da deputada estadual Ana Lúcia (PT-SE), quando em meio aos atores sociais, consegue a atenção dos mesmos para estabelecer um momento de fala, mesmo considerando o momento de ruptura e tensão que viviam aqueles indivíduos com a iminente invasão da Polícia Militar. Além da tentativa da deputada em estabelecer a sua fala para os moradores ali mobilizados, nota-se também o nível de curiosidade dos moradores, os quais buscavam um lugar melhor para ouvir o que ela diria acerca daquela situação.

Parece-nos que muitos desses atores tiveram o primeiro contato com a deputada naquele momento. Vale lembrar que por diversas vezes as lideranças da ação coletiva incluíram em sua agenda a busca por apoio de outros representantes políticos, inclusive na Câmara Municipal de Aracaju, e nenhuma das tentativas pela busca de apoio do legislativo, municipal ou estadual, surtiram efeito. Outro ponto que precisamos sublinhar aqui a respeito da observação da imagem, é que algumas mulheres que se aproximaram para participar daquele breve espaço de reunião, cobriam as cabeças com camisas para não serem identificadas e para se protegerem do sol.

A fotografia a seguir exprime justamente uma das questões pertinentes deste trabalho, que é a de buscar compreender como se deram as relações entre sindicatos, ONGs, coletivos, movimentos sociais e outros grupos que tentaram formar uma conjuntura combativa com a ação coletiva estudada. Neste ponto, temos como objetivo o fomento de análises que nos levem à compreensão de como foram construídas essas relações e como transitaram essa militância entre os grupos. Será que essas observações poderão nos trazer dados consubstanciais a respeito da militância e do ativismo em realidades peculiares na atualidade do Brasil?

Como foi possível observar na imagem, identificamos a presença de um indivíduo com a camisa da CUT (Central Única dos Trabalhadores). Até o presente momento, tudo o que sabemos é que a atuação desse sindicato e de tantos outros se deu por meio de doações de provisões e de dinheiro. Um dos coordenadores do grupo, contou-nos que pouco antes do dia 30 de julho de 2013, data da reintegração de posse, alguns coordenadores da ocupação saíram em busca de apoio político e estrutural entre os sindicatos, e que boa parte deles contribuiu financeiramente. Este coordenador tentou nos mostrar que essa flexibilidade dos sindicatos se dava, naquele momento, por causa da conjuntura que se formava em pleno ano de processo eleitoral, e que os sindicatos estariam tentando reverter a doação em capital político.



Imagem 17 – Presença do sindicalismo sergipano

(Foto: Badá, 2013)

Ainda sobre a imagem acima, outro fato que nos chama atenção é a presença de um conjunto de pedras sobrepostas no asfalto, logo ao lado do indivíduo que transita com a camisa da CUT. Essa visão das pedras separadas e amontoadas no asfalto, nas proximidades de uma barricada, que foi utilizada para frear as ações da Tropa de Choque da Polícia Militar do Estado de Sergipe, faz-nos lembrar das considerações feitas em parágrafos anteriores deste capítulo. O cerne da questão a ser refletida é que o mundo simbólico, quando materializado pela fotografia, denota e enuncia fatores estruturais e situacionais, como o exemplo da imagem de pedras que poderiam ser utilizadas para arremesso, caso a ocupação sofresse a invasão da tropa de choque da polícia.

Sendo assim, as pedras materializadas pela fotografia são enunciadas não só pelo autor do registro, mas também por uma cadeia de eventos estruturantes que refletem um contexto histórico de tensões sociais. Por isso, entendemos que é importante ressaltar o emprego de análise dos registros imagéticos como uma forma de fazer emergir situações de acirramento que normalmente não seriam lembradas por aqueles que constroem a

memória a partir das fontes orais ou documentais. Um exemplo disso é que no desenvolvimento da participação observante no mesmo evento registrado pelas fotos acima, nós passamos por diversas vezes por esse mesmo local e não percebemos a presença das pedras.

Não só o tempo trata de apagar da memória daqueles que viveram e experienciaram uma ruptura em suas vidas. É evidente que tem o fato político, do discurso e dos interesses. Muito provavelmente, um ou outro depoente poderia ter ciência dessa situação de enfrentamento com o uso das pedras ali amontoadas contra qualquer indício de invasão e agressão por parte da tropa de choque da polícia. Essas reflexões denunciam como as revoltas populares são reprimidas e criminalizadas, afinal, para um manifestante com o mesmo perfil social dos atores observados, portar uma pedra com o objetivo de defender-se, seria suficiente para incriminá-lo. Para tanto, faz-se necessário esconder e reeditar o passado de uma cultura clandestina.

Na continuidade dos olhares lançados sobre a imagem anterior, foi possível identificar mais elementos simbólicos e denotativos de uma cultura de resistência, tais como um escudo confeccionado de maneira artesanal. Nas barricadas observamos barras de madeira prontas para serem usadas diante de qualquer iniciativa de invasão por parte dos policiais militares. Na fotografia, observamos ainda uma moradora transitando pelo local tranquilamente em companhia de uma criança, onde ambas não pareciam se preocupar com a situação.

Observa-se ainda que neste ponto de barricada não há presença de grupos de moradores que fariam o bloqueio em iminente possibilidade de avanço da ação policial na comunidade, provavelmente porque o contingente policial já havia sido reduzido, afinal tudo se encaminhava para a resistência da comunidade e a garantia da continuidade de moradia na Ocupação Novo Amanhecer. Ficou perceptível na imagem, visualizar que no fundo da rua o comando de operação da ação de reintegração de posse já não se encontrava mais presente: o que se via era um cenário ao fundo sem pessoas, sem movimentação, apenas a presença de uma viatura do Corpo de Bombeiros.

No aspecto da presença de crianças transitando pela comunidade no processo de resistência frente à reintegração de posse, foi possível notar nas narrativas dos moradores e lideranças do grupo que a utilização das mesmas fazia parte do planejado. A intenção era permitir que crianças, mulheres e idosos estivessem em meio à mobilização para que o comando da operação não utilizasse a Tropa de Choque da Polícia Militar. Deste modo,

na avaliação da coordenação, essas presenças evitaram a invasão da comunidade e desapropriação dos moradores. Enquanto o comando de operação no dia da reintegração de posse tentava negociar com as lideranças e advogados do Novo Amanhecer, representantes do Conselho Tutelar tentavam convencer as mães de que era necessário levar as suas crianças para um abrigo, de modo que se pudessem garantir a integridade moral e física de seus filhos.



Imagem 18 – Desmobilização

(Foto: Badá, 2013)



Imagem 19 – Composição das barricadas

(Foto: Badá, 2013)

Um ponto que é interessante de ser observado, diz respeito ao modo como as barricadas foram levantadas pelos moradores e o material que foi utilizado. Normalmente, em mobilizações e atos públicos de ações coletivas que promovem bloqueios de avenidas ou até mesmo em ruas de acesso a ocupações consideradas irregulares pelo Estado, os atores sociais se utilizam de pneus, espalhando líquidos inflamáveis e ateando fogo. A própria coordenação da Ocupação Novo Amanhecer usou essa prática para bloquear as avenidas de acesso ao bairro São Conrado e Orlando Dantas, em Aracaju, para chamar atenção da sociedade para a iminência da reintegração de posse que ocorreria dias depois.

Diferentemente do que ocorre nesses casos, a utilização de material sólido como restos de madeira, móveis velhos e lonas, refletem justamente o que está ao alcance dos moradores da ocupação e como eles estavam empenhados em não permitir a invasão da polícia militar. Através dessas imagens, foi possível perceber o que esses atores sociais têm à disposição em termos de materiais sólidos dentro do contexto em que viviam. Através das entrevistas feitas com estes sujeitos, percebemos que houve uma quantidade considerável de moradores da ocupação que também trabalhavam com reciclagem de materiais, até mesmo pela proximidade que tinham com um antigo lixão que existia no bairro Santa Maria e que foi desativado em abril de 2013. Muitos moradores dependiam do que coletavam no lixão e outros promoviam a reciclagem a partir de materiais recolhidos no local.

Badá nos contou em depoimento que boa parte dos restos de madeira utilizadas para compor as paredes dos barracos, foi usada para estabelecer as barricadas nas ruas que circundavam a Ocupação Novo Amanhecer. Com a iminente reintegração de posse e o embate entre ocupantes e Polícia Militar, muitos moradores da comunidade ficaram receosos e amedrontados com a ação e optaram por abandonar os seus barracos, já que os mesmos não acreditavam na possibilidade de êxito da comunidade sobre o Estado, de modo que pudessem permanecer no local.

Observando o registro de imagem subsequente, constatamos a aparente tranquilidade das mulheres que aproveitam, diante do momento de desmobilização do comando de operações. Assim como em qualquer outro dia em Aracaju, cidade litorânea e com um clima quente, chegando a castigar os nossos corpos, percebemos que as mulheres tentam fugir do calor do sol e descansam à sombra conversando com suas companheiras. Visualizamos ainda que uma das mulheres da foto ainda carrega nas mãos uma barra de madeira, passando logo ao lado de um outro indivíduo que também carrega

um artefato bastante similar, mas que foi cortado na foto e não pode ser identificado com precisão.



Imagem 20 – Pausa para a prosa

(Foto: Badá, 2013)

As camisas utilizadas nas cabeças por outras mulheres nas fotos anteriores que retratam o momento de diálogo entre a deputada estadual Ana Lúcia (PT-SE) e os moradores no momento da reintegração de posse são elementos que permanecem ainda muito presentes, como no exemplo da imagem acima. São mulheres de idades variadas; uma delas, ao fundo da foto, carrega uma criança no colo. Além de observar os indivíduos no registro imagético, podemos também avaliar como é a arquitetura popular por via dos barracos construídos, bem como o material utilizado para a sua edificação. Parece que há uma variabilidade de materiais para essas edificações: desde placas de PVC, madeira e até lonas plásticas, que são predominantemente da cor preta. Este último elemento acabou servindo de inspiração para a poesia Lona Preta, de Vinícius Oliveira (PSOL-SE) e que foi exibida no documentário “Paz com Direitos”, do mesmo autor.

Sobre o aspecto da materialidade e constituição espacial da comunidade, é possível perceber a disposição dos barracos na superfície do local, o espaçamento entre um e outro, e os limites impostos pelos próprios moradores como forma de delimitar o seu terreno. Em uma breve caminhada entre os becos da ocupação, observamos que

algumas edificações possuíam um espaço que serviam como um quintal ou o popular “puxadinho”, onde alguns moradores criavam galinhas ou deixavam o espaço reservado para estacionar suas carroças e resguardar os cavalos.



Imagem 21 – O comunicado

(Foto: Badá, 2013)

A foto acima retrata o momento de decisão para aqueles que construíram esse processo de resistência na Ocupação Novo Amanhecer, em 30 de julho de 2013. A cena em questão é o momento em que o comandante da operação, o Coronel Jackson Santos do Nascimento, se aproxima em conjunto com outros oficiais e passa a informação aos moradores e apoiadores que a reintegração de posse estava suspensa e que, gradativamente, o contingente e aparato policial seria retirado do local. Utilizar esse registro de imagem, que eterniza um momento de suma importância para os atores sociais desta pesquisa, coloca-nos em uma posição desafiadora, visto que identificamos um vídeo que foi publicado no site Youtube, que nos traz um registro deste mesmo momento.

É com efeito que o registro áudio visual acaba nos trazendo uma gama de simbolismo e significados, de sorte que obtemos, quando correlacionamos os dois registros, tanto de foto como de vídeo, um contexto com maior riqueza de detalhes e observações. Sendo assim, através dessa contextualização, podemos então descrever e interpretar cada linha posta nesse momento, para então darmos um sentido de memória a um evento de tensão social vivido pelo grupo estudado. Através dessa relação imagética

e de áudio, analisamos a postura dos atores sociais aqui observados a despeito do comunicado e da presença do Cel. Jackson Nascimento, que se aproximou das barricadas sem causar medo ou tumulto e a postura dos moradores naquele momento foi de flexibilidade e de atenção para com a fala do servidor.



Imagem 22 – Presença de profissionais do direito e da comunicação
(Foto: Badá, 2013)

Voltando para a questão do fomento da (auto)representação, sublinhamos que o citado registro audiovisual deste momento ímpar mostra, consequentemente, os atores sociais aglutinados em um espaço reduzido, representando dois lados: o Estado e a sociedade civil organizada. Nessa observação de caráter etnográfico, os sujeitos da presente pesquisa ganham contornos e movimento, sobretudo, porque essa (auto)representação vem por intermédio da fala, elemento ausente na fotografia. Todavia, podemos considerar que na ausência da fala propriamente dita, o corpo se faz presente enquanto um instrumento de comunicação, e passa a falar desenvolvendo uma linguagem de símbolos que obviamente é assimilado pelo outro, porque uma comunicação se estabelece amparada pela cultura do grupo.

O discurso ou linguagem fotográfica que emana dos próprios corpos que ali são capturados e analisados nos permite entender a ordem do discurso e qual a mensagem que eles desejam nos mostrar. Esse empoderamento enuncia de forma gritante, ainda que simbolicamente. Todos aqueles que foram por toda a vida segregados e excluídos dos principais espaços de sociabilidade, e que agora viabilizam aos seus iguais, a visibilidade,

a comunicação e tomada de decisões, passam então a ganhar contornos e voz por via da polifonia.

Como consequência, passamos a considerar a possibilidade de apreensão do mundo simbólico desses sujeitos por meio dos seus sentimentos e emoções, elementos que foram facilmente expressados naquele momento de ruptura. Observamos que no vídeo em questão, o Coronel Jackson Nascimento, estabelece contato visual e passa a comunicar a todos os presentes no local, através de um megafone, sobre a suspensão da liminar que determina a ação de reintegração de posse. Em contrapartida, percebemos nos rostos e corpos que estavam ali presentes, a expressão de apreensão, nutrida provavelmente por não saberem o que viria pela frente através da fala do citado militar. Posteriormente e já cientes da decisão, os atores sociais observados passam de um estado de apreensão para um nível de euforia extremo, interrompendo até mesmo a fala do referido servidor. Esse momento de euforia se estende por mais de 20 segundos onde os resistentes pulam, gritam, jogam os braços para o ar e se abraçam.



Imagem 23 – Gritos, gestos e muita comemoração
(Print: janeiro de 2016)

As lideranças tomam a frente e pedem para o grupo voltar a ouvir o que o Coronel Jackson tinha a dizer e todos voltam a prestar atenção. O oficial, mostra a sua preocupação e solicita que os moradores possam desobstruir as vias e que essa desmobilização possa

ser feita de forma ordeira e pacífica. Flaviano interpela o oficial, pede o megafone e se preocupa em tirar uma dúvida, mostrando que havia diferença entre a suspensão da reintegração e a revogação e que a suspensão não era uma garantia de que uma nova ação do Estado contra a ação coletiva se concretizasse.



Imagem 24 – Legitimação de uma liderança na representatividade do grupo
(Print: janeiro de 2016)

Tanto na fotografia quanto no vídeo foi possível observar a presença de uma equipe de televisão que acompanhou o diálogo entre o comando da operação, lideranças e moradores em frente à barricada. Contudo, não encontramos mais nenhum registro referente a este relevante momento. Também constatamos que haviam alguns oficiais que acompanharam o comunicado e estavam filmando a ocasião. Outros moradores se utilizavam de celulares para fotografar e também filmar. Como já é notório, Badá aproveitou este momento de extrema relevância para o grupo e fez também a sua contribuição, fotografando um espaço e tempo da memória para transmitir, à posterioridade, as suas narrativas fotográficas acerca dos personagens que experienciaram o 30 de julho de 2013.



Imagem 25 – Continuidade da comemoração
(Print: janeiro de 2016)

É de conhecimento geral que a utilização da fotografia enquanto método interpretativo antropológico tem contribuído para a ampliação do debate acerca das narrativas que são costuradas ao texto enográfico. Consequentemente, podemos obter através dessas análises interpretativas de estruturas sociais, o sentido de memória que é o que estamos aqui estabelecendo como objetivo. Essa importância do método é mais perceptível quando nos deparamos com o fato de que a presente ação coletiva observada não possui mais uma delimitação territorial física.

No início do desenvolvimento deste trabalho, fomos pegos de surpresa com a desmobilização da Ocupação Novo Amanhecer, embora tenha ficado claro que esse desmantelamento aconteceu apenas nos planos material e territorial. Verdadeiramente, essa ação coletiva e seus sujeitos nutriram e se utilizaram dessa ideia abstrata de grupo, de sorte que a identidade de pertencimento ao grupo se manteve, mesmo considerando que esses atores não estejam mais coexistindo nem compartilhando mais o mesmo chão que um dia trataram de defender com as próprias vidas. Ainda sobre a importância da

utilização da fotografia, Achutti incrementa e carimba o debate, colocando (ACHUTTI, 1997, p.64 apud BONI, MORESCHI, 2007, p. 04):

(...) esse domínio técnico aliado ao olhar treinado do antropólogo pode levar à construção de um trabalho fotoetnográfico que venha a ser relevante, não só como mais uma das técnicas de pesquisa de campo, mas também como uma outra forma narrativa, que somada ao texto etnográfico, venha enriquecer e dar mais profundidade à difusão dos resultados obtidos.

É indiscutível que a fotografia relacionada e costurada no texto etnográfico, não protagoniza apenas enquanto um documento estático e comprovador de fatos e detalhes pretéritos. Esse exercício de abstração por meio das imagens deve ter o sentido de apreender as implicações dos eventos e a participação dos seus atores, bem como o que é gerado a partir dessa ruptura. À vista disso, esses registros permitem, de maneira mais elaborada e reflexiva, que entremos em uma estrutura de significações, onde a partir delas, possibitemos a geração de uma teia de significações.

Hoje, depois de longas primaveras, nos deparamos com o mesmo local onde as famílias viveram. Nesta ocasião, foi possível transitar juntamente com alguns os moradores que experimentaram resistir a repressão do Estado. Através de suas narrativas e da memória coletiva e individual, vivermos também um pouco da realidade sofrida de outrora. Nessa experiência de retomada de um tempo que se foi e que agora está petrificado, ampliamos a vivência com reflexões e abstrações, lembrando como eram as moradias, como eram as pessoas, os sons, as cores, os cheiros e como era ir à ocupação de sandália e retornar para casa com os pés cheios de terra. A antiga área que comportou a Ocupação Novo Amanhecer continua habitada pelo enorme vazio do descaso e à sombra da ausência das políticas públicas referentes à moradia em Aracaju. Contudo, devemos dizer no proveito deste ensejo, que essa área se encontra materialmente vazia, de fato, pois o tempo presente, ainda é, por si só, incapaz de carregar essa carga de memória. Em virtude do que foi mencionado, afirmamos que só conseguimos vislumbrar essa realidade quando desenvolvemos a capacidade de utilizar o nosso olhar de uma maneira em que nos importemos com o outro, ao passo em que essas múltiplas e plurais realidades penetrem em nós mesmos.

No decorrer dessa experiência de revisitação do antigo terreno da comunidade, uma das coordenadoras, com idade aparente de trinta anos, à época, morando com os seus dois filhos, mostra-nos quão foi difícil iniciar essa mudança para a Ocupação Novo Amanhecer e como essa, certamente, foi uma das experiências mais terríveis de sua vida. Vamos caminhando pelo local onde foi estabelecida a ocupação e parece-nos que ela, cada vez mais, acessava a sua memória, mostrando-nos também como fora feita a delimitação e a construção do barraco em que ela viveu por nove meses na comunidade, exatamente como se tivesse revivendo aquele evento novamente.

Certamente, são espaços documentais e históricos registrados e ainda muito latentes na memória dos atores sociais desta pesquisa, que um dia, ousaram construir as suas próprias narrativas e trajetória, onde por meio da clandestinidade, resolveram não só uma vez, mas duas vezes, enfrentar o descaso do poder público e o poder de violência legitimada pelo Estado, promovendo a ocupação de um conjunto residencial de habitações populares que se encontrava em atraso na conclusão da obra, e meses depois retribuir o gesto com muita organização, luta e resistência. Essa viagem pela memória dos antigos moradores do Novo Amanhecer prossegue quando lembramos das filmagens das entrevistas que foram feitas com os atores desta pesquisa, ao observar a reação deles, estando eles novamente no antigo local de moradia. Alguns sentimentos vão escapando por meio das expressões nos rostos e as certezas do que eles viveram. Por vezes, locais de importância positiva ou negativa são apontados com os dedos na antiga comunidade. As certezas são logo interrompidas por um choro contido e brutal, que se esvai com a proximidade dos lugares que não são mais tangíveis. A memória serve como um gatilho para os sentimentos em contenção e talvez, sob efeito de dormência que o tempo provoca e trata de nos castigar.



Imagem 26 – O antes de um movimentado e coletivo cotidiano
(Foto: autor desconhecido, 2013)

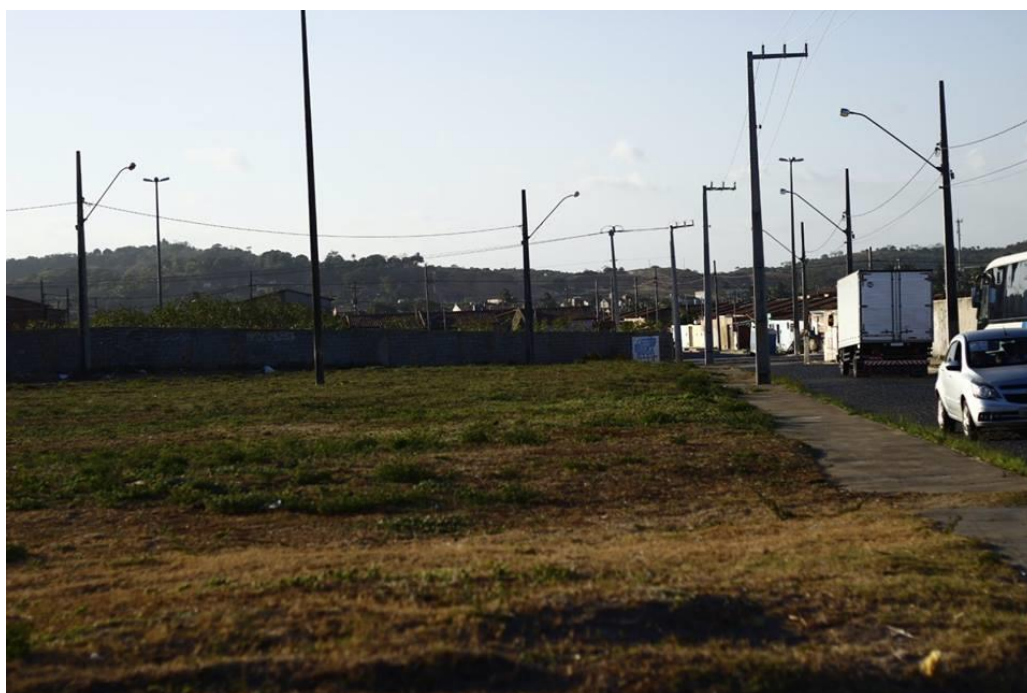


Imagem 27 – O depois de um preenchido e ocioso vazio
(Foto: Aimée Resende, 2015)

CAPÍTULO II – AÇÃO COLETIVA, CULTURA POLÍTICA E O CIBERESPAÇO

PARTE I – CIBERCULTURA E PODER

A maior parte da literatura que versa a respeito dos repertórios de ação dos movimentos sociais nos mostra que as estratégias desses grupos passam a ser moldadas a partir de cadeias de eventos que possuem relação com os processos históricos e políticos. Deste modo, compreende-se que forças estruturantes são alicerçadas socialmente e perpassam tempo e espaço, resultando em paradigmas políticos e econômicos que atuam significando o cotidiano do indivíduo ou grupo. Todavia, devemos considerar também que a “Cultura Política”, ou seja, o conjunto de características que trazem em si aspectos de linguagem própria, de simbolismos e significados, pode ser facilmente apreendido e transmutado por aqueles indivíduos que constituem um grupo social, além de também considerarmos que essas forças estruturantes não atingem integralmente a soma dos agentes.

Isto posto, no decorrer das análises preliminares desenvolvidas para entendermos como funcionava a dinâmica organizacional do grupo social observado, passamos a identificar significativa interação entre a ação coletiva observada e a rede social Facebook. A partir deste vestígio, estabelecemos como estratégia para a coleta de dados a etnografia do ciberespaço. Com o empreendimento dessa busca e seu aprofundamento, foi possível diagnosticar as causas que trouxeram bastante visibilidade para Ocupação Novo Amanhecer no âmbito da militância e do engajamento em Sergipe. É com efeito, que o Facebook, enquanto uma rede social, tem suas limitações e certamente não possui o mesmo alcance que a televisão. Porém, a utilização dessa ferramenta pela coordenação da referida ação coletiva acabou promovendo novas formas de atuação no que diz respeito as pesquisas sobre os repertórios de ação dos movimentos sociais, em específico, os que reivindicam a pauta da moradia.

A valer, a coordenação da ação coletiva trouxe um aspecto que lhes garantiu o diferencial em seus repertórios de ação, principalmente quando consideramos e comparamos o panorama geral dos movimentos sociais em Sergipe. Seus agentes se apropriaram de um dispositivo tecnológico que, por conseguinte, acabou desenvolvendo

uma via de mão dupla, de modo que os administradores da página do Facebook criavam conteúdo e divulgavam as ações e os últimos acontecimentos na comunidade, como por exemplo, as notícias sobre as decisões da Prefeitura de Aracaju a respeito do cadastramento das famílias e da concessão do auxílio-moradia transitória. Como dissemos, criou-se uma via de mão-dupla: não era só o fato dos administradores da página do Facebook estarem alimentando todo o tempo e atualizando os seus respectivos seguidores e outros internautas, mas também havia uma relação de troca e empatia entre os internautas e seguidores com relação à causa do movimento e sobre essas atualizações e publicações da página. Dado esse fato, a sociedade civil, não como um todo, é verdade, mas por uma parte considerável, no ápice da sua sensibilização, pode fazer com que um grupo, à margem da sociedade, extremamente criminalizado e estigmatizado, ganhasse notoriedade em outros lares sergipanos, quando o cenário que temos é de dominância da mídia corporativista que invisibiliza a cultura periférica.

Como foi sustentado aqui como hipótese, acreditamos que uma das causas do êxito dos agentes, no que concerne à conquista pela permanência no local onde ocupavam frente a ação de reintegração de posse, foi justamente o trabalho desenvolvido com o fomento do diálogo e comunicação através do midiativismo, que consistiu também na criação e utilização de blog onde era possível encontrar textos, fotos e várias outras informações que mostravam o cotidiano dos moradores. Identificamos o início dessa prática em idos de março de 2013 e no dia da ação de reintegração de posse. Essa estratégia de mobilização só ganhou mais reforço com todo o material fotográfico e de vídeo que foi feito e que também era lançado ao vivo pelos administradores da página da Ocupação Novo Amanhecer no Facebook. A própria presença dos profissionais de captação de imagens no momento da reintegração, fazia com que a ação do comando de operações fosse bastante limitada para promover a invasão na localidade.

Em dezembro de 2015, detectamos o reagrupamento da ação coletiva. Segundo as informações que obtivemos através dos coordenadores do grupo, havia a previsão da entrega de imóveis em conjuntos habitacionais no bairro 17 de Março até fevereiro de 2015, porém, a Prefeitura de Aracaju não cumpriu com o prazo, e no mês de dezembro 2015 as obras dos imóveis ainda não tinham sido concluídas. Junto à problemática da entrega dos imóveis, pesa o fato de que algumas famílias que ficaram de receber o auxílio-moradia transitória, ainda não haviam recebido.



Imagem 28 - Repasse de informações da coordenação do grupo
(Foto: Gabi Cruz, 2015)



Imagem 29 – Objetivos
(Foto: Aimée Resende, 2015)

Com este cenário, as lideranças conseguiram organizar uma mobilização que contou a presença de pouco mais de cinquenta moradores, sendo o ponto de encontro combinado numa praça que fica a mais ou menos a quatrocentos metros de distância do prédio da prefeitura, e de lá, o protesto seguiu.

Observávamos alguns moradores que residiam nas adjacências do conjunto que saíam às portas para entender o que estava acontecendo. A caminhada do grupo em direção a prefeitura foi, de certa maneira, desordenada e sem energia. Trafegaram pelas calçadas, de modo que o trânsito não precisou ser interrompido na avenida e o trajeto não durou mais que quinze minutos. Na chegada à prefeitura, dois guardas municipais nos informaram que o grupo não poderia entrar, e como reação esses atores iniciaram a entrada de forma rápida e desorganizada.

Os guardas municipais ainda tentaram fechar o portão, mas os componentes do grupo forçaram-no e impediram o tal ato. Nesse meio tempo, os guardas municipais que estavam na parte interna do prédio tentaram impedir a entrada de todos os participantes do protesto, de modo que pouco menos da metade do grupo conseguiu êxito na entrada e lá organizaram outra forma de protesto. Na área externa, a outra parte do grupo se manteve, inclusive com os ânimos exaltados e isso só se intensificou com a chegada do Grupamento Tático Operacional da Guarda Municipal de Aracaju. Horas depois, avistamos a chegada de uma equipe de reportagem que logo tratou de entrevistar algumas lideranças e moradores.

Para nós, a ação coletiva atinge o seu objetivo no fomento daquele protesto com a chegada da Secretária de Assistência Social do município de Aracaju, a senhora Maria do Carmo Alves (DEM-SE), que é casada com o Prefeito João Alves Filho (DEM-SE). A referida Secretária chegou até a parte externa do prédio acompanhada de seus assessores e secretários, e iniciou um diálogo com as lideranças e moradores.

Depois de muitas tentativas de acordos, a representante do executivo municipal manteve o posicionamento de convencer o grupo de que era necessário considerar a atual crise econômica que o país enfrentava e que não seria possível conceder mais benefícios aos antigos moradores da Ocupação Novo Amanhecer. Sobre os conjuntos habitacionais, que até hoje não foram concluídos, a Secretária se mostrou aquém das informações; foi atualizada sobre o contexto pelos próprios manifestantes a respeito das obras que estavam paradas, fato que causou constrangimento à comitiva do executivo municipal.



Imagem 30 – A reorganização do movimento
(Print: novembro de 2015)

Através das análises obtidas no ambiente de rede virtual, foi possível constatar uma relação interessante a respeito do uso do Facebook e das classes sociais. A distinção econômica desses agentes observados é discrepante, e avaliamos que há uma presença maior de usuários e seguidores da página que estão inseridos em classes com maior poder aquisitivo, sendo que desses, a maior parte é composta por estudantes universitários e que rotineiramente transitam entre a militância partidária ou movimentos sociais em Sergipe. Já a outra parcela de usuários, com menor poder aquisitivo, é basicamente composta por trabalhadores – encontramos um número significativo de rodoviários⁹ – e desempregados que faziam uso do Facebook ou da internet eventualmente.

Foi possível observar também uma estreita relação entre publicações e postagens com conteúdo alusivo à pauta do transporte público na capital sergipana. Normalmente eram compartilhamentos que diziam respeito a chamadas para atos públicos e reuniões organizadas pelo Movimento Não Pago. Vale a ressalva de que esse estreitamento ou apoio não era limitado apenas ao espaço virtual, por vezes percebemos a presença de militantes do referido movimento na Ocupação Novo Amanhecer: a presença desses atores foi mais visível por conta do seu número, na data da ação de reintegração de posse.

⁹ Acreditamos que esse número de rodoviários transitando na página se deve ao fato de que o Movimento Não Pago, que é um movimento social que tem como pauta o transporte público, mantém uma rede de contatos com para eventuais mobilizações e assembleias.

Lembramos aqui também que os administradores da página do Facebook do Movimento Não Pago publicavam e divulgavam qualquer informação a respeito da ocupação. Constatamos também, na página da ocupação, diversas postagens de apoio e convites para a mobilização da resistência na ocupação Nossa Senhora do Carmo, no município de Carmópolis, em Sergipe, devido ao fato de que as duas ocupações são regidas pelo Movimento Terra Livre, grupo ligado ao PSOL.

Durante as nossas avaliações sobre as publicações dos administradores da página, deparamo-nos com uma situação inusitada, a qual denuncia o preconceito visível na atualidade: um internauta utilizou o seu perfil no Facebook para postar um link referente a uma imagem da bandeira do MST no formato de comentário, em uma das publicações da página da ocupação. Esse link foi disponibilizado, acompanhado de legendas com discurso de ódio que refletiam justamente, o cenário do pensamento social a despeito de uma pseudo polarização entre esquerda e direita partidária no Brasil.



Imagem 31 – A desinformação
(Print: novembro de 2015)

Em outro momento, conferimos uma postagem que fala do exato momento em que a coordenação da Ocupação Novo Amanhecer foi recebida por Secretários da Prefeitura de Aracaju, onde os coordenadores exigiam a garantia da concessão do auxílio-moradia transitória em documento oficial e com ampla divulgação nas mídias. Na presente postagem fora observada a baixa interação dos internautas, sem nenhuma

promoção de comentários ou diálogos. Todavia, constatamos um número relativo de curtidas na publicação, pouco mais de uma dezena, onde boa parte era constituída de militantes ou ativistas de outros coletivos e movimentos sociais.

As postagens seguem abaixo no perfil, na mesma data, ou seja, em 18 de novembro de 2013, com textos e fotos referente às ocupações das prefeituras de Aracaju e de Carmópolis. Na foto anexada à publicação havia uma legenda que informava sobre as questões que norteavam a possibilidade de reintegração de posse marcada para o dia 20 de novembro de 2013 e que os moradores estavam também exigindo o cancelamento da mesma. Neste ponto, percebemos uma contradição por parte dos representantes da Prefeitura de Aracaju que negociavam a disposição do auxílio-moradia transitória aos moradores da Ocupação Novo Amanhecer, mas que sabiam dessa possibilidade de reintegração de posse. Isto é, como é que os moradores seriam cadastrados no programa, se a reintegração de posse faria com que os moradores fossem para outra localidade?



Imagem 32 – A berlinda.

(Print: novembro de 2015)



Imagem 33 – Ocupação da Prefeitura de Aracaju

(Foto: autor desconhecido, 2013)

A data de 18 de novembro de 2013 foi caracterizada pela articulação do Movimento Terra Livre em outra ação coletiva, além da Ocupação Novo Amanhecer. O grupo conseguiu força política suficiente para mobilizar duas ocupações em duas prefeituras de forma simultânea em Sergipe. Deste modo, participaram do mesmo ato os moradores do 17 de Março, ou seja, do Novo Amanhecer, ocupando a Prefeitura de Aracaju, e concomitantemente, a ocupação da Prefeitura de Carmópolis feita pelos moradores da Ocupação Nossa Senhora do Carmo, localizada no povoado Aguadas. Vale lembrar que Carmópolis fica a 47 quilômetros da capital sergipana.

Desde 2009, cerca de quatrocentas famílias compunham a Ocupação Nossa Senhora do Carmo, com o início da administração do executivo municipal por parte do Partido dos Trabalhadores, na figura de Esmeralda Cruz, aguardavam a entrega de imóveis de um conjunto habitacional que apresentava diversos atrasos nas obras e que ainda não havia sido inaugurado. À época, à frente da organização do grupo estava, novamente, o Movimento Organizado dos Trabalhadores Urbanos (MOTU), repetindo a mesma receita de atuar de maneira autoritária e centralizada com ações e informações dúbias, e sem transparência. Com este cenário já instaurado, o problema agravou gradativamente, principalmente quando as lideranças do referido movimento aceitaram estabelecer um acordo com a Prefeita Esmeralda Cruz (PT-SE), que disponibilizou apenas cem imóveis para serem distribuídos, como já dissemos, quatrocentas famílias. Em

contrapartida, as famílias vislumbrando um gesto de injustiça, acaba voltando-se contra a coordenação do movimento.



Imagem 34 – Moradores da Ocupação Nossa Senhora do Carmo
(Foto: autor desconhecido, 2013)

A causa do estopim para o rompimento da relação entre MOTU e as quatrocentas famílias do povoado Aguadas, foi o acordo feito entre as lideranças e Prefeitura de Carmópolis, o qual consistia na desmobilização das famílias para que o executivo municipal pudesse organizar e concluir uma ação de reintegração de posse, de maneira que a gestão pudesse vir a cumprir com o seu calendário de atividades. Diferente do que aconteceu na Ocupação Novo Amanhecer, essas famílias se organizaram, levantaram barricada, porém não conseguiram frear a ação de repressão do Estado. No dia 20 de novembro de 2013, mais um dia da Consciência Negra, a Polícia Militar de Sergipe, por via da sua Tropa de Choque, logra êxito na expulsão de mães e pais de famílias, mulheres grávidas, idosas, idosos e crianças, que naquele momento perderam o pouco que tinham.

Como saldo da ação repressiva e descabida da Tropa de Choque, uma mulher grávida foi atingida por uma bala de borracha e foi encaminhada ao hospital da cidade. Várias pessoas foram presas de forma deliberada, incluindo menores de idade. Como de praxe, os agentes da tropa utilizaram balas de borracha – de acordo com alguns relatos, as armas que são consideradas não letais eram apontadas na altura da cabeça – e de gás lacrimogêneo, promovendo a desarticulação da resistência da Ocupação Nossa Senhora

do Carmo. Nesse dia, a estrutura organizacional, e a forma de atuação por parte do Movimento Terra Livre, foi bem parecida com a do dia 30 de julho de 2013 na Ocupação Novo Amanhecer. Embora em menor quantidade, equipes de televisão da mídia corporativista se fizeram presentes, e diferente da reintegração de posse em Aracaju, houve a distorção dos fatos e informações exibidos na televisão: de acordo com os repórteres, foram os populares revoltosos que iniciaram o conflito agredindo os policiais militares. O Núcleo de Movimentos de Bairros e de Direitos Humanos da Defensoria Pública do Estado de Sergipe também estava presente, representado por Alfredo Nikolaus e Miguel Cerqueira, mas que pouco pode ser feito para evitar a ação repressiva do Estado.



Imagem 35 – Povoado Aguadas em chama.

(Foto: autor desconhecido, 2013)



Imagem 36 – Proteger e servir a quem?

(Foto: autor desconhecido, 2013)

A problemática enfrentada pelos atores sociais aqui observados a respeito da concessão do auxílio-moradia mostrou-se bastante complexa e extensa. Através da etnografia do ciberespaço, empregada com profundidade nas análises acerca dessa relação entre a ação coletiva e a sociedade civil e o Estado, podemos afirmar que o executivo municipal agiu com descaso em detrimento da situação de vulnerabilidade social das famílias que compunham a Ocupação Novo Amanhecer. Toda essa dinâmica, no que diz respeito à concessão do benefício, girou em torno das diversas reuniões com secretários e representantes da gestão, com a participação dos líderes da ocupação, advogados do grupo e defensores públicos que nada puderam fazer para que a gestão do prefeito João Alves Filho (DEM-SE) se responsabilizasse e cumprisse os prazos estipulados pelos próprios gestores.

A dinâmica descrita acima foi observada em uma postagem do dia 24 de outubro de 2013, onde os apontamentos feitos pelos administradores da página estão relacionados à promessa de que a prefeitura faria a concessão do benefício na segunda quinzena de outubro, e como isso não aconteceu, a coordenação da Ocupação Novo Amanhecer conseguiu-se reunir com o representante da Secretaria de Planejamento de Aracaju, Luciano Paes, na tentativa de viabilizar o acesso não só ao benefício, como também para solicitar à Prefeitura de Aracaju a instalação de banheiros químicos na comunidade.

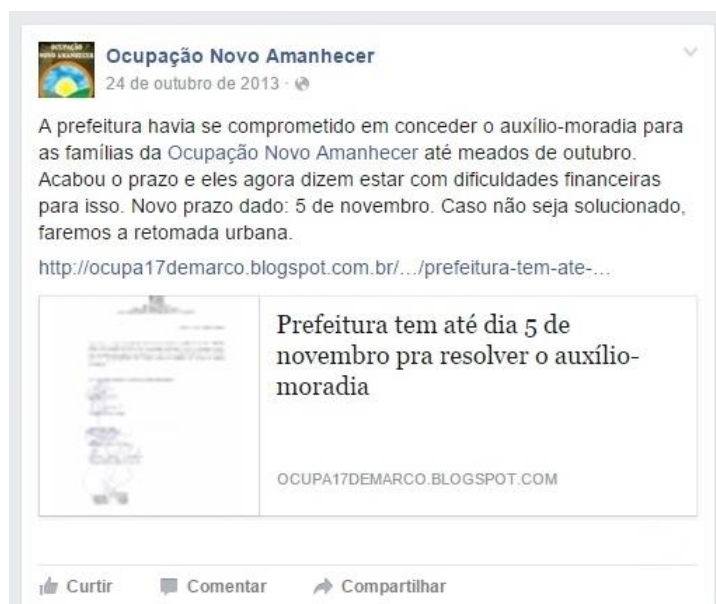


Imagem 37 – O aviso.
(Print: novembro de 2015)

Ainda sobre o aspecto do fomento de reuniões entre o poder público e ação coletiva, identificamos quase duas dezenas de postagens com textos, dos administradores da página, que denunciam o distanciamento do executivo municipal e suas respectivas secretarias para o cumprimento de suas atribuições, que os moradores e coordenadoria entendem que é dever da gestão. A maior parte desse número de publicações observamos nos textos um link da página “e-aju Prefeitura de Aracaju” atualmente endereço virtual da gestão do município no Facebook. Assim como a arte imita a vida, parece-nos que o mundo virtual imita o mundo real. Da mesma maneira que o poder do Estado não desenvolve alcance na integridade de todos os seus cidadãos, no mundo virtual ou no ciberespaço isso também é refletido. Não constamos nenhuma interação entre os administradores da página da Prefeitura de Aracaju em relação aos chamados e links feitos pelos administradores da página da Ocupação Novo Amanhecer.

De acordo com um dos líderes da ação coletiva, conseguir reuniões com representantes do executivo municipal é uma tarefa difícil e desanimadora. De acordo com o que nos contou, há uma logística para mobilização da comunidade para que a mesma esteja ciente do que acontecerá e de quem estará representando o grupo. Na maioria das vezes, garantir este feito só é possível com a colaboração voluntária de militantes experts, como é o caso de um dos advogados do grupo, Igor Frederico Lima.



Imagem 38 – Coronel Jackson Nascimento e o advogado Igor Frederico
(Foto: Victor Balde, 2013)

O que se percebe nesse jogo político de cartas marcadas é que os representantes do executivo se esforçam e fazem de tudo para estabelecer um estratagema em busca de benefícios próprios. Sendo assim, o não cumprimento dos acordos estabelecidos nas reuniões com a sociedade civil organizada, faz parte do engodo. Não podemos aqui pensar que isso é incapacidade dos nossos gestores. Prazos e datas são sempre ignorados e as justificativas são mais irrisórias do que se poderiam colocar para os moradores por um estado de crise econômica assolando o país ou a suposta falta de verba pública no caixa da prefeitura. O que consideramos interessante é que esses fatos são incongruentes, se levarmos em conta os altos salários, por exemplo, dos cargos de comissão – que geram um ônus de mais ou menos R\$ 3 milhões – da Prefeitura de Aracaju e que são convocados para nada fazerem, a não ser apoiar a gestão na formação de uma rede de cabos eleitorais profissionais dentro de repartições públicas e instituições. O salário dos vereadores atinge o número de R\$ 15.031,76 além das verbas de gabinete que estão estabelecidas em R\$ 10.000,00. O custo mensal dos vereadores atinge o valor de R\$ 300.762,24. Em face dessa realidade, percebemos o gasto da máquina pública com ações levianas de uma elite política que insiste em pilhar e controlar, organizando por meio de dispositivos de coerção social, um processo de vulnerabilização do indivíduo para que se estabeleça os pilares mantenedores do usufruto de famílias abastadas que constituem as suas vidas respectivas vidas, subtraindo a dignidade de outrem.

Mais uma reunião se realizou no dia 17 de setembro de 2013, e nela foi estabelecido que as trezentas e onze famílias, cadastradas no programa de arrendamento de casas populares organizado pela prefeitura, seriam contempladas com esses imóveis até dezembro de 2014, e que até o momento da entrega desses imóveis, elas seriam amparadas e receberiam o auxílio-moradia como medida paliativa. Sendo assim, essas famílias teriam o seu cadastro concluído no programa de concessão ao auxílio-moradia e passariam a receber o benefício até a primeira quinzena de outubro de 2013. Na reunião estavam presentes os representantes da Secretaria Estadual de Articulação com os Movimentos Sociais, da Comissão de Direitos Humanos da Defensoria Pública do Estado de Sergipe e da Secretaria de Saúde do Município, e ficou acordado que as famílias mais necessitadas – e aqui acredita-se que eles tenham considerado que os portadores de necessidades especiais e idosos teriam prioridade, bem como as mulheres grávidas ou/e com crianças – seriam cadastradas e contempladas com as habitações. De acordo com as informações que obtivemos através de alguns coordenadores, a Prefeitura de Aracaju

divulgou o número de sete mil habitações que seriam construídas e entregues até dezembro de 2014. Assim sendo, a Defensoria Pública deixou a cargo da prefeitura, o estabelecimento do critério para a escolha dessas famílias, talvez para agilizar o processo de entrega das casas e não gerar mais atrasos.

Durante a reunião, a coordenação do movimento pode falar novamente sobre a realidade dos moradores no que tange à questão da saúde e a sua relação com o ambiente em que residiam. Fora exposto pelos líderes, que quem mais sofria com enfermidades, principalmente as de ordem dermatológica, eram as crianças, e com o clima frio dos meses de março a agosto na capital sergipana, elas sofriam com gripes e sinusites. As mães, na tentativa de solucionar o problema do entupimento das vias aéreas dos seus respectivos filhos, sugavam com a boca as narinas das crianças para a retirada do excesso de secreção. A situação das jovens grávidas era mais preocupante e urgente, haja vista que as mesmas sequer haviam feito o pré-natal, com exames e acompanhamento médico adequado, e ainda obtivemos a informação de que foram confirmados quinze casos de dengue, sendo um deles de dengue hemorrágica.

Como já dito anteriormente, o panorama da saúde na comunidade necessitava de uma intervenção emergencial, pelo fato de que os seus moradores estavam integralmente expostos à contaminação por uma infinidade de doenças e sofrendo a segregação de não terem o direito a atendimento médico de urgência e a consultas, pois por não residiam em domicílios permanentes, não podiam comprovar residência no momento da entrada para o preenchimento da ficha de atendimento em hospitais, unidades de pronto atendimento e postos de saúde. Mesmo que esses sujeitos aqui observados estivessem ocupando um espaço público, de sorte a chamar a atenção de toda a sociedade e do poder público, parece-nos que administração municipal fez vistas grossas quanto a essa situação, com um fato que em si é notório e público.

As crianças sofriam com algumas doenças, mas principalmente com o popular “Bicho de Pé”, também conhecida em outras regiões como “Bicho de Porco”. A Tungíase é uma enfermidade que afeta a superfície da pele do indivíduo, sendo causada pelo parasita *Tunda Penetrans*. Como explicou Dona Glória – membro da coordenação do movimento – os próprios pais tratavam a enfermidade das crianças com álcool e agulha; outros moradores relatam que quando não tinham agulha ou alfinete, tiravam o bicho-de-pé com palito de fósforo. A Tungíase acomete pessoas que vivem em lugares sem

saneamento básico, haja vista que o parasita sobrevive em terreno arenoso contaminado e em microclimas de altas temperaturas.



Imagem 39 – lixo acumulado e paralelo a comunidade.

(Foto: Joscivanio de Jesus e Marcos Antônio, 2013)

Continuando as reflexões lançadas quanto às informações obtidas sobre a reunião do dia 17 de setembro de 2013, faz-se importante lembrar do acordo feito para encontrar uma solução definitiva para as famílias acampadas, de modo que elas não sofressem novamente com mais um processo de reintegração de posse: a coordenação da Ocupação Novo Amanhecer pressionou os representantes da Prefeitura de Aracaju para que os mesmos solicitassem à Procuradoria Geral do Estado a suspensão de qualquer ação judicial contra o movimento, e também a provisão de uma tenda e banheiros químicos, tendo em vista que todos os detritos decorrentes das águas utilizadas para banho e lavagem de roupa e da louça eram despejados em pequenos córregos que cortavam a comunidade. Como os barracos eram desprovidos de banheiros, os moradores cavavam um buraco que era coberto por uma sacola plástica e depois defecavam dentro, para depois descartá-las jogando-as em um terreno logo ao lado. A urina era posta em baldes e despejada no mesmo local. Considerando essa realidade, o executivo municipal, através da Secretaria Municipal de Saúde, tratou de acertar na reunião que foi destacada acima, sobre a possibilidade de promover uma ação para as famílias da Ocupação Novo Amanhecer com atendimentos na área de saúde – principalmente no que tange ao atendimento ambulatorial – objetivando, preferencialmente, o atendimento de crianças e idosos.



Imagem 40 – Banheiros improvisados

(Foto: Joscivanio de Jesus e Marcos Antônio, 2013)

Outro ponto da referida reunião foram as constantes invasões que os grupos de policiais empreendiam na comunidade. A Comissão de Direitos Humanos da Defensoria Pública do Estado de Sergipe, em conjunto com a Secretaria de Segurança Pública, visou a rápida mudança referente à atuação e coação dos militares que por diversas vezes invadiram de forma deliberada e perseguiram os moradores sem nenhum motivo aparente. Essas abordagens estão caracterizadas como fatos marcantes na memória daqueles que construíram a luta do Novo Amanhecer, os quais nos contam que a violência policial, principalmente à noite, era rotina. De acordo com os moradores, as ações dos policiais consistiam sempre no constrangimento com os populares “baculejos”¹⁰, e quanto a estes, obtivemos algumas informações através dos relatos de lideranças da ação coletiva: a situação envolveu parte considerável dos moradores em uma noite em que policiais visualizaram um dos atores sociais descer de uma motocicleta, devidamente estacionada nas adjacências, adentrando a comunidade em direção ao seu barraco; logo depois, ele foi abordado por policiais, e nesse momento encontraram-no segurando uma lata de cerveja.

O capítulo dessa novela versado nessas linhas mostra que os policiais estavam em busca de qualquer motivo para então poder enquadrar qualquer morador, talvez com o intuito de causar pânico geral e intimidação. Os policiais militares acusaram o tal morador

¹⁰ CPP - Decreto Lei nº 3.689 de 03 de Outubro de 1941. Art. 240. A busca será domiciliar ou pessoal. § 2º Proceder-se-á à busca pessoal quando houver fundada suspeita de que alguém oculte consigo arma proibida ou objetos mencionados nas letras b a f e letra h do parágrafo anterior.

de pilotar a motocicleta embriagado, mesmo sem fazer o teste com o bafômetro ou através da confirmação de um exame médico para atestar tal acusação. O morador foi conduzido a uma viatura que estava ao lado da comunidade e todos os outros moradores que acompanharam o fato, intercederam na questão e impediram que os policiais levassem o então suspeito. Flaviano, que estava morando em um dos barracos da Ocupação, foi chamado por um pequeno grupo de moradores para resolver a confusão com os policiais militares, através do diálogo, porém a tentativa foi sem efeito. Desta maneira, o morador que àquela altura já era suspeito diante do tribunal erguido pelos policiais militares na ocasião, foi conduzido para dentro da viatura. Flaviano e vários outros moradores ameaçaram também acompanhar a guarnição, caso a prisão deste morador viesse a se concretizar.

Flaviano acrescenta a essas lembranças as frequentes invasões dos policiais à comunidade – que teve tempo durante o percurso entre o barraco e a confusão, de ligar para o CIOSP (Cento Integrado de Operações em Segurança Pública) – denunciando a conduta dos policiais e o fato que se sucedia naquele momento, que havia feito a denúncia a um dos policiais. O efeito foi imediato: um dos policiais mostrou-se apreensivo com a notícia e recuou na condução do morador, que foi imediatamente liberado.

Não sabemos ao certo afirmar se após a reunião do dia 17 de setembro de 2013 a Polícia Militar do Estado de Sergipe cessou as invasões e coações dentro da comunidade, visto que dos poucos moradores que aceitaram falar sobre o problema, uma pequena parte nos contou que observou, sim, a ausência dos policiais, e que a impressão que ficou foi a de que a atuação dentro da comunidade havia diminuído. Contudo, devemos também considerar que, por diversas vezes, delitos leves eram cometidos nas adjacências da Ocupação Novo Amanhecer e que, de acordo com a coordenação do grupo e de outros moradores, esses delitos eram cometidos por indivíduos não identificados, visto que os mesmos não residiam na comunidade. Os moradores afirmam ainda que essa prática era feita para que os criminosos pudessem despistar a polícia militar; permanecendo no local por algumas horas, e depois evadiam-se. Por este motivo, parece-nos que a atuação da polícia dentro da comunidade não tenha cessado efetivamente diante dessa continuidade de delitos nas adjacências da ocupação.

Através do emprego da etnografia do ciberespaço, foi possível constatar uma diversidade de dinâmicas sociais concernentes à questão de organização política, criminalidade e violência, saúde e ambiente, dentre outros aspectos. Tudo isso se tornou

viável com as observações feitas na página da Ocupação Novo Amanhecer na rede social Facebook, de sorte que pudéssemos empreender uma análise sistemática dos dados dispostos na rede e da relação de uso que os atores sociais possuíam com este dispositivo. Partindo dessas premissas, examinamos uma publicação referente ao dia 2 de agosto de 2013, onde segue anexo o link de um texto redigido por Vinícius Oliveira e publicado no blog da Ocupação, no dia 1º de agosto de 2013.

Nesse testemunho foi possível detectar uma gama de aspectos, sobretudo como uma pequena parcela da mídia tem se utilizado deste dispositivo para autopromoção ou promoção de parlamentares. Através do texto, compreendemos como a conquista dos moradores que resistiram em detrimento da tentativa violenta do Estado em desapossar e subtrair seus cidadãos, foi posta como fruto de trabalho parlamentar. Um respeitado jornalista de um jornal on line, o Infonet, na matéria do dia 31 de julho de 2013, ou seja, um dia após o processo de reintegração de posse, tratou de subverter a ordem dos fatos, deslegitimando a mobilização, autogestão e ação direta do movimento social estudado, atribuindo os “louros da glória” à deputada estadual Ana Lúcia (PT-SE). Considerando o texto do respeitado jornalista, sublinhamos aqui que, embora tenhamos registros fotográficos da supracitada deputada no presente trabalho, no decorrer dos depoimentos coletados com os principais personagens, não encontramos nenhuma referência de participação direta ou indireta direcionada pela mesma.

De início, a reintegração de posse estava marcada para o dia 4 de julho de 2013. Todavia, na análise da coordenação do movimento, diante do processo que se dava em todo o país com as mobilizações populares das Jornadas de Junho e Julho, e de vasta amplitude de pautas, o prefeito João Alves Filho (DEM-SE) parece ter recuado, adiando a sentença e expulsão das trezentas e onze famílias do Novo Amanhecer do 17 de Março. Nessa mesma época, um punhado de grupos ligados à atuação partidária e de movimentos sociais de esquerda organizaram os famosos “Acordas”, e no primeiro deles somaram-se quarenta mil pessoas que tomaram as ruas da cidade, com pautas que não estavam limitadas ao transporte público.

Sem obter uma resposta do executivo municipal quanto à suspensão da reintegração de posse no mês de julho de 2013, a coordenação do movimento, desesperadamente, aproveitando a conjuntura somada ao clima das mobilizações dos movimentos sociais, organizam um ato de ocupação da Prefeitura de Aracaju pela primeira vez, visando uma reunião entre as partes envolvidas – principalmente a

Procuradoria Geral do Estado – no sentido de dar um fim à possibilidade do executivo municipal promover mais uma reintegração de posse para as famílias acampadas no bairro 17 de Março, considerando que muitas delas já sofriam pela terceira ou quarta vez uma ação de despejo.

De acordo com os relatos dos moradores, o grupo viveu dentro da ocupação da Prefeitura de Aracaju momentos de muita tensão, sobretudo por conta da presença da Guarda Municipal e da Polícia Militar, que agiram com truculência e ainda tomaram a postura abusiva de negar o acesso dos manifestantes à água e aos banheiros. Havia dezenas de crianças, inclusive de colo e mulheres grávidas em conjunto com outros moradores que unidos, reivindicavam a concessão de auxílio-moradia, a suspensão da reintegração de posse e a aquisição dos imóveis prometidos pela prefeitura. A única resposta que a ação coletiva obteve do poder público naquele momento chegou por meio do representante da Secretaria de Assistência Social, que informou da necessidade de ser, no mínimo sessenta dias para identificar aqueles moradores que receberiam o benefício de acordo com os critérios estabelecidos constitucionalmente.

Por conta da iminência de uma reintegração, dezenas de famílias abandonaram a luta e a comunidade com o receio de sofrer na pele a violência e o terror do Estado. Aproveitando uma cadeia de eventos situacionais, coordenação e moradores nos relatam que os atos públicos organizados pelo movimento foram postos em prática, com marchas pelas ruas do centro da Cidade de Aracaju, com gritos de ordem, muito batuque e carro de som.

Na postagem da página da ocupação, datada do dia 30 de julho de 2013, ou seja, o fatídico dia da ação de reintegração de posse, observamos a repercussão do trabalho empregado por meio do midiativismo feito durante todo o dia com uma equipe de militantes e ativistas de diversos coletivos e movimentos sociais, com suas câmeras, notebooks, modems, que permitiram que a sociedade estivesse a par da situação da comunidade observada, ao vivo ou a posteriori, através dos registros de imagem e áudio visual. Os administradores nessa postagem publicaram um vídeo com o registro do momento exato em que o comandante da operação se aproxima da barricada levantada na rua de acesso ao comando, de onde era possível ver a presença dos policiais, viaturas, caminhão, trator, corpo de bombeiros, SAMU e etc. A aproximação é feita com outros policiais, enquanto o comandante segura um megafone para se comunicar com os resistentes que ainda estavam animados e faziam barulho com os gritos de ordem.



Imagem 41 – registro auto representativo
(Print: novembro de 2015)

O vídeo publicado é um registro do momento (descrito no capítulo anterior) em que o comandante da operação se aproxima da barricada, que foi levantada na rua de acesso à comunidade, para comunicar aos coordenadores da ação coletiva sobre a suspensão da reintegração de posse. No cenário ao fundo, era possível ver a presença do contingente policial, viaturas da PMSE e do Corpo de Bombeiros, caminhões de apoio, trator, ambulâncias do SAMU, dentre outros.

O vídeo analisado obteve na conta da Ocupação Novo Amanhecer, no Youtube, duzentas e vinte e cinco visualizações, e certamente deve ter atingido e ganhado visibilidade com pessoas que não são engajadas em nenhuma causa, que não estão vinculadas a grupos, ONGs, coletivos, movimentos sociais e etc. Na mesma postagem que foi verificada na página do Facebook, foram vinte e seis compartilhamentos do vídeo, com destaque para um fato que nos chamou atenção: uma página com bastante

visibilidade denominada *Não é por 20 centavos, é por direitos*, com mais de sete mil seguidores, compartilhou o vídeo que mostrava o momento da suspensão da reintegração de posse.

No decorrer da busca de dados sobrepostos no espaço virtual, encontramos nas análises um link referente a um site chamado *blaving - a rede social de voz*, onde consta um registro de áudio feito por uma voz feminina, de 13h10min, relatando que o contingente policial havia diminuído em 70%, e que tudo indicava a postura de recuo por parte do comando da operação. De todo modo, mesmo com essa possibilidade, os moradores continuaram mobilizados, garantindo a resistência e acesso à posse da terra.

Outras postagens decorrentes do dia 30 de julho de 2013, publicadas na página da Ocupação Novo Amanhecer no Facebook, estão relacionadas com esse registro de áudio e parece que a partir do vídeo que retrata o momento em que comando da operação comunica aos moradores sobre a suspensão da reintegração de posse, em ordem decrescente, outras publicações relacionadas ao mesmo dia são registradas na página e tudo o que estava acontecendo na Ocupação Novo Amanhecer, naquele momento, foi noticiado em tempo real pelos responsáveis. É demasiadamente interessante observar essa participação indireta de outras pessoas que não estavam ali no momento do acirramento, mas que de alguma maneira tentaram dar a sua contribuição com uma palavra de apoio através dos comentários na página, curtindo a publicação e compartilhando-a para que seus pares também tivessem ciência do que acontecia do outro lado da cidade.

Nas postagens subsequentes, os administradores informaram-nos sobre a postura da Defensoria Pública do Estado de Sergipe, reforçando o que foi descrito em texto por Vinícius Oliveira, que também compunha a coordenação do grupo. Os defensores públicos Alfredo Nikolaus e Miguel Cerqueira se posicionaram desde o início da operação em favor dos moradores do Novo Amanhecer, mesmo tendo sido avisados pelo comando da operação que, em meio ao embate, os mesmos não poderiam gozar de segurança quanto ao aspecto da integridade física e moral de ambos. Como mostramos em citação anterior, os dois representantes da Defensoria Pública, optaram por ficar também atrás das barricadas e dentro da comunidade

Dois pontos nos chamam atenção no decorrer das próximas publicações: primeiro, visualizamos uma postagem que pelo conteúdo e linguagem, denota o uso da página da Ocupação Novo Amanhecer no Facebook por mais de uma pessoa, segundo, percebemos que a partir do conteúdo postado na página, podemos entender como se deu as relações

de apoio de outros grupos à causa, como é caso da Arquidiocese de Aracaju. É interessante observarmos essas relações, em especial no que se refere à participação da Igreja em embates populares contra o Estado para de fato chegarmos às considerações das motivações que levaram os líderes clérigos ao apoio da sociedade civil organizada em uma ação de reintegração de posse. Aqui, nós deixamos algumas inquietações, visto ser muito provável que alguém de dentro da ação coletiva tenha relações e contatos com pessoas do referido segmento religioso, de forma que se possa ter construído e estabelecido o apoio. Por outro lado, pensamos também na possibilidade de ganho de propaganda por parte da instituição citada.



Imagem 42 – linguagem e estrutura textual diferente

(Print: novembro de 2015)

Parece-nos que aqueles internautas que acompanharam em tempo real os acontecimentos da ação de reintegração de posse tinham predileção apenas pelos registros imagéticos. Verificamos que o conteúdo de texto postado gerava poucas curtidas e compartilhamentos, com poucos os comentários de apoio. No entanto, quando eram postadas imagens do que se passava naquele momento, o número de curtidas triplicava e gerava compartilhamentos, embora não gerasse comentários. Foi fundamental analisar os comentários feitos em outras postagens, pois assim conseguimos resolver parcialmente a questão de identificarmos os horários dos acontecimentos. Por exemplo, na postagem que nos informava sobre o corte de energia que o comando da operação promoveu para dificultar as ações do movimento haviam dois comentários e neles detectamos que o horário do corte de energia foi na parte da manhã, entre as 10h30 e 11h. Nesse sentido, a etnografia do ciberespaço nos permitiu compreender, mesmo que parcialmente, a questão da cronologia dos acontecimentos nesse evento.

Entre as 10h e 10h30, a Tropa de Choque da Polícia Militar, na tentativa de dispersar os moradores em uma das barricadas, arremessou uma bomba de gás lacrimogêneo. O gás começou a se espalhar atingindo mulheres jovens, idosas e crianças. Novamente, os administradores da página do Facebook da Ocupação Novo Amanhecer, informam-nos sobre este acontecimento específico, dando prosseguindo ao “terceiro boletim”, ou seja, ao registro de voz feito direto do processo de reintegração de posse. O registro foi publicado antes da postagem que noticiava a utilização de gás lacrimogêneo por parte dos policiais. Ambas as publicações foram feitas na página do Facebook da Ocupação Novo Amanhecer. O registro de voz anuncia que a Tropa de Choque se preparava para invadir a comunidade, deixando claro que mesmo com a iminência da invasão e repressão imposta pela Polícia Militar, os atores sociais iriam resistir. Percebemos que pelas narrativas, várias mães mantiveram as crianças em meio ao caos ali plantado, em conjunto com os idosos. Utilizando-se desta estratégia, o grupo promovia o atraso e ruína quanto aos objetivos do comando de operação. Do mesmo modo que observamos um número ínfimo de curtidas e compartilhamentos relacionados às postagens de texto, observamos que o mesmo ocorreu com a publicação do registro de voz.

Nas publicações subsequentes voltamos a visualizar o aumento do número de curtidas em imagens postadas que retratam as primeiras horas da manhã dos moradores da Ocupação Novo Amanhecer no dia 30 de julho. São barricadas montadas de madrugada, crianças em cima do muro e pessoas preparadas para o confronto com os policiais. Os textos curtos continuam nas publicações com a administração da página informando que a Frente de Esquerda está apoiando a Ocupação Novo Amanhecer. Com isso, as curtidas na postagem aumentaram, se compararmos com as outras publicações de textos. Diferente não só no aspecto do número de curtidas, essa publicação nos chama atenção para um comentário em especial, que foi feito por um internauta que reside na capital sergipana e que se identifica como militante do Partido dos Trabalhadores.



Imagem 43 – Atritos entre os grupos de esquerda
(Print: novembro de 2015)

Entre as 7h e 9h da manhã do dia 30 de julho de 2013, avaliamos que houve o momento de maior movimentação quanto às entrevistas feitas por equipes de reportagem das rádios. É possível verificar em mais de uma postagem da página que a repercussão dessa ação coletiva ganhou amplitude e visibilidade nos maiores meios de comunicação de Sergipe. É curioso observar também que os administradores da página publicaram os nomes das empresas de comunicação que estiveram com suas respectivas equipes de reportagem no local do conflito. Acreditamos fortemente na possibilidade do fomento de uma articulação por meio de uma rede de contatos entre os militantes que apoiaram a ação coletiva, a imprensa e profissionais da comunicação de maneira geral.

Certamente, podemos considerar que essa estratégia de elaboração de midiativismo, que se iniciou com o surgimento do grupo em março de 2013, trouxe como consequência bastante visibilidade. Afinal, quantos trabalhadoras e trabalhadores não se identificaram com a história de luta e resistência desse grupo na manhã do dia 30 de julho? Indivíduos que em silêncio, mas atentos aos seus aparelhos de rádio e televisão, veem a cidade acordar, com olhos cansados, mas cheios de esperança por uma vida repleta de dignidade. É difícil contabilizar essa amplitude que tomou a histórica da Ocupação Novo Amanhecer, é difícil definir de que forma que a sociedade civil encarou essa versão dos fatos. Todavia, acreditamos que esses sujeitos que estão no campo do nosso imaginário,

embora compartilhem conosco o mundo real, devem ter dito naquela manhã a eles mesmos: “Ah, esses daí já perderam a causa”.

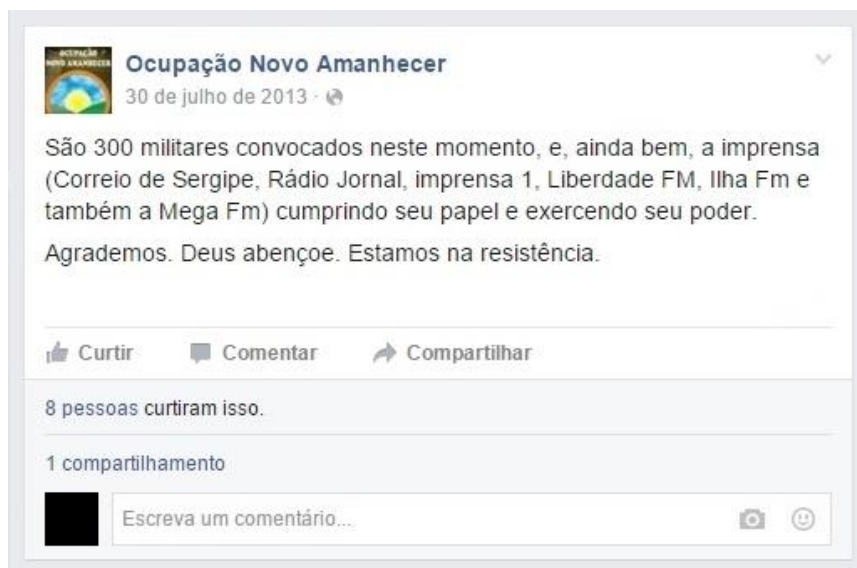


Imagem 44 – Profissionais da comunicação conclamados

(Print: novembro de 2015)

As postagens referentes ao dia 30 de julho de 2013, além de somatizarem a maior parte das publicações da página, têm o seu término em uma última publicação, ou seja, um vídeo. Nas imagens visualizamos uma mulher com uma criança de colo questionando a decisão da Prefeitura de Aracaju de se utilizar da ação judicial de reintegração de posse para desocupar as famílias da comunidade. Visivelmente, ela direciona a sua fala ao prefeito João Alves Filho (DEM-SE): “[...] meu nome é Dioleide [...] tenho 37 anos, dois filhos e venho de outra ocupação, estou aqui por uma moradia digna, que o senhor prefeito não está querendo dar, está querendo tirar... Precisa da gente. Ele queira quer não, ele precisa, de todos nós aqui... E hoje estamos lutando por isso, é o nosso direito. No próximo do ano tem eleição... Eles precisam. Se a gente tiver aqui eles entram pra pedir o nosso voto. E por que ele não pode dar o que a gente precisa? Que a nossa casa, o nosso voto, o nosso dinheiro. Eles tem e não querem dar pra gente, por que eles não querem dar a nossa casa? [...] é um alfinete que a gente compra, é um imposto. Eles tão tirando isso da gente. Por quê? Aí manda a polícia aqui, pra quê? Pra amendrontar crianças, idosos, gestantes. Por causa de quê? Por causa da nossa casa que eles não querem dar? Por quê? É nosso! Somo seres humanos! Precisamos! Por que não? Então eles tirem a polícia daqui amanhã e dê o que é de direito a gente.”.



Imagem 45 – Uso e relação do grupo com outras mídias
(Print: novembro de 2015)

A narrativa destacada acima nos chama atenção para dois momentos distintos: o primeiro, em épocas de eleições, quando os políticos adentram as comunidades mais pobres em busca de apoio popular e do voto-mercadoria; o segundo, quando não mais em época de elegermos os nossos representantes, esses políticos se mostram como fantasmas, ausentes para com aqueles que elevam-no ao poder. Salientamos também a importância de perceber na presente narrativa, uma relação de submissão que se estabelece paralelamente a outros moradores com o apadrinhamento político, isto é, já é sabido que a maior parte daqueles moradores apoiaram a candidatura de João Alves Filho (DEM-SE) para as eleições municipais de 2012. O que aconteceu foi que a conclusão e revitalização das obras do 17 de Março foi pauta da plataforma do supracitado candidato, à época, e com base nessa premissa, a esperança de conquista de um imóvel popular, foi gerado,

fazendo com a maior parte das 311 famílias tenham escolhido votar naquele que se tornaria, mais tarde, o seu algoz. É interessante observar como, mesmo nos dias de hoje, três anos depois, ainda percebemos o quanto o executivo municipal é ineficaz e ausente. O bairro 17 de Março continua com os mesmos problemas de infraestrutura de outrora e das sete mil casas que haviam sido prometidas, apenas 400 foram concluídas (até dezembro de 2015).

PARTE II – O REPERTÓRIO DE AÇÃO E O AMBIENTE DE REDE

Diferente do que fizemos com as narrativas anteriores as trazem informações significativas e enunciam os principais acontecimentos em ordem cronológica decrescente, partindo de dezembro de 2015 até junho de 2013, optamos agora por tentar narrar o repertório de ações do movimento a partir das análises de dados da página do Facebook da ação coletiva observada, seguindo a ordem cronológica, ou seja, da data de criação da página, em maio de 2013 até o dia 30 julho de 2013.

De acordo com as observações preliminares, a página foi criada no dia 23 de maio de 2013 e contou com algumas poucas postagens que não mostram muito sobre o movimento e suas ações. Todavia, dentre as poucas publicações, podemos observar registros de imagens feitos no dia 30 de abril de 2013, quase um mês antes, retratando o ato que foi realizado pelas ruas do Centro de Aracaju.

Nos capítulos anteriores, levantamos dados referentes ao número de famílias em períodos distintos, que estavam acampadas na comunidade e devemos pontuar aqui que não obtivemos um número exato dessas famílias. A partir dessa publicação do ato realizado no dia 30 de abril nas ruas do Centro da capital sergipana, soubemos que até aquele momento eram trezentos e sessenta famílias acampadas. Conferimos o total de doze imagens que mostram a coordenação e os moradores mobilizados no ato, marchando pelas ruas usando apitos e batuques, com um carro de som acompanhando e dando suporte para os discursos inflamados, mas que parece-nos ter ficado restrito apenas as falas da coordenação, provavelmente porque os outros participantes tiveram vergonha e constrangimento de falar em público. Deste modo, passaram a delegar e legitimar a representação aos sujeitos do grupo com articulação de fala.

Seguindo a ordem das fotos, provavelmente, o cortejo tenha se iniciado na praça da Catedral Metropolitana de Aracaju. Em uma das fotos é possível observar Vinícius Oliveira, ao centro e nas escadarias da Catedral, discursando para os sujeitos desta pesquisa. Do ponto de vista do simbolismo ideológico e partidário, nota-se a presença (bastante limitada) de elementos iconográficos do PSOL através das camisas. Durante o ato, percebemos a presença de dois manifestantes vestidos com camisas do partido. Visualizamos uma camisa amarela, comumente usada pelos militantes do partido e outra roxa, normalmente usada pela ala feminista do grupo.



Imagem 46 – Início da mobilização
(Foto: autor desconhecido, 2013)



Imagem 47 – Batuque feito pelas crianças
(Foto: autor desconhecido, 2013)

Além desses elementos ideológicos partidários, observamos também a presença de duas faixas com os caracteres: “Comunidade Coqueiral – Direito a moradia com dignidade!” e “João, Maria e Vereadores – Estamos cansados de sofrer! Queremos nossas casas ou auxílio moradia. Ocupação Novo Amanhecer – 17 de Março”. Buscamos também identificar a presença de bandeiras e outras faixas que fizessem alusão ao Movimento Terra Livre ou a outra facção partidária, mas através dessas fotos disponíveis, estes elementos não foram encontrados.

Como já foi discutido anteriormente, a questão dos simbolismos e significados iconográficos, de ordem ideológica e partidária passam a ser introduzidos com a chegada de militantes do PSOL que passam a intermediar o acirramento entre Estado e sociedade civil organizada. Flaviano Cardoso e Vinícius Oliveira, ambos atuantes, à época, no supracitado partido, passa a compor a nova organização em conjunto com outros moradores, substituindo a coordenação de Cida, que representava o MOTU na comunidade. Não obstante, percebemos a ação coletiva, ou seja, a Ocupação Novo Amanhecer, enquanto um movimento que tem em seu início, essa ausência ideológica, em especial de movimentos históricos, como é o caso das lutas dos trabalhadores sob forte influência do marxismo. Mesmo no desenvolvimento e fixação dos direcionamentos do grupo, com a atuação da comissão que o coordenava e organizava, os discursos e narrativas com conteúdo ideológico não eram tão presentes.

Nas imagens, observamos a presença de indivíduos que sofreram com um processo de vulnerabilização social por vias do Estado e da sociedade civil e que agora estão em busca de visibilidade e de atenção do poder público para atender as demandas exigidas pelo grupo. Todos em movimento, homens e mulheres. A maioria com os braços erguidos, faixas e apitos. Os gritos de ordem ecoam pelas ruas do Centro de Aracaju abafando o som caótico e rotineiro de carros, buzinas, do falatório das pessoas que transitam freneticamente do comércio e seus anúncios em caixas de som. Crianças percutem em latões velhos com baquetas improvisadas de pedaços de madeira, enquanto um manifestante os acompanha e conduz no batuque com uma caixa de bateria e com baquetas adequadas para a prática. À frente da ação coletiva estão alguns componentes da coordenação do movimento: Vanessa, Gabi, Antony, Daniel, Vinícius e Flaviano, revezando-se nas falas utilizando um microfone ligado a um carro de som que os acompanham, proferindo discursos inflamados em prol da classe trabalhadora e das famílias que fazem parte do número do déficit habitacional em Sergipe. O ato segue e

passa ao lado da popular “Rodoviária Velha”, momento de pausa para os porta-vozes do movimento conclamarem os usuários emudecidos e cansados do transporte coletivo da cidade.



Imagem 48 – Homogeneidade do grupo

(Foto: autor desconhecido, 2013)



Imagem 49 – Daniel passando o recado para os usuários do transporte coletivo

(Foto: autor desconhecido, 2013)

Em uma postagem feita na página do Facebook, no dia 23 de maio de 2013, foi possível estabelecer um parâmetro para pensar e repensar a forma de organização da Ocupação Novo Amanhecer quanto a provisões. Como até então tínhamos observados traços de autogestão no *modus operandi* do grupo, percebemos que esses atores dependiam exclusivamente de doações para adquirir roupas, remédios, lonas para cobrir os barracos, dentre outros objetos e produtos. Os administradores da página publicaram um vídeo onde uma moradora identificada como Dénia, solicita ajuda para os internautas que assistem a mensagem. De acordo com a coordenação e moradores, no decorrer do tempo de estabelecimento dessas famílias no local, algumas pessoas organizadas em coletivos contribuíram com doações.

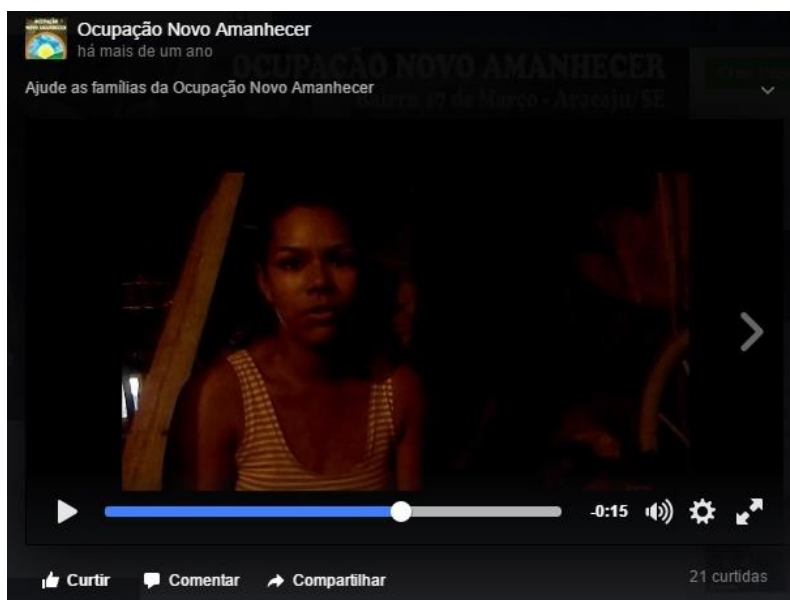


Imagem 50 – Relação dos moradores com o Facebook
(Print: novembro de 2015)

Essa situação da falta de provisões foi mais agravante antes do surgimento da Ocupação Novo Amanhecer, quando muitos pertences e móveis desses moradores ficaram presos em um galpão de responsabilidade da Prefeitura de Aracaju. Isso aconteceu na fase inicial da formação do grupo, quando despejados das casas que ocupavam em idos de março de 2013. Com relação a esse fato, Badá presta um relato em um vídeo publicado também no dia 23 de maio de 2013, na página da Ocupação no Facebook, onde diz: “[...] desde do dia 21 de março que a gente fomos despejados das

nossas casa, que eu creio que era nossa, entendeu? E, venho aqui pedir um apelo a vocês para que olhem mais pela gente... Fomos despejado, tendeu? Estamos aqui jogado, igual a nossas coisa estão lá no galpão [...] Lá estão coisas jogadas, coisas nossas, pertences nossos... Estão jogados lá [...] E nisso, lá, tão o que? Se desmanchando móveis, acontecendo de tudo com o nossos móveis, sendo levados por outras pessoas que se dizem dono. E eu quero... Venho aqui, pra lhe pedir esse apoio pra que vocês olhem mais pela gente, que lá, que nós estamos sabendo que a partir de segunda-feira, a prefeitura vai se manifestar em tirar a nossas coisas de lá de dentro porque o dono do galpão já requer o imóvel dele vazio [...]”.



Imagem 51 – O apelo e o beco

(Print: novembro de 2015)

A situação relatada no vídeo por Badá nos mostra como se deu o processo de transferência das famílias que sofreram com a primeira reintegração de posse em um conjunto habitacional localizado ainda no bairro 17 de Março. De acordo com os relatos dos moradores, foram cerca de quatrocentos moradores transferidos para o galpão e aguardavam as benfeitorias da Prefeitura de Aracaju, que depois de despejá-los das habitações que deveriam ser direcionadas aos mesmos moradores, ficaram novamente vazias. Os atores sociais entrevistados nos relataram que na época, os quatrocentos indivíduos formavam um grupo de dissidentes advindos de outro grupo compostos por

cerca de oitocentos indivíduos. Verdadeiramente, o vídeo dispõe de informações substanciais a respeito da gênese da ação coletiva pesquisada, sobretudo mostrando intimamente como eram construídas as relações entre o executivo municipal e os atores.

No período de 23 de maio a 14 de junho de 2013, as postagens na página do grupo no Facebook cessaram sucedendo-se a publicação de um texto do blog da Ocupação Novo Amanhecer onde é possível conferir e analisar um texto que enuncia os principais acontecimentos da reunião promovida no dia 14 de junho de 2013, espaço de debate entre a coordenação do movimento, com a presença dos coordenadores Anthony e Vinícius, e do advogado do grupo, Igor Frederico, os quais estabeleceram diálogo com Luciano Paes, Secretário de Planejamento de Aracaju, para entregar uma lista de cadastro com os dados dos moradores para a concessão do auxílio moradia. A informação que obtivemos a partir de algumas leituras foi a de que o levantamento e o cadastramento das famílias em situação de vulnerabilidade, que estavam dentro da jurisdição do município, deveria ser feito exclusivamente pelo poder público, neste caso, pelo executivo municipal, não competindo aos movimentos e outras organizações que lutam por moradia, fazerem esse apanhado de informações.

Esse mesmo texto ainda aponta a possibilidade de uma problemática maior, caso a ação de reintegração de posse viesse a acontecer. Desde maio de 2013 a coordenação do movimento avaliava como desastrosa a ação da Prefeitura de Aracaju em despejar essas famílias, não pela reintegração de posse em si, mas porque ela causaria o êxodo e dispersão das famílias, e uma vez separadas, como os servidores fariam para recadastrar aqueles moradores que deveriam ser contemplados com o auxílio-moradia? Embora a coordenação pontue que a atuação do Secretário de Planejamento, Luciano Paes, foi bastante motivada, a ação coletiva acabou esbarrando na burocracia estatal, correndo o risco de sofrer mais um despejo.

A coordenação e representação jurídica do movimento, na expectativa de solucionar esse impasse, aguardou até o dia 17 de junho de 2013 por mais uma reunião onde formalizariam a entrega da lista das famílias que aguardavam pelo benefício do auxílio-moradia, haja vista que no início de junho a Defensoria Pública do Estado de Sergipe, por meio do Núcleo de Movimentos e Bairros, ajuizou uma ação civil pública acatada pelo juiz Luiz Eduardo Araújo Portela, da 3ª Vara Cível da Comarca de Aracaju, determinando a Prefeitura de Aracaju conceder o auxílio-moradia as famílias cadastradas da Ocupação Novo Amanhecer, e também identificar e cadastrar outras famílias em

situação de vulnerabilidade locadas em outras regiões do bairro 17 de Março, como as famílias do Arrozal, Prainha, Preol, Marivan, Água Fina e Morro do Avião. Foi estipulado um prazo de 120 dias para o cumprimento do cadastramento dessas famílias e publicação da lista dos contemplados no site da prefeitura, sendo que o não cumprimento da liminar acarretaria à Prefeitura de Aracaju multa diária de R\$5.000,00 (cinco mil reais).

Ainda no aspecto das postagens feitas no dia 14 de junho de 2013, visualizamos o compartilhamento de um link relacionado a um registro áudio visual de suma importância para a apreensão do discurso e da prática de empoderamento do grupo observado. O vídeo em questão foi publicado também no dia 14 de junho de 2013 através do perfil de Flaviano no Youtube, intitulado *Vídeo da Assembleia da Ocupação Novo Amanhecer - 17 de Março* até o momento da nossa visualização e análise, haviam setenta e nove visualizações, não sendo registrado nenhum comentário e curtidas; quando o link do vídeo foi postado na página do Facebook, gerou um compartilhamento e duas curtidas. Fizemos mais prospecções pela internet à procura de mais registros de vídeo que retratassem as assembleias, reuniões de organização e tomada de decisões, todavia, nada a respeito foi encontrado, sendo este registro de vídeo o único que temos retratando a relação entre coordenação do movimento e moradores, uma maneira de entendermos como esses moradores experimentam o poder através de uma organização popular e participativa.

Pudemos observar, em 28min21seg de assembleia, a centralização das falas através de dois coordenadores do movimento: Daniel e Flaviano. O evento acontece no período da noite, provavelmente entre 19h e 20h, se consideramos as informações passadas pelos atores depoentes. Parece-nos que os moradores e coordenação ocupam uma área central da comunidade, com espaço suficiente para acomodação de pouco mais de cinquenta pessoas, número este presente na assembleia. Esse espaço foi o mesmo da nossa participação observante em um evento artístico e solidário para as crianças da comunidade que envolvia artes cênicas, sendo que em uma outra parte desse mesmo espaço percebemos a composição de uma sala de exposições improvisada com um aparelho de televisão e DVD.

A interação dos moradores que acompanham as falas se dá de maneira muito tímida e afastada: só expressam algo quando são interpelados a partir do conteúdo de fala de Daniel e por Flaviano. Como a assembleia foi organizada na primeira quinzena de junho, pressupõe-se que a pauta consistiu na preparação dos moradores para uma possível

ação de reintegração de posse. Em suma, a fala de Daniel, consistiu em passar para os moradores uma mensagem de motivação e de desconstrução de um possível estado de obediência dos moradores diante dos processos repressivos impostos pelos dispositivos de coerção social, até porque esses sujeitos sofrem com abuso e agressão policial cotidianamente. Acreditamos que Daniel teria aproveitado as lembranças do que ocorreu na primeira reintegração de posse, que o grupo sofreu, para balizar essa fala de desconstrução. Como já é sabido, são muitos os relatos de abuso de poder e de agressão física empreendida pela Polícia Militar do Estado de Sergipe que deu cabo dessa primeira ação de reintegração de posse, consistindo no despejo de cerca de oitocentos indivíduos dos imóveis ocupados em conjunto habitacional construído com verba do Governo Federal.



Imagem 52 – Participação significativa dos moradores
(Print: novembro de 2015)

É provável que o tempo das duas falas tenha sido estabelecidos previamente, e Daniel chega ao fim da sua explanação com uma relativa exatidão quanto ao tempo estabelecido, sendo ovacionado pelos moradores. Daniel passa a palavra para Flaviano, que no início de sua fala, já expõe uma problemática enfrentada pela coordenação do movimento: a necessidade de se ter um tempo maior de assembleia para a resolução dos problemas e para que os moradores possam atuar mais na tomada de decisões, expondo

respectivamente os seus anseios. Na continuidade do discurso, Flaviano se mostrou bastante preocupado com a questão do preparo daqueles moradores para o acirramento que eles poderiam empreender contra as forças repressivas do Estado. Nesse sentido, os coordenadores promoveram a exibição de um vídeo o que remonta a história de outras ocupações que também sofreram com ações de reintegração de posse. O vídeo também foi exibido na mesma área da assembleia, de forma improvisada, com aparelho de televisão e com um aparelho de DVD. Flaviano salienta a relevância de os moradores terem conhecimento de como que se dá os processos de resistência em detrimento de uma ação de despejo promovida pelo poder público, enfatizando a questão da violência policial. É evidente que os moradores àquela altura, já estiveram apreensivos quanto à possibilidade de serem novamente despejados e como solução para o problema, os atores aqui observados estavam abertos ao diálogo e aprendizagem para então passarem por todo o processo sem perderem a dignidade.



Imagem 53 – A assembleia por outro ângulo
(Print: novembro de 2015)

Flaviano dá prosseguimento a sua explanação, comentando sobre algo incômodo para ele e para alguns coordenadores. A coordenação da Ocupação Novo Amanhecer, em conjunto com os moradores, organizou um ato público que seguiu em direção à Câmara Municipal de Aracaju. Nessa ocasião, Flaviano representou a ação coletiva, sendo o seu

porta-voz na tribuna. De acordo com sua fala no vídeo, fica perceptível que houve algum tipo de insatisfação, por uma parcela da comunidade, relativa à sua postura e representatividade expressada na tribuna. Talvez os moradores tivessem criado a expectativa de uma fala mais contundente de um de seus líderes, visto que os mesmos estão sofrendo com a situação na comunidade, esperando por soluções que sejam implementadas a curto prazo e nunca são atendidos pelo poder público.

Como respostas a essa insatisfação coletiva, Flaviano propôs aos moradores que não puderam comparecer à plenária da Câmara, a avaliação da sua fala, que havia sido registrada em vídeo. A sua proposta era de que os moradores pudessem avaliar se o seu discurso na tribuna deixava a desejar, se ele de alguma forma não representava ou contemplava os moradores no tocante aos diálogos promovidos em outros encontros e o que foi estabelecido e acordado. Ao final da assembleia dos moradores foi reiterada a importância de descentralização da coordenação, de sorte que outros moradores pudessem defender os seus anseios em assembleia e participar da atividade da tomada de decisões do grupo. A partir daquele momento, seria um momento intenso e de necessidade da participação de todos aqueles que constituem a Ocupação Novo Amanhecer.

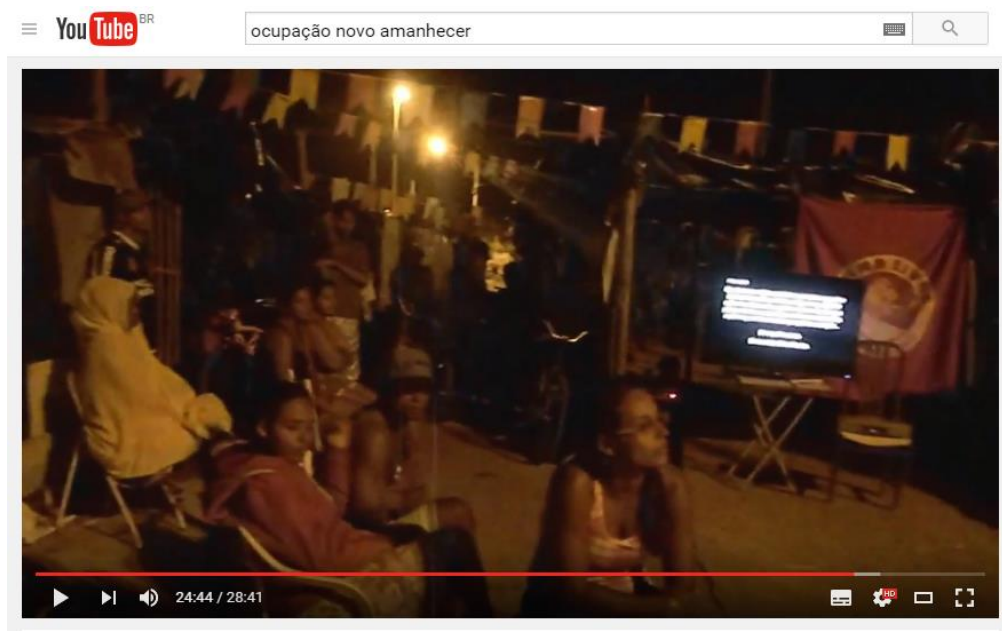


Imagem 54 – Sala de exibições improvisada
(Print: novembro de 2015)

A violência policial e os desrespeitos para com os cidadãos que compunham a comunidade, volta a aparecer através de relatos na postagem da página. No dia 18 de junho de 2013, os administradores publicaram um texto com imagem retratando o que havia acontecido de madrugada na Ocupação. Segundo a publicação, a Polícia Militar promoveu uma “[...] batida policial estilo Tropa de Elite, com metralhadoras na mão, cortando os corredores da ocupação, mirando e intimidando qualquer sujeito que por ali estivesse, acusando os ocupantes de qualquer delito que se denuncia na região. Resultado: nenhuma suspeita se confirmou e uma hora de pânico geral e insônia presente entre as famílias (adultos, crianças, idosos), porque eles prometeram que voltariam quando estivéssemos dormindo de cuecas e quem não tão nem aí pra luta do movimento [...] São trezentas crianças que ocupam junto com seus familiares. O Pânico da repressão fez crianças se perderem de seus pais por instantes [...]”. A publicação do texto gerou dezessete compartilhamentos e treze curtidas. Não verificamos a presença de comentários ou debates que pudessem nos trazer um acréscimo de dados. Como os responsáveis pela postagem anexaram uma imagem alusiva à violência policial, eles acrescentaram: “[...] imagem ilustrativa. Obviamente, não nos foi permitido fazer nenhum registro da "ação policial".”.

Como debatemos e problematizamos em capítulos anteriores, a Ocupação Novo Amanhecer está inserida em um contexto sócio-político de muita instabilidade. A trajetória dessa ação coletiva perpassa os meses de junho e julho de 2013, que é o momento da história política do país, onde temos as maiores manifestações desde o período da redemocratização, processo que pode ser equiparado a Diretas Já e o Movimentos dos Caras Pintadas em termos do número de pessoas nas ruas das cidades do Brasil. Nesse sentido, avaliamos ser importante demonstrar a relação intrínseca entre as Jornadas de Junho e Julho de 2013 e o processo de mobilização da supracitada ação coletiva. Como nos contou Vinícius, o entendimento da coordenação quanto à resistência dos moradores na ação de reintegração de posse era uníssono: em um momento como aquele, com constantes protestos pelo país, não era o momento para a coordenação do Novo Amanhecer negociar e recuar, permitindo a desocupação.

Este, na verdade, é só um dos vários exemplos que podemos observar de elos situacionais entre as Jornadas e a ação coletiva aqui estudada. Posto isto, verificamos uma postagem datada no dia 18 de junho de 2013, tratando-se da divulgação do 3º Acorda Aracaju, que foram atos públicos organizados por vários movimentos sociais de Sergipe

e que estavam conectados com as pautas das Jornadas de Junho e Julho. Os administradores da página publicaram o link do evento no Facebook e ainda redigiram uma breve legenda, denotando que a questão da moradia em Sergipe e mais especificamente dos moradores da Ocupação Novo Amanhecer, seria uma das pautas tratadas no referido ato. A postagem gerou apenas uma curtida e não promoveu nenhuma repercussão no ambiente virtual. No dia 19 de junho de 2013 foi publicado um vídeo na conta do Youtube de Vinícius, e posteriormente o seu link foi publicado na página da Ocupação Novo Amanhecer no Facebook, o registro áudio visual possui 2min24seg e serve de convite para conclamar os internautas, visualizadores da mensagem, para construir o *3º Acorda Aracaju*, tendo como ponto de partida a Praça Fausto Cardoso, às 16h.



Imagem 55 – Conjuntura dos movimentos sociais

(Print: novembro de 2015)

O vídeo foi uma produção da própria coordenação do movimento e teve a participação dos coordenadores Daniel e Vinícius, que demonstrando a importância da construção da luta em prol da Ocupação Novo Amanhecer e da moradia, bem como trazendo as pautas da saúde, educação, transporte e desmilitarização da polícia.

O registro de imagem mostra, em uma das primeiras cenas, um dos atos organizados pelo próprio movimento e que tinham como destino à Câmara Municipal de Aracaju, com dezenas de moradores proferindo o grito de ordem “a nossa luta é todo dia, queremos casa ou auxílio-moradia”. O cenário era uma das ruas adjacentes à Catedral Metropolitana de Aracaju e ao fundo, ouvia-se a trilha sonora *Vem Pra Rua*, gravada pelo grupo O Rappa como jingle para uma propaganda da FIAT. Ainda no vídeo, constatamos a denúncia das péssimas condições da infraestrutura da ocupação. Daniel ainda mostra as consequências do abandono gerado pelo poder público e o quão desumano é viver nas condições apontadas por ele, convidando o internauta a se colocar no lugar daqueles indivíduos

No desenvolvimento das análises através da etnografia do ciberespaço, mais especificamente com a página da ocupação no Facebook, identificamos uma pausa nas postagens entre o dia 4 e 25 de julho de 2013. Passado esse período, deparamo-nos com um texto de autoria de Vinícius, publicado no blog da Ocupação. No documento virtual, colhemos as informações dia 25 de julho de 2013, quando um oficial de justiça, acompanhado por um cabo da Polícia Militar, visitou a comunidade para comunicar aos moradores que no dia 30 de julho seria posta em prática a ação de reintegração de posse.

De acordo com as informações passadas pelos servidores públicos aos moradores, no entendimento da Prefeitura de Aracaju, as famílias que seriam contempladas com o auxílio-moradia já haviam sido cadastradas, e por esse motivo, a reintegração de posse poderia ser realizada, apesar dos advogados do movimento interpretarem haver uma liminar para suspender a reintegração. Sendo assim, percebia-se que a Prefeitura de Aracaju em conjunto com a Polícia Militar do Estado de Sergipe, estaria ignorando uma decisão judicial, promovendo uma ação ilegal contra as 311 famílias da Ocupação Novo Amanhecer. O desfecho desse episódio nós já sabemos, todavia consideramos importante reforçar que àquela altura, a coordenação da ação coletiva pesquisada já avaliava de forma positiva promover um posicionamento de resistência perante as tentativas da administração municipal de retirar os atores sociais de seus respectivos espaços.

Na manhã do dia 26 de julho de 2013, as famílias da Ocupação Novo Amanhecer bloquearam os dois sentidos da av. Heráclito Rollemberg no trecho do bairro São Conrado, área de intenso tráfego de veículos e de pedestres. Nos relatos coletados nas entrevistas, a coordenação e os moradores afirmam que o ato foi organizando com o objetivo de chamar a atenção de outras esferas do poder público, dos veículos de

comunicação e da sociedade civil, como podemos ver nas fotos registradas pelos administradores da página Aracaju Como Eu Vejo, no Facebook, que a ação coletiva se utilizou de barricadas feitas com pneus e foram queimadas pelos manifestantes. Além das barricadas com pneus, os manifestantes utilizaram também um outdoor característico de anúncio com detalhes sobre a execução de obras encontrado na localidade, mas não sabemos se ele foi arrancado ou se já estava caído. Foi possível visualizarmos e identificarmos a logomarca utilizada no outdoor e podemos afirmar que as obras foram planejadas ainda na gestão do executivo municipal do então prefeito Edvaldo Nogueira (PC do B-SE). Nos mesmos registros de imagem, percebemos também a presença de viaturas do 1º Batalhão da Polícia Militar e policiais. Cada postagem tinha a sua foto e legenda e isso acabou gerando grande repercussão na rede social Facebook.



Imagem 56 – Ação direta para chamar a atenção da sociedade
(Foto: Aracaju Como Eu Vejo, 2013)



Imagem 57 – Bloqueio da av. Heráclito Rollemberg

(Foto: Aracaju Como Eu vejo, 2013)

Na primeira imagem onde vemos, em primeiro plano as duas viaturas da Polícia Militar, foram gerados trinta e oito compartilhamentos e dez curtidas, enquanto que a segunda postagem acabou gerando cinquenta e sete compartilhamentos, vinte e nove curtidas e um comentário, sendo este comentário caracterizado como uma mensagem de apoio à reivindicação dos moradores do Novo Amanhecer. Não observamos nenhuma mensagem que de alguma maneira deslegitimasse ou criminalizasse o ato da ação coletiva.

Depois desse ato organizado onde bloquearam a avenida que divide os bairros São Conrado e Orlando Dantas, na zona sul de Aracaju, a ação coletiva prosseguiu com o protesto em direção à Prefeitura de Aracaju. Não sabemos ao certo como se deu essa logística de transporte, ou, se fazia parte da estratégia da coordenação do movimento, promover o bloqueio da avenida em um primeiro momento e posteriormente, ir a prefeitura para promover uma ocupação. Os coordenadores entrevistados nos contam que foram cerca de 70 moradores que participaram da ocupação da Prefeitura de Aracaju. Compuseram esse número: mulheres, homens, crianças e idosos, que não se acovardaram, mesmo com a presença ostensiva da Guarda Municipal de Aracaju, que infelizmente organizou um cordão de isolamento no saguão da prefeitura, de modo que esses moradores não pudessem ter acesso as salas de gabinetes que compõe o espaço da administração municipal.

A ordem do grupo era resistir até que houvesse a suspensão e revogação da ação de reintegração de posse – que aconteceria no dia seguinte, ou seja, no dia 30 de julho de 2013 – e a concessão do auxílio-moradia de forma imediata. Depois da tentativa de negociação das partes envolvidas, algumas mulheres do movimento tentaram ter acesso aos banheiros da prefeitura, porém, a Guarda Municipal não permitiu e causou consequentemente um desordenamento do ato e tumulto, mas que logo depois foi normalizado.

Vale lembrar que trezentas e oito famílias foram cadastradas para receber o auxílio-moradia. Esse cadastro foi fruto do trabalho da coordenação da Ocupação Novo Amanhecer que não mediu esforços para buscar concluir o cadastro o mais breve possível, tendo em vista a situação de vulnerabilidade social em que viviam esses atores. Sendo assim, a lista foi entregue e as trezentas e oito famílias foram cadastradas pela Prefeitura de Aracaju, mas de imediato não receberiam o auxílio-moradia, pois, segundo um dos relatos, foi informado que a representante da Secretaria de Ação Social do município, Selma Mesquita, comunicou ao grupo que não haveria possibilidade de conceder o benefício às famílias porque os cofres da Prefeitura de Aracaju se encontravam com financeiro déficit.



Imagem 58 – Prefeitura de Aracaju ocupada.

(Foto: autor desconhecido, 2013)



Imagem 59 – No canto direito da foto, visualizamos Flaviano.
(Foto: autor desconhecido, 2013)



Imagem 60 – Mais ação direta
(Foto: autor desconhecido, 2013)

A representante do executivo municipal ainda argumentou, que apenas setenta famílias teriam legitimidade para receber o benefício, enquanto que duzentos e quarenta e uma famílias deveriam ficar sem receber o auxílio-moradia até sair a lista de espera para aquisição de uma habitação popular de algum programa organizado pela prefeitura. Além dessa alegação, Selma Mesquita pontuou que a Prefeitura de Aracaju usaria o prazo de cento e oitenta dias, que foi o prazo máximo estabelecido por uma liminar judicial para o cumprimento da concessão do benefício as famílias acampadas no bairro 17 de Março. E ainda, não considerando suficiente o argumento, a Secretária sugeriu que os moradores residissem em casas de parentes enquanto o problema fosse sanado pela prefeitura.

Sobre esses fatos enunciados, podemos constatar a atuação pífia e proposital por parte do prefeito João Alves Filho (DEM-SE), de seus respectivos Secretários e representantes. Contrários aos argumentos prestados pela secretária Selma Mesquita, avaliamos que a gestão da prefeitura à época, carrega a assinatura megalômana e pomposa, com secretarias e autarquias públicas recebendo uma chuva de comissionados que geram o ônus de quase R\$ 6.000.000,00 de reais aos cofres públicos e que garantem, aos mesmos, os seus “pés de meias”, porque colaboraram com a plataforma política estabelecida pelo partido Democratas na disputa pela prefeitura no ano de 2012. A cidade virou um verdadeiro canteiro de obras do atraso, mas com celeridade nas licitações e no superfaturamento das mesmas. Certamente as empreiteiras nada têm a reclamar porque não esperam por benfeitorias. Ironicamente, no ano de 2012, a sua coligação partidária encabeçada pelo partido do prefeito era intitulada *Aracaju não pode esperar*.

Enquanto as famílias da Ocupação Novo Amanhecer esperavam o passar da manhã sem saber se poderiam prover o almoço para suas crianças, o referido prefeito continuava a receber o seu volumoso salário de R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais), e o seu vice, José Carlos Machado (PSDB), a quantia de R\$ 16.000,00 (dezesseis mil reais) por mês. Em setembro de 2015, a Prefeitura de Aracaju colocou em prática o corte de 50% (cinquenta por cento) dos cargos de comissão da gestão Democratas, que de acordo com os representantes do executivo municipal, a medida se deve ao fato de que o Brasil está passando uma por crise financeira. Soma-se a esta situação, a necessidade de regularização das contas da Prefeitura de Aracaju que ultrapassam o limite 54% (cinquenta e quatro por cento) estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Neste caso, a gestão atingiu a casa dos 53,28% (cinquenta e três, vinte e oito por cento). Quando esse limite é extrapolado, as prefeituras dos municípios sofrem com sanções legais, como

por exemplo a desaprovação das contas do Tribunal de Contas da União (TCU) e Tribunal de Contas do Estado (TCE) e o bloqueio de qualquer transferência de recuso desses órgãos.

Estima-se que o gasto anterior ao corte dos cargos de comissão atinja a receita de R\$ 6.000.000,00 de reais. Sendo assim, levando-se em consideração o valor do custo das habitações construídas pelo programa Minha Casa Minha Vida, que é de R\$ 40.000,00 reais por habitação, se utilizássemos o valor de R\$ 6.000.000,00 de reais para a construção de conjuntos habitacionais, atingiríamos o número de cento e cinquenta imóveis que poderiam ser doados a quase metade das famílias que compõem a ação coletiva observada.

PARTE III – REFLEXÕES

Acreditamos que se faz necessário, a partir de agora, levantar algumas questões concernentes à forma de organização social do grupo observado, bem como detectar as suas implicações e especificidades para uma possível reflexão antropológica. É, com efeito que consideramos de grande relevância esses estudos acerca dos movimentos sociais e do indivíduo, que por sua vez nos levam para uma compreensão de como os agentes estão experimentando o poder e como os mesmos estão relacionados com as micro e macroestruturas.

Como ponto de partida, optamos por utilizar a literatura sociológica e alguns artigos de etnografia política que nos trazem observações pertinentes aos estudos dos velhos e novos movimentos sociais. Sendo assim, entendemos que há uma necessidade intrínseca de identificar os processos de mobilização e de associativismo comunitário do referido grupo e a partir desse ponto, avaliar como se deu a sua prática contestatória. Outrossim, o desenvolvimento desse debate nos trouxe contornos e interfluxos não só sob o ponto de vista dos aportes teóricos que embasam o assunto em questão, mas sobretudo, da necessidade de apreender o universo da ação coletiva e dos atores sociais envolvidos. Verdadeiramente, as suas respectivas experiências no campo do embate político, faz com que seja enunciada uma ampla análise sobre suas narrativas e memórias. Deste modo, adentraremos um universo de significados e peculiaridades de uma ação coletiva que pode nos trazer um dado diferente quando comparada a outras formas de ação já observadas pela Antropologia e Sociologia.

Posto isto, notamos também a pertinência de colocarmos aqui algumas reflexões a serem feitas com base nas teorias sociológicas que estudam os movimentos sociais, como a Teoria de Mobilização de Recursos, a Teoria dos Processos Políticos e a Teoria dos Novos Movimentos Sociais. Justifica-se aqui, a necessidade de utilização da TNMS por entendermos que a mesma comporta uma abordagem buscando compreender as categorias como indivíduo e emoções (ALONSO, 2009, GOHN, 2007), e suas interações em escala global, além do fato de ela trazer, em sua gênese, uma abordagem que possibilite a compreensão de fenômenos sócio-políticos mais pragmáticos, onde tenhamos a capacidade de avaliar as consequências e possibilidades situacionais (TARROW, 2009) de mobilização e ruptura, como é o caso do embate entre a Ocupação

Novo Amanhecer, enquanto um movimento que precisou enfrentar o Estado em uma ação de reintegração de posse, logrando êxito ao final do evento.

Um ponto chave dessa reflexão está no âmbito de entendimento das causas do surgimento da Ocupação Novo Amanhecer não só como um processo do ponto de vista econômico, mas pensar o movimento enquanto fruto do Capitalismo, que em sua essência é excludente. Neste sentido, podemos compreender também o movimento sob perspectiva da cultura, perguntando-se quais são os motivos que levariam indivíduos que possuem um número considerado de bens e um posicionamento social estável, economicamente falando, a estarem adentrando a ação coletiva observada, dentre tantos outros grupos pela cidade para arrendar um pedaço de terra, ou conseguirem uma casa através das políticas do governo? Nesse sentido, destacamos a possibilidade de uma reflexão que traga uma discussão profícua para de fato compreendermos essa dicotomia: de atores sociais que vivem a realidade porque realmente necessitam, e de atores sociais que não necessitam, mas que desenvolvem essa prática para o acúmulo de bens materiais.

Acreditamos que desvencilhar este movimento social de um macroprocesso econômico é uma tarefa difícil, visto que a partir da década de 1970, com a mudança da sociedade industrial para uma sociedade pós-industrial, onde as classes são bem mais definidas e o embate entre operário e patrão é bem mais contundente (principalmente por meio das greves e piquetes). Desta maneira, compreende-se que as relações sociais sofreram modificações drásticas com o próprio desenvolvimento das cidades acabando e se dando de maneira paralela ao Capital já transmutado. O operariado perde o seu status autônomo nas fábricas em detrimento da implementação do fordismo nos países mais industrializados. Sendo assim, a economia, e de modo geral a sociedade pós-industrial, transformam-se em uma força que deixa de ser apenas econômica para ser primordialmente cultural (TOURAINE, 2006), bastando relacionarmos essas transformações culturais com os adventos tecnológicos do rádio à televisão, e mais recentemente, o surgimento da rede mundial de computadores.

Na contemporaneidade, a sociedade pós-industrial é claramente movimentada por publicidade e propaganda, e em outras palavras, essa força econômica é o que nos dá os moldes para um processo de resignificação da cultura, que naquele momento apresentava-se essencialmente capitalista. Portanto, observa-se que a sociedade pós-industrial já não possuía mais a pessoalidade dos modos de produção e da vida social, sendo ela uma característica modeladora das ações coletivas. A sociedade industrial

liquidou-se e transformou-se numa sociedade regida pela economia de mercado, por elites políticas que continuam a priorizar os seus interesses, e por uma vida social de compartimentos e da hiperindividualização. Nesse sentido, fica a provocação: como compreender uma ação coletiva dentro de um processo cultural individualizador?

Esse quadro de análise a respeito dos macroprocessos como gênese ou interferência de movimentos sociais, parece ser, aparentemente, suficiente para entender o surgimento e o desenrolamento de suas relações no período em que existiu. A tradição sociológica reforça esse recorte economicista, ideologicamente marxista, que visa conceber o sistema econômico vigente como força que modela, dimensiona e dá contorno a qualquer tipo de ação coletiva, seja ela em escala local ou em sentido global. Por mais que tenhamos a inclinação para tomarmos como ponto de partida, o indivíduo, enquanto agente social, mas sobretudo político, fica evidente que a estrutura econômica e política ainda define o horizonte dos movimentos sociais. Contudo, devemos considerar que as relações pessoais entre as redes de agentes têm o poder estabelecer suas reais necessidades – principalmente quando estamos falando do âmbito social e político – de modo que esses indivíduos possam também ressignificar os sentidos da estrutura e criar novos valores como consequência (GOHN 2011). É nesse dialogismo que o indivíduo, em coletivo, torna-se também estruturante, não estando ele enquanto uma força no campo das análises apenas direcionado.

Tendo em vista esses apontamentos, podemos problematizar alguns aspectos concernentes à Ocupação Novo Amanhecer, principalmente se a concebermos como um processo resultante de processos institucionais, econômico e políticos. Dentre eles, apontamos aqui a seguridade do Estado, por via do executivo municipal de Aracaju, em negar a seus cidadãos o acesso à moradia. A história da ocupação perpassa por duas gestões: uma de esquerda, e outra de direita. A gestão do executivo municipal de Edvaldo Nogueira (PC do B-SE), no que diz respeito à ação coletiva observada, foi caracterizada pelo fomento do projeto de lei que aprovou a criação do bairro 17 de Março, de sorte que este projeto serviria de ponto de partida para a construção de conjuntos habitacionais do programa do Governo Federal, Minha Casa Minha Vida e do desenvolvimento de um processo de urbanização dessa localidade.

Considerando essas informações, percebemos que a gênese da Ocupação Novo Amanhecer se dá por meio de uma ação coletiva de oitocentos indivíduos que ocupam um conjunto residencial inacabado no bairro 17 de Março. Até aquela altura, a gestão do

PC do B prometeu promover um sorteio para as famílias que se cadastraram – enquanto as obras continuariam – porém, os atores dessa ação perceberam que na gestão de Edvaldo Nogueira (PC do B-SE), estavam promovendo manobras que beneficiavam uma pequena parcela do grupo. Uma das manobras consistiu em um sorteio feito no dia 31 de dezembro; a divulgação do evento foi feita de uma forma muito dúbia, de acordo com os depoentes. Outros relatos, falam da escolha da prefeitura de algumas famílias, que provavelmente tinham em seus pares cabos eleitorais. A partir do dia 1º de janeiro 2013, com a mudança de gestão do executivo municipal – estando agora sob responsabilidade do partido Democratas, representado pela figura de João Alves Filho – o problema prossegue até o mês de março, quando então esse grupo é despejado dos imóveis que ocupavam, através de uma reintegração de posse orquestrada pela prefeitura.

Até aquele momento, como consta nas narrativas, não havia uma representação formal ou institucional, não haviam lideranças ligadas a movimentos ou partidos políticos: o que havia era uma liderança estabelecida pelo próprio grupo. No momento posterior ao despejo e deslocamento do grupo para a praça onde então se estabeleceu a Ocupação Novo Amanhecer, surgiram algumas lideranças ligadas ao Partido dos Trabalhador em Sergipe, visto que os mesmos mantinham uma relação estreita com o MOTU. Algumas lideranças do referido movimento foram identificadas: os moradores nos lembram dos nomes de Dalva e Cida. Em depoimento, Flaviano nos conta que o MOTU matinha ainda uma relação de muita proximidade com o atual deputado federal João Daniel (PT-SE). Outros atores que compunham a coordenação da Ocupação Novo Amanhecer nos relataram que nessa mesma época foram ofertadas imóveis para as lideranças e alguns moradores da ocupação, em troca de apoio político e organização para fomento de uma rede de apoiadores.

As decisões eram tomadas de forma deliberada, onde esse poder sequer considerava os anseios dos moradores, sem constituir fóruns híbridos, reuniões de coordenação ou assembleias gerais. As informações que eram levadas aos moradores, ao que aparenta, não procediam ou não tinham transparência. Em algumas entrevistas foi possível observar uma certa insatisfação por parte dos moradores pelo fato deles serem liderados por um indivíduo que não era da comunidade.

Pois bem, com a presente insatisfação dos moradores da ocupação – que não aceitavam a forma antidemocrática de gestão que estava sendo aplicada e sentiam uma necessidade latente de participação popular na causa – formou-se uma comissão para

solucionar o problema, e como consequência, firmaram relações com militantes do PSOL. Aliás, ainda sobre essa relação de movimentos sociais e partidos, vale pontuar as análises teóricas desenvolvidas na América Latina que nos levaram à constatação de uma problemática referente à autonomia desses grupos. Percebe-se, aspectos relevantes relacionados ao agenciamento e afiliações em alguns grupos, mas o seu enfraquecimento torna-se iminente quando essa ação coletiva cria relações estreitas (para não dizer até, íntimas) com o estamento. De acordo com Gohn (2011), o populismo é uma eventual causa desse enfraquecimento de movimentos que tiveram historicamente grande visibilidade, como é o caso do MST.

Deste modo, pressupõe-se que o cerne de um movimento social pode ter contornos e sentidos que não objetivam uma transformação social, estando delimitado pela ação limitada dos seus atores (apud Touraine, 2009). Tal relação, evidentemente, não se percebe nos contornos do Novo Amanhecer enquanto movimento, visto que a relação partidária instituída era extremamente limitada, primeiro, porque a cúpula do PSOL no âmbito local discordava mais do que concordava, de modo a não apoiar integralmente a iniciativa de Flaviano e Vinícius, onde ambos representavam o partido. Segundo, porque o PSOL, em nível local, não ocupa nenhum cargo político em nenhuma das searas políticas, nem em nível municipal, nem em nível estadual, tornando inviável a concepção de uma ideia de dependência entre movimento e partido. Aliás, acreditamos que essa relação é inversa, isto é, o PSOL dependeu muito mais da Ocupação Novo Amanhecer para estabelecer suas bases políticas e suas respectivas redes. É com efeito que podemos considerar a ação coletiva observada, enquanto um movimento que possuía um caráter relativamente autônomo para lidar com a questão da biopolítica.

A partir deste momento, como colocam os depoentes, foi possível gerir a Ocupação Novo Amanhecer sob o ponto de vista técnico, pois, o grupo pode contar com assessoria jurídica, que por sua vez, promoveu a mediação entre a esfera judicial e popular, bem como o repasse de informações a respeito das manobras da Prefeitura de Aracaju quanto às ofertas de serviços públicos, concessão do auxílio-moradia e a ação de reintegração de posse. Foi possível também estabelecer comissões ou secretarias que eram compostas por pessoas delegadas a cumprirem funções específicas como cuidados acerca da saúde dos moradores e da limpeza do local. Esses grupos puderam, de maneira organizada, criar uma creche, uma cozinha comunitária e ainda tentaram construir um “barracão cultural”; no projeto, os moradores estavam abrindo o espaço para que

voluntários pudessem ofertar oficinas artísticas e de capacitação não só para as crianças, mas também para os adultos e pessoas de mais idade. De todo modo, a ideia do barracão cultural acabou não vingando por problemas de logística.

Outros eventos seriam promovidos no mesmo espaço – inclusive, consta-nos na memória, um evento ocorrido semanas depois da ação de reintegração de posse, onde um grupo circense que se utilizava de uma Kombi, rodava o Brasil, promovendo diversas apresentações, principalmente em espaços públicos. Na Ocupação Novo Amanhecer, o mesmo grupo se apresentou e as crianças em conjunto com outros moradores tiveram a oportunidade de prestigiar. Estavam todos muito animados com o evento. Pessoas de fora da ocupação, que de alguma forma se sensibilizaram com a causa estavam presentes e puderam também apoiar o evento.

Diante deste fato, um ponto deve ser levado em conta: que a partir dessa ruptura, ou seja, com o fim da ocupação, o fim que se dá é apenas ao grupo enquanto um espaço e tempo físico. No entanto, de acordo com alguns depoimentos, os antigos moradores se sentem de fato inseridos em um movimento social. Sentem-se parte de uma coletividade, ainda que seja estabelecida de maneira virtual. Consideram que a fase da ocupação foi apenas uma etapa, um momento, e que o objetivo está para além do auxílio-moradia. Um fato que chama atenção ainda a respeito dessa questão identitária do Novo Amanhecer é o fato de três ex-moradores estarem fazendo parte de uma nova ocupação que fica no mesmo bairro e que surgiu recentemente. Dentre esses três moradores, está Flaviano¹¹.

A questão da formação da ação coletiva na Ocupação Novo Amanhecer, quando analisada, suscita uma problemática: num primeiro momento, a coletividade do grupo é enunciada em forma de necessidade, quando indivíduos prostrados à margem da sociedade, sendo eles a maioria de desempregados, sem-tetos e de famílias em situação de vulnerabilidade, organizam-se em torno do mesmo objetivo. Nesse momento, não se percebe a presença de símbolos, siglas ou bandeiras. A coletividade é posta de uma maneira simplória, como nos foi relatado nos depoimentos e como percebemos através das análises do material fotográfico e de vídeo. A identidade dessa ação coletiva delimita-se apenas por uma causa que visa a conquista de moradia. Nota-se, obviamente, nas narrativas dos seus componentes, que havia uma preocupação com outros aspectos da

¹¹ Vale ressaltar ainda que, Flaviano transitou, à época da Ocupação Novo Amanhecer, como militante do PSOL, desligou-se do partido, coligando-se ao PSTU e ao sindicato CSP CONLUTAS.

vida social, como o fato deles não terem acesso à escola, transporte coletivo, atendimentos nos postos de saúde e do SAMU, entre vários outros problemas, mas é crucial percebermos que nos campos dessas tensões sociais, o que cria a ideia de coletivo, o que mantém o grupo ligado e fortalecido é a ideia de pertencer a um grupo social que visava a luta pela moradia.

Embora possamos considerar que esse processo identitário veio de uma força externa da ação coletiva, devemos refletir sobre o seu impacto no cotidiano dos seus atores; não podemos jamais conceber a ideia de atores sociais à margem da sociedade como indivíduos vulneráveis, no sentido de acharmos que os mesmos são desprovidos de ceticismo e que absorveriam facilmente processos ideológicos. É interessante ver, na verdade, como esses atores se utilizam dessa ideologia de forma estratégica. Portanto, é essencial neste tipo de análise, tentar desconstruir a ideia de um indivíduo que tenha sido influenciado ideologicamente. Ressaltamos ainda, a relevância de considerarmos a conjuntura preexistente, que organiza e reorganiza esse fluxo de identidades nas ações coletivas, de modo a considerarmos o indivíduo como um ser em constante processo de apreensão do mundo e do conhecimento. Nas palavras de Gohn (2011):

Um movimento social com certa permanência é aquele que cria sua própria identidade a partir de suas necessidades e seus desejos, tomando referentes com os quais se identifica. Ele não assume ou “veste” uma identidade pré-construída apenas porque tem uma etnia, um gênero ou uma idade. Este ato configura uma política de identidade e não uma identidade política.

A partir desses pressupostos, observamos que, conseqüentemente, um elemento acaba emergindo em torno da ideia do que é um movimento social e de quem se sente inserido e pertencente a ele. Nesse sentido, percebemos que os atores sociais que compuseram a Ocupação Novo Amanhecer se sentem ligados ao grupo enquanto indivíduos que compõem uma ação coletiva como qualquer outra, porém, esses mesmos indivíduos não estão preocupados em discutir qual é o seu conceito. Este fato ganha mais contorno quando os moradores são interpelados sobre a sua ligação com o grupo e como eles enxergam a ideia de movimento social. De acordo com a literatura sociológica, não há necessidade de estarmos enquadrando qualquer ação política como um movimento

social, afinal, qualquer que seja a ação coletiva, nela não há necessidade de alinhamento ideológico (TOURAINÉ, 2006).

Diante do exposto, a Ocupação Novo Amanhecer constitui-se como uma ação coletiva inserida em uma sociedade globalizada e de mercado, mas que abarca no seu núcleo uma forma de mobilização que remete ideologicamente a uma sociedade ainda industrial, ligada diretamente à ideia de uma realidade do operariado com fronteiras classistas muito bem definidas. Essa dinâmica social é bastante comum, como bem pontuou Touraine (2006, p. 26), onde é perceptível as diversas formas de atuação de movimentos sociais que trazem uma carga política e simbólica para ações coletivas em um âmbito microespacial. Consideramos que neste ponto seja interessante a abertura e ampliação de um debate que possa cada vez mais problematizar a questão entre cultura e social, visto que o conceito de social quando aplicado a um contexto de ação coletiva perde sentido quando essa mesma ação coletiva passa a refletir na sua gramática fatores culturais e não propriamente um fato de anomia social.

É de fundamental importância fazermos uma reflexão que esteja ao alcance dos atores sociais enunciados nesta pesquisa, e de como a particularidade dos seus interesses tem confluído e implicado, se consideramos o meio em que vivem. Cabe-nos proporcionar uma discussão profícua, com base no que foi coletado em termos de informação, sobre os sentidos produzidos por esses sujeitos, mas sobretudo pelo modo como os mesmos compreendem as suas práticas. De acordo com Touraine (2006, p. 20):

Não há necessidade que um conflito social ou que uma ação coletiva se apresente armada de uma ideologia muito elaborada para que possamos concluir a presença de um movimento social. Inversamente, ideologias apelando a conflitos fundamentais na sociedade não são obrigatoriamente manifestações de um movimento social ou de antagonismos sociais.

Ao fazer uma análise da sociedade, busca-se descobrir as causas dos seus fenômenos e de como esses eventos implicam na construção das estruturas sociais. Não obstante, nas linhas que se seguem, objetivamos então compreender qual a relação dos macroprocessos, microprocessos, da agência social com a ação coletiva estudada, e se ela é suficiente para obtermos as devidas considerações. Destarte, constatamos através da literatura que faz emergir a década de 1970, enunciando uma mudança significativa em

um modo de vida anteriormente ligado à produção, em momento posterior, observamos o desenvolvimento da sociedade globalizada e universal. A partir daí, temos um cenário de acirramento político discrepante, se compararmos com o que aconteceu no século XIX, por exemplo.

Os embates nas arenas públicas passam por uma delimitação de identidade cultural, isto é, diferentemente do cenário fabril do final do século XIX e início do século XX, as relações de poder e ações coletivas não são mais instituídas a partir de uma lógica classista, entre o operário e dono da fábrica (GOHN, 2000). Deste modo, as análises acerca dos movimentos sociais não devem estar enviesadas apenas pelos fatores de disputas de classe, ou seja, pelos fatores econômicos. Tão somente, esse aspecto não deve ser desvincilhado da análise. Pois bem, considerando todos esses pontos, o que mais, além dos fatores econômicos determina a trajetória de uma ação coletiva?

Quando consideramos a trajetória dos movimentos sociais inseridos em uma sociedade globalizada, percebemos a pluralidade das suas formas de atuação e organização. Em Sergipe, por exemplo, identificamos uma disparidade de perfis de lideranças ligadas às ações coletivas, onde essas características moldam o repertório de ação e a sua relação com o Estado. No aspecto da luta por moradia, estão presentes lideranças cooptadas por partidos políticos e que conseguem dialogar com o poder público, mas sem atingir o objetivo estabelecido pelo grupo, exceto por atingir os seus objetivos individuais. Existem lideranças que se negam a dialogar com figuras políticas e que não estão ligadas a partidos, e nesse caso, observamos que a atuação em acirramento é mais contundente, principalmente contra os aparelhos de repressão.

Sobre esses aspectos, ainda consideramos que os movimentos sociais analisados podem ter um caráter belicista ou pacifista, de ocupação ou bloqueio de espaços ociosos, que por sua vez podem ser públicos ou privados, de protestos de ação direta, performático ou de ação pacífica. A organização e o desenvolvimento das ações coletivas carregam em si um *modus operandi* amplo e diverso; o que caracteriza um movimento é o seu repertório de ação (GIDDENS, 2001). Do mesmo modo que consideramos as estruturas relacionais – sejam elas de ordem social, política ou econômica – como um aspecto indissociável da gênese da ação coletiva, a sua forma de atuar denota também um cenário, de sorte que uma relação que modela e contorna a ação coletiva acaba consequentemente sendo enunciada. Em uma verificação de cenários num nível muito simplista, percebemos que agentes sociais no Brasil da Ditadura Civil-Militar optaram pela revolução armada. Essa

postura se deve, evidentemente, pela atuação do aparelho repressor estatal sob a vida daqueles que eram contrários à ordem vigente.

Foi possível estabelecer um parâmetro de análise acerca dos diversos movimentos que se organizam em prol de alguma causa em Sergipe. As suas respectivas formas de organização e liderança podem ser estabelecidas de maneira horizontal ou vertical. Sendo horizontal ou não, as ações coletivas tendem a estabelecer os seus grupos com base na colaboração e ajuda mútua, aspectos sociais e políticos (GOHN, 2000). Certamente, esses grupos constroem uma série de transformações sociais, interferindo, inclusive, na tomada de decisões das esferas governamentais. Políticas do setor privado são modificadas com a pressão popular organizada pela mobilização desses agentes sociais.

CAPÍTULO III – A MEMÓRIA É UMA ILHA DE EDIÇÃO

PARTE I – O ARMARINHO DE LEMBRANÇAS

Posto em linhas anteriores, o objetivo real do desenvolvimento da presente pesquisa era o fomento de uma Antropologia compartilhada, onde os seus sujeitos observados pudessem construir as suas próprias narrativas fílmicas e fotográficas, de modo que tivéssemos como consequência, uma etnografia pautada pela (auto)representação. Sendo assim, teríamos um estudo antropológico conduzido também por seus atores que protagonizariam o trabalho de registrar o seu cotidiano: os espaços físicos e simbólicos, o sincretismo e o sagrado, as práticas de poder e da política, as festas, as formas de trabalho e economia, a arquitetura dos domicílios, dentre outros aspectos e recortes. Contudo, devemos lembrar que em dezembro de 2014, a Ocupação Novo Amanhecer foi completamente desmobilizada e desmontada. Esse desmantelamento do grupo se deu por meio da concessão do auxílio-moradia transitória as famílias, que naquele momento, estando em melhores condições, buscaram o aluguel de imóveis da região do 17 de Março, Santa Maria e em outros bairros de Aracaju.

Diante deste percalço, foi necessário buscar a delimitação para um problema e objetivo que pudessem nortear as análises aqui feitas. Sendo assim, optamos em identificar e contatar os moradores na tentativa de formar uma rede onde através dos seus componentes poderíamos empreender a captação de depoimentos, e consequentemente, gozaríamos da avaliação desse material registrado com o fim de diagnosticar as questões antropológicas concernentes ao uso da memória pela ação coletiva observada, sendo que esta pareceu-nos a melhor opção para readaptação do projeto, principalmente quando percebemos que o nosso intuito foi o de desenvolver uma pesquisa onde os atores sociais pudessem protagonizar e construir as suas próprias trajetórias e identidades.

Tomando como ponto de partida a oralidade e as narrativas dos moradores que foram entrevistados, avaliamos a possibilidade de nos utilizarmos do recorte de classe na tentativa de compreender como se davam as relações sociais em um micro espaço. A Ocupação Novo Amanhecer estava localizada em uma área pública, na qual, em seu projeto inicial, a Prefeitura de Aracaju construiria uma praça. Portanto, o problema consiste em perceber como a comunidade estava inserida entre dois bairros e, de certa

forma, se havia impacto social considerando a distinção de classes. Outrossim, fora levantado como hipótese a possibilidade de detecção de falas vilipendiosas de um grupo para o outro, caracterizando-se como um conflito de interesses por disputa simbólica e territorial local. Entretanto, o que se constatou é que esta prática só era empregada unilateralmente.

Devemos ressaltar que em um momento a posteriori da readaptação do projeto, optamos por também coletar os depoimentos dos moradores que residiam nos edifícios adjacentes à ocupação, de modo que tivéssemos um terceiro grupo envolvido nas análises preliminares. Todavia isto não foi possível pelo número considerável de famílias que residem nos edifícios e também pela delimitação do nosso tempo para o desenvolvimento e conclusão desta pesquisa. Diante do exposto, optamos por utilizar o contraste, uma vez que na mesma região havia um grupo de famílias com poder aquisitivo maior que as famílias do segundo grupo.

Seguindo como planejado, fomos em busca de perguntas e respostas que nos trouxessem perspectivas para compreendermos a dinâmica social de uma localidade com distinção de classes. Para investigarmos melhor, aproveitamos as entrevistas aplicadas com os atores da ação coletiva estudada e com os moradores do residencial Costa Nova, que era um conjunto de casas de famílias de classe média/alta localizado logo ao lado da Ocupação Novo Amanhecer, mas que compunha o bairro Aruana. Foi perceptível e uníssona a opinião dos ex-moradores da ação coletiva observada acerca dos moradores do residencial Costa Nova: de acordo com eles, os moradores da ocupação nunca tiveram problemas com disputas e tensões. Sempre que solicitaram ajuda, os moradores do Costa Nova contribuíram como puderam.

Se desenharmos e redesenharmos um panorama sobre essa relação, através das narrativas dos ocupantes do Novo Amanhecer, vemos uma coexistência bastante pacífica e harmoniosa. Esses atores saíam da comunidade em direção ao Costa Nova em de alimentos e roupas. Muitos deles tentavam encontrar moradores que estivessem dispostos a doar água no referido residencial, e por esse motivo, levavam baldes para transportá-la e armazená-la. Tendo em vista a falta de água, os moradores construíram o seu próprio sistema de distribuição de água. Eles quebraram o asfalto, perfuraram o chão e fizeram uma conexão com os encanamentos, criando uma linha que pudesse fornecer água para a ocupação.

De maneira genérica, o que se percebe entre os moradores da ocupação é o fomento de uma memória coletiva que não tende a macular a imagens daqueles seus vizinhos de outrora, sem fofocas, sem atritos e sem más lembranças. Esse posicionamento nos deixa bastante inquietos porque, contrariamente à memória coletiva da Ocupação Novo Amanhecer, os moradores do conjunto Costa Nova tentaram de todas as maneiras, mostrar a sua indignação, revolta e crítica quanto a presença da comunidade nas adjacências. O discurso era resumido em um pilar ou crença, de que a presença da ocupação trazia o aspecto da criminalidade para o bairro. Segundo esses moradores, depois da ocupação, o índice de assaltos aumentou e isso passou a afetar o comportamento dos moradores do Costa Nova; quando necessitavam utilizar o transporte coletivo no trajeto até o ponto de ônibus eram vítimas dos assaltos constantes, e muitas vezes, os criminosos empreendiam fuga para dentro da ocupação.

Os residentes do Costa Nova ainda nos constaram também que acreditavam na possibilidade da Ocupação Novo Amanhecer ser um ponto de tráfico de drogas e que havia até um posto de observação dentro da comunidade para saberem se a polícia militar estaria se aproximando da localidade. Ainda sobre essas narrativas, identificamos um caso curioso de uma motocicleta que foi roubada, não se sabe de onde nem de seu dono, mas que os envolvidos com esse delito se dirigiram até a comunidade, e dentro de um dos barracos cavaram um buraco e enterraram-na, ato feito para ludibriar a polícia, segundo os relatos de alguns moradores do Costa Nova.

Dentre tantos outros relatos que poderíamos considerar aqui, esse nos faz de fato entender como se davam o fluxo de informações locais, de modo a criar formas de criminalização do outro e do desconhecido. Devemos ressaltar que aqui não nos cabe confirmar ou não esses fatos narrados pelos moradores de ambos os grupos. A nossa intenção é entender como se deu à confluência de depreciação entre os grupos, buscando observar como uma classe não se observa em detrimento do baixo poder aquisitivo da outra e por que tal prática é feita em nossa sociedade. Ou, como nos mostrou Halbwachs (1990, p. 106), “são as repercussões, e não o acontecimento, que penetram a memória de um povo que as suporta, e somente a partir do momento em que elas o atingem”.

O que é curioso em termos de informação, é que nenhum morador do conjunto Costa Nova adentrou a ocupação e o pouco que sabiam sobre ela era por via da televisão ou quando os próprios atores saíam de porta em porta pedindo doações. Outro ponto que nos chama a atenção é que a maior parte dos moradores que foram abordados e

convidados para dar depoimento, negou a possibilidade de nos ceder qualquer informação. Muitos justificavam que tinham medo de sofrer represálias vindas dos moradores da ocupação.

Essas narrativas nos trouxeram o reflexo do estigma que vários grupos sociais postos à margem da sociedade acabam carregando por conta de um processo de criminalização e exclusão, promovido, principalmente, pela mídia hegemônica. Superficialmente, basta observarmos como a periferia é representada na televisão, sempre como um reduto de criminalidade. Visão que só é reforçada cada vez mais através dos programas policiais exibidos em canais abertos de televisão. Ao contrário, como observamos nas trajetórias dos atores sociais observados, o que percebemos é que a Ocupação Novo Amanhecer era um reduto de trabalhadores, com uma gama de profissionais de diversas áreas. É evidente que aqui estamos considerando também aqueles que estavam, na época, desempregados. Por sinal, este dado do desemprego tinha uma relação forte com práticas discriminatórias, visto que várias mães que lá residiam tentavam conquistar trabalho como diaristas nos bairros adjacentes à ocupação e nunca conseguiam. Segundo elas, havia uma impressão de que não eram contratadas pelo fato de residirem em um bairro estigmatizado como é o caso do 17 de Março. Sempre que os possíveis patrões perguntavam onde moravam e elas respondiam, a sensação que se tinha, era de muita desconfiança e preconceito.

Em contrapartida, pensamos ser possível que essa memória coletiva pertencente aos ex moradores da Ocupação Novo Amanhecer, também pode ter sido forjada por esse processo de exclusão, que é histórico. Provavelmente, os atores sociais observados assimilaram um sentimento velado de culpabilidade no que tange a sua capacidade de alçar um outro status dentro da sociedade. Não obstante, identificamos nas narrativas daqueles que compuseram a presente ação coletiva estudada, memórias que indiretamente protegem a imagem dos seus antigos vizinhos. Por quê? Não sabemos, mas podemos deixar aqui algumas considerações.

Primeiro, podemos nos questionar se o discurso proposto pelos atores que viveram na ocupação seria o mesmo da época em que lá viveram. Se tomarmos como ponto de partida as suas trajetórias, teremos evidentemente dois momentos: um de tensão e acirramento social, caracterizado por ocupar e residir em uma área pública, estando em contato com dois grupos territorialmente divididos e de interesses distintos. Já o segundo momento é caracterizado pela saída e desmobilização da ocupação, estando agora os

atores envolvidos, em um momento de relativa tranquilidade e conforto em imóveis que foram alugados.

Norbert Elias, em *Os Estabelecidos e Os Outsiders*, trabalhará com a ideia de assimilação da culpa quando construída socialmente e imposta pelos estabelecidos em um determinado espaço, assim como aconteceu na cidade fictícia de Winston Parva do referido pesquisador, onde era possível encontrar no subúrbio uma região que era extremamente violenta e que se apresentava com divisões classistas em evidências, onde os estabelecidos se consideravam superiores aos de fora, aos outros, pelo simples fato de serem os mais antigos na comunidade. Talvez por possuírem melhores estruturas em termos de moradia e por possuírem emprego, neste caso, eram os operários. A força que foi exercida pela memória coletiva depreciativa no que concerne aos outsiders chegou a um nível em que eles de fato assimilavam a culpabilidade por estarem em uma situação, que era relativamente pior do que a dos estabelecidos.

Pois bem, considerando esses momentos distintos, cogitamos ser possível que esse discurso de “boa vizinhança” ter sofrido modificações no decorrer do tempo em decorrência do afastamento dos indivíduos do campo situacional de outrora. Afinal, o espaço tempo pretérito é diferentemente percebido quando reconstruído em resgate de memória norteado por narrativas em tempo espaço presente. Mas até que ponto o discurso do coletivo sobrepõe o discurso individual? Até o momento, com boa parte das entrevistas concluídas, o que se percebe é que a memória coletiva é ainda muito forte e sobrepõe, de certa forma, o discurso individual. Essa presença latente da memória coletiva se faz mais presente nos moradores entrevistados que desempenharam, à época, algum papel de liderança ou de apoio.

O sociólogo Durkheim, em uma das suas proposições sobre o tempo e sua relação com a memória coletiva, postulou que se um indivíduo que vive de forma isolada ignora facilmente o tempo. Contudo, se esse indivíduo está inserido na sociedade, automaticamente ele precisará se adequar a normatização do tempo.

Embora devamos considerar o “tempo” bergsoniano, onde o indivíduo, mesmo sozinho, de acordo com a sua faculdade mental herdada desde os primórdios da humanidade é capaz de fazer a divisão do “tempo”, internamente falando, ou seja, a partir das nuances e mudanças do seus estados (físicos e mentais), é possível não só situar-se no tempo, mas também fazer a sua divisão; e, claro, é preciso salientar que essa divisão e percepção é relativamente inexata, pois, como já foi colocado, o homem se situa no tempo

através do funcionamento do relógio e das mudanças dos astros no cosmos. É mais eficaz se guiar no tempo por meio de corpos celestiais que possuem movimentos cíclicos estáveis, visto que para um homem adulto, por exemplo, esta percepção de tempo é algo sentido lentamente, e para a criança as coisas acontecem mais rapidamente.

Para o homem, seria inviável produzir sequencias temporais restritamente a partir dele mesmo, definidas de modo a criar pontos de referência situacionais. Quando aplicamos estes conceitos de forma mais pragmática, analisando o espaço e tempo na visão dos moradores da Ocupação Novo Amanhecer, podemos perceber que existe uma variabilidade de informações a respeito das memórias que são postas nas falas, principalmente quando elas estão tratando de números e datas. Quando interpelados sobre o número de famílias que moravam na ocupação, sobre o início do movimento que comportava um número maior de pessoas, sobre a data da segunda reintegração de posse ou quantos meses eles residiram na comunidade, não há, pelo menos nos depoimentos, uniformidade de informações.

Várias vezes tentamos conduzi-los a falar sobre os sentimentos sentidos naquele momento de tensão social, nomeamos, tentamos, descrevemos algumas cenas, mas o resultado não foi o esperado, embora tenhamos registrado aqui algumas situações que me foram relatadas a partir de transcrição de algumas falas referentes às narrativas da reintegração concernentes às lembranças dos sentimentos. O que se percebe é que existe muito mais fixamente no imaginário dessas pessoas e em suas narrativas, uma ideia de coletivo, de história, de identidade, de uma causa que defenderam e de que, em sua maioria, acreditam na concepção, do que propriamente de lembranças específicas do dia 30 de julho de 2013.

É justamente aqui que percebemos essa disparidade entre o tempo individual e o tempo coletivo. O tempo individual se apresenta instável, de acordo com o estado emocional ou racional do indivíduo. Em termos práticos, um domingo construído socialmente é sinônimo de um dia recheado pelo marasmo, de ruas vazias, sem carros e transeuntes, sem a correria do trabalho e a mistura das falas das pessoas que ecoam nos calçadões, e sem o barulho das buzinas. Entretanto, individualmente falando um domingo pode ser caracterizado por muitas emoções e até mesmo por muito estresse. Que tal uma prática de esportes radicais para entendermos como um dia chato como o domingo pode ser bastante proveitoso e prazeroso, de modo a não percebermos o tempo ir embora? Podemos considerar que, na atualidade, os contextos sociais são compostos por

instituições que normatizam o tempo e, portanto, quebram com qualquer forma de subjetividade do indivíduo em sociedade, sobretudo quando há uma necessidade latente e inata de fugir aos padrões impostos socialmente através da “disciplina social” (HALBWACHS, 1990). Se eu não cumpro com os horários pontualmente, sofro as consequências de não poder gozar dos eventos.

No aspecto da fuga de indivíduos ou grupos sociais da normatividade, podemos também repensar a aproximação ou afastamento dos mesmos de acordo com os acontecimentos históricos. Quando falamos aqui de aproximação ou afastamento, proferimos a ideia no sentido de que eventos históricos acontecem em todas as partes do mundo, formando rupturas que podem, consequentemente, servir como agenciamento. É provável que os atores sociais aqui observados tenham passado boa parte de suas respectivas trajetórias percebendo-se conectados com a sociedade de maneira a formar um bloco homogêneo. No entanto, quando as dinâmicas situacionais que envolvem processos histórico e políticos, somados aos eventos de ruptura não são favoráveis, esses agentes são forçados a promover um afastamento da realidade em que coexistem para viver uma realidade que é socialmente construída coletivamente e clandestinamente. Deste modo, surge a oportunidade para pensar nas motivações que levaram os indivíduos que compuseram a ação coletiva a experimentar uma forma de vida pautada pela autogestão e pelo acirramento contra o Estado.

Com efeito, o comportamento coletivo é balizado por um sentimento de resistência em detrimento das ações de exclusão promovidas pelo poder público, principalmente quando consideramos os casos de desapropriação ou reintegração de posse. O grupo social impactado por essas práticas exerce um apego forte as suas tradições e ao seu passado, elementos estes que foram moldados, também, a partir da configuração espacial do bairro, visto que o indivíduo cria fortemente uma relação íntima com o espaço em que vive e que transita, de modo a fazer parte da paisagem.

É na tentativa de salvaguardar esses elementos que compõem a memória individual e coletiva, que o agente agindo em comunhão com seus pares, empreende mobilização e processos de larga resistência para então, simbolicamente, existir e coexistir a partir dessa interdependência com a força social e a memória. Para Pollak (1989, p. 6), “distinguir entre conjunturas favoráveis ou desfavoráveis às memórias marginalizadas é de saída reconhecer a que ponto o presente colore o passado”.

Sobre o enquadramento da memória oficial, prática imposta pelo Estado a seus dominados, podemos dizer que não diferente de outras formas de governo e de outros líderes políticos, o executivo municipal em Aracaju impõe uma ideia de memória coletiva sob aspecto político, sendo a cidade um reflexo estrutural de benfeitorias; um verdadeiro canteiro de obras (atrasadas), o qual promove o desenvolvimento da cidade. A elite política impõe o castigo a seu povo lhe negando direitos e causando a exclusão social, a marginalização de minorias, a violência policial e etc. Tudo é feito contando com o esquecimento da população, contando com o seu silêncio, ignorando completamente a memória coletiva clandestina que corre entre os barracos, nos becos e quebradas, espaços alternativos e etc. O problema, como bem pontuou Pollak (1989, p. 7), é “que o intervalo pode contribuir para reforçar a amargura, o ressentimento e o ódio dos dominados, que se exprimem então com os gritos da contra violência”.

Um ponto bastante pertinente é quanto à questão da individualidade na memória. Neste ponto, observa-se como os atores sociais constroem e reconstroem as suas respectivas narrativas, de maneira que possam assim determinar quais foram as suas trajetórias e como esses agentes estão inseridos e se percebem em um espaço de tempo recente: percebemos este aspecto, principalmente com a fala dos coordenadores da Ocupação Novo Amanhecer. Simbolicamente, cada um teve a oportunidade de falar sobre si mesmo e de como gostaria de ser visto pelo outro, como se derrubassem uma parede de tijolos e reconstruíssem outra, mantendo apenas o material que pode ser reutilizado e atualizado, e criando uma coxa de retalhos, passam então a editar e produzir aquilo que a sociedade espera e cobra de seus indivíduos.

Para nós foi interessante perceber como um dos coordenadores que possuía uma relação de muito atrito com os outros líderes da ocupação, tentou no decorrer da entrevista, colocar-se como uma pessoa isenta de qualquer relação partidária ou de práticas em benefício próprio. Sem que percebesse, uma vez que, já havíamos coletado essas características nas narrativas anteriores, o mesmo nos trouxe em sua fala o vislumbre da construção social de um agente que estabeleceu relações com um grupo à época. Desta forma, avaliamos o coordenador em destaque passa a considerar o que as pessoas pensavam sobre o envolvimento partidário, prática que as mesmas rechaçaram. Estrategicamente, para ser aceito pela comunidade, o referido coordenador ocultou algumas informações a respeito da sua origem, onde trabalhava e com quem trabalhava, sobre o que ele desejava a respeito da política feita em âmbito local, dentre outros pontos.

Como destacou Pollak (1989, p. 11), “através desse trabalho de reconstrução de si mesmo o indivíduo tende a definir seu lugar social e suas relações com os outros”.

Recentemente, em dezembro de 2015, em uma observação participante, conversamos novamente com o referido coordenador e percebemos que o mesmo estava mais aberto aos questionamentos feitos com maior profundidade, principalmente quando perguntamos sobre os seus planos futuros, nos informando sobre o fato de estar pleiteando um cargo de vereador em uma das cidades do interior de Sergipe. Lembramos também que, quando o referido coordenador estava para nos conceder a entrevista, em maio de 2015, ele havia pedido que todo o registro fosse feito em outra ocupação, da qual ele é coordenador; ao chegarmos, a nossa primeira visão foi a de uma bandeira do MOTU hasteada. Logo ali, entendemos que havia mais uma rede de cooptação do Partidos dos Trabalhadores em Sergipe. Mais um braço administrativo do deputado federal João Daniel (PT-SE).

Se considerarmos que a biografia de um sujeito é construída do seu nascimento à idade presente, incluindo fatos e acontecimentos que delineiam e dividem cronologicamente este percurso, subtende-se, portanto, que ali encontramos não só a sua biografia, mas que de forma mais aprofundada podemos entender sobre o seu contexto social, seja delimitado ou não. Todavia, como colocou Bourdieu (1986), sobre o pensamento sartriano acerca da simbologia linguística, precisamos estar atentos ao que está por trás das falas específicas e muitas vezes até, das falas muito repetitivas, de maneira a compreendermos os objetivos subjacentes de cada indivíduo. Quando observamos e refletimos sobre as narrativas em suas respectivas entrelinhas, vemos como o indivíduo se percebe diante da sociedade e a forma como ele quer ser visto. Desta maneira, a partir da análise das construções que são postas nas entrevistas pelos pesquisados, a sobreposição de acontecimentos e a sua trajetória pode nos trazer informações sobre a sua participação e a constituição das relações sociais de um determinado grupo. De acordo com Bourdieu (1986, p. 190):

Tentar compreender uma vida como uma série única e por si suficiente de acontecimentos sucessivos, sem outro vínculo que não a associação a um "sujeito" cuja constância certamente não é senão aquela de um nome próprio, é quase tão absurdo quanto tentar explicar a razão de um trajeto no metrô sem levar em conta a estrutura da rede, isto é, a matriz das relações objetivas entre as diferentes estações.

Aproveitamos o encaixe das reflexões lançadas por Bourdieu para tentarmos amarrar alguns pontos concernentes às trajetórias dos sujeitos aqui observados e o sentido de memória. Até o momento, o que podemos considerar sobre essa dinâmica é que contrariamente a outros estudos antropológicos ou históricos sobre memória, os atores sociais que experienciaram a Ocupação Novo Amanhecer se mostram muito distantes de um sentimento de pertencimento para com o local em que sobreviveram por nove meses igualmente a este fato, mostram-se também totalmente avessos à ideia de poder viver tudo o que viveram em outrora, em condições que como eles próprios nos mostraram, não dignificam as suas histórias. A obscuridade desse passado que é lembrado com sentimentos vívidos, carregados e expressados nos rostos e gestos com muita negatividade, só é transpassada e substituída quando os mesmos se percebem como sujeitos que fizeram a única coisa que lhes restavam: desobedecer e resistir. Quando nos empenhamos em observar e analisar as narrativas desses atores, fica nítido e perceptível o orgulho que sentem e a importância que dão aos feitos do passado, para salvaguardarem suas vidas e as vidas dos seus iguais.

Deste modo, a estada no bairro 17 de Março em uma ocupação com trezentos e onze barracos feitos de madeira e lona preta é caracterizada por uma necessidade que, a curto prazo, não pode dar um retorno em termos de capital material, muito menos simbólico. Outrossim, as memórias acessadas por esses moradores denunciam um estado de vergonha e de relativa culpa acerca das circunstâncias que enfrentaram.

Destacamos ainda que foi significativo e enriquecedor para esta pesquisa, a o fato de identificarmos o que motivou os moradores do conjunto Costa Nova a construírem suas narrativas carregadas de depreciação e menosprezo em relação aos sujeitos que compuseram a ação coletiva estudada e quais são as implicações dessas falas nas trajetórias dos mesmos. Sem sombra de dúvida, esse trânsito de desinformações e segregação, leva ao fortalecimento de um grupo já privilegiado socialmente em decorrência do enfraquecimento de um grupo composto por pessoas que foram há muito tempo vulnerabilizadas. Em suma, ficamos com a impressão de que os moradores do Costa Nova, versam de maneira vilipendiosa acerca dos seus antigos vizinhos, porque estão reproduzindo tão somente aquilo que lhes foi ensinado, senão suplantado por uma forma de vida cada vez mais individualizada, competitiva e excludente.

Para finalizar este capítulo, visto que estamos falando sobre o sujeito e a memória, não poderíamos deixar de utilizar essa pincelada nostálgica de Flaviano, que por sua vez

conceitua a memória em breves linhas, como um sentimento renovador e de forte esperança sobre as questões sociais, sobretudo, de muito aprendido com o outro: “[...]e a gente que, a gente vê isso de forma tão ardente, né, que as lembranças, né... É... É coisa que quando você tá meio triste, você tá meio, né, sentindo dificuldade, cê meio que: não! Deixa eu ir no meu armarinho de lembranças e aí você lembra de algumas coisas lá que te dá aquela, aquele espinafre, aquela energia, pra você enfrentar as dificuldades. Porque você vê pessoas que não tinham nada, que visivelmente pelos seus rostos, corpos, pela dificuldade de linguagem, não tinham nada, mas que expressavam a forma mais consciente que era possível extrair da etapa de desenvolvimento humano que a gente tem hoje, então, uma forma de combatividade, de coragem, de firmeza política [...]”.

PARTE II – FOTOGRAFIA: ABDUÇÃO E RESSIGNIFICAÇÃO

A fotografia é, por certo, um portal a ser aberto e experimentado. É uma caixa de som muda, que permite em dada equalização, a audição dos gestos e a captação de iniciativas de pessoas em mediação com o mundo a sua volta, de maneira a reverberar uma série de significações. Quais são realmente as cores que o autor da obra (imagem) quer nos mostrar? De paisagens à pessoas, de viagens à encontros, dos amigos à selfie. Que universo podemos apreender através do registro de imagem? Qual o indivíduo que podemos construir quando captados e abduzidos pela mente de quem está por detrás de uma lente? Para Lévi-Strauss (LEVI-STRAUSS, Charbonnier, p. 80 apud NOVAES, 1999):

(...) uma obra de arte é signo do objeto e não uma reprodução literal; manifesta algo que não estava imediatamente dado à percepção que temos do objeto e que é sua estrutura, porque a característica específica da linguagem da arte é que existe sempre uma homologia muito profunda entre a estrutura do significado e a estrutura do significante (...) ao significar o objeto [como fazem os surrealistas com objetos do cotidiano] o artista consegue elaborar uma estrutura de significação que mantém uma relação com a estrutura mesma do objeto.

A valer, o que a fotografia tem a nos dizer está deveras distante de um plano meramente visual ou de um primeiro contato. Por si só, o pedaço de papel, ou seja, a fotografia em nossas mãos, num sentido poético, não permite que enxerguemos para além dos traços, ângulos e cores. De fato, mergulhar numa análise da imagem no sentido antropológico, requer o desenvolvimento da busca pela visualização dos sons que a fotografia produz e é muito provável, que você leitor, deva estar se perguntando o que seriam esses sons que o registro imagético reverbera quando lançamos esse olhar. Quando nos deparamos com análise e reflexão de registros de um profissional que eternizou o desenvolvimento de atividades de ações coletivas nas mais diversas situações, estamos ao mesmo tempo decifrando códigos, como se fossemos filólogos, com uma folha de papel em mãos que porta em seu conteúdo, símbolos de uma sociedade que se comunica de uma forma bastante distinta da nossa. Não obstante, podemos apreciar o material fotográfico e a posteriori, ler nas entrelinhas.

Sobre essa relação de alteridade no olhar do observador a respeito dos grupos observados, podemos tomar como exemplo os movimentos feministas com as suas mais diversas formas de mobilização e atuação que, por conseguinte, geram uma infinidade de tensões em detrimento do social e uma gama de simbolismo na construção de sua luta. Mas afinal, o que podemos aprender, do ponto de vista da análise para a posterioridade de estudos acerca das relações sociais a respeito desses registros sobre as ações coletivas? Como estávamos mostrando e voltando ao exemplo do movimento feminista, podemos vislumbrar uma forma de atuação bastante peculiar desses grupos quando comparamos este comportamento, com o comportamento estabelecido pela sociedade de maneira geral, principalmente quando essa sociedade constrói esses padrões de comportamento sob uma lógica burguesa e cristã, que por si só, esses dois vieses são reflexos do desenvolvimento de dominação patriarcal.

O comportamento em questão, tem a ver com o fato de mulheres – e aqui nós estamos tratando, de forma limitada, da questão do sexo, que é determinado biologicamente – que estão na linha de frente das ações coletivas construídas nas ruas, expondo o seus seios, por exemplo, como uma forma de criticar o pensamento social (conservador) na libertação de seus corpos, despindo-se dos trajes que lhe aprisionam cotidianamente. É com efeito, que podemos detectar, participando diretamente desses atos ou até mesmo a partir da apreciação dos registros de imagem, a proposição de um choque cultural, o fomento da quebra de tabus impostos socialmente a todos os corpos que transitam pelo sistema.

Posto isto, pressupõe-se, a partir das pesquisas da fotografia e memória das ações coletivas, mais especificamente do movimento feminista, que há uma necessidade, quer seja ela individual ou numa construção coletiva, de contestação frente a sociedade que marginaliza, segrega e impões para a mulher, que é uma lástima quando ela transita em espaços públicos despidas de sutiã. Esses mesmos grupos conservadores entendem que é uma transgressão social quando a mulher escolhe, seja por qualquer motivo, andar sem blusa, expondo os seios, enquanto o homem, construído numa sociedade machista e heteronormativa, é legitimado a andar sem blusa, em qualquer espaço público, expondo o tórax, inclusive. Além de ser permitido socialmente que o homem possa andar descamisado, o gesto é até incentivado e é um verdadeiro elemento de busca por status dentro de uma organização social que estabelece os valores corporais e padrões de beleza,

afirmando que o homem bonito e desejável é aquele que projeta os seus músculos com muita virilidade.

Portanto, se estamos frente as análises de fotografias que enunciam a ação coletiva de mulheres – principalmente de mulheres transexuais – que têm como proposta a exibição do corpo e principalmente dos seios, devemos compreender que o gesto se dá justamente em contraposição e antagonismo ao gesto masculino de virilidade, de sorte que, com este dado, estaremos indo para além de uma análise do próprio fato em si, ou seja, não estamos aqui com a proposta de observar, analisar e refletir sobre a fotografia da ação coletiva enquanto um mero registro, que como dissemos anteriormente e a grosso modo, denota a materialidade, a geografia e ângulos.

É perceptível a pluralidade de formas de lutas construída pelo movimento feminista, não só no âmbito nacional, mas também na Europa, por exemplo. Os modos de atuação são dos mais diversos e o feminismo acaba por trazer uma infinidade de pautas com direcionamento da contestação para a Igreja, para o Congresso Nacional (como é o caso do Brasil com uma PEC que criminaliza o aborto), ou até mesmo contra uma personalidade política conservadoras.

Nessas observações dos registros de imagem, podemos perceber, como já foi posto, o universo de ações e suas respectivas formas. O fato em si, registrado na imagem, enuncia também, não só a estruturas de poder, mas como se constitui os processos políticos e econômicos que estruturam a sociedade. A questão sobre a fotografia quando utilizada como ferramenta de reflexão antropológica para a escrita do texto etnográfico é crucial para compreendermos como funciona uma organização e estrutura social regida pelo Estado – já que estamos tratando, nesta pesquisa, de um grupo inserido em uma organização social estatal – e como esse grupo mantenedor da ordem está relacionado com as classes e outsiders. Voltando ao exemplo do registro imagético do FEMEN, em sua atuação na Ucrânia, a partir dessas informações e parâmetros que são captados por nós nas análises antropológicas acerca da fotografia, observamos um dado bastante relevante e que está posto nas entre linhas: uma ação coletiva proporcionou um ato de rua retratando uma realidade violenta como é o caso da atuação policial na repressão a manifestações e revoltas, sem ter sido impedido por um aparato repressivo característico de um governo autoritário, que desconsidera e criminaliza qualquer forma de expressão popular, principalmente daquelas que se originam nas ruas com grupo que querem, de fato, transformar o social.



Imagem 61 – Representatividade da violência policial e midiática
(Foto: AFP, 2010)

É com efeito que o material fotográfico registrado no referido ato do FEMEN, na Ucrânia, faz emergir uma série de considerações acerca das diversas formas de ação com que os movimentos sociais da atualidade têm promovido em detrimento da conjuntura política. Há um espectro de representatividade quando nos deparamos com a constituição das imagens de atores que estão em busca de afirmação e de poder, desenvolvendo cultura política de clandestinidade. Essa cultura desenvolve-se no âmago do grupo, balizada com muita criatividade e é justamente o despertar dessas inovações que nos levam a um posicionamento de antagonismo perante as políticas repressivas de governos conservadores. Evidentemente, que se faz necessário salientar: o ato em si, no que concerne a sua proposta ou performance, carrega uma carga de significados que denotam, como no caso do supracitado ato, um traço do autoritarismo. Contudo, precisamos mostrar também que esse cenário é dicotômico, haja vista que se este mesmo ato fosse organizado, por exemplo, em uma ditadura, seria muito provável que a ação coletiva tivesse a sua forma de atuação impelida e sufocada. Em suma, a performance denota o autoritarismo, mas para que a mesma seja autorizada, denuncia-se o cenário político em que vive, neste caso, de um governo que permite tal crítica.

Considerando essas possibilidades, devemos ressaltar que há também uma necessidade de se problematizar esse *modus operandi* fotoetnográfico para que não caiamos em armadilhas construídas pelas nossas necessidades, enquanto pesquisadores, de buscar informações que imputem aquilo que estamos propondo. Se estamos nos

utilizado de uma análise que tem como base um acervo iconográfico com imagens que remetem a mobilizações e ações coletivas, não podemos afirmar, tomando apenas esta informação e considerando como uma totalidade dos fatos sem o seu devido contexto. Em uma determinada situação, se é possível imaginarmos uma organização social, pautada politicamente por uma forma de governo ditatorial, a mobilização de uma massa de indivíduos nas ruas visando a derrubada do poder estabelecido, pode representar uma série de elementos e possibilidades. Desta forma, compreende-se que uma ação coletiva com milhões de pessoas pode estar presente, enquanto um elemento reflexivo de uma macroestrutura, dentro, tanto de sistemas opressores como em organizações sociais mais democráticas.



Imagem 62 - Panos que escondem os nossos sonhos

(Foto: Victor Prat, 2016)

Outros elementos que compõem esse mesmo quadro imagético da mobilização das massas nos indica ícones chaves para a identificação dessas forças relacionais e da macroestrutura. O próprio ícone, em si, denota também um símbolo de clandestinidade, se considerarmos a dialogia proposta aqui nesta pesquisa quando também estamos observando os processos em microestruturas. Dentre esses elementos que falamos nas linhas anteriores, um nos chama atenção: o uso de capuzes ou máscaras. Pois bem, milhões de pessoas nas ruas mobilizadas e lutando por direitos é um fato que certamente pode ocorrer dentro de um quadro situacional bastante específico ou até mesmo dentro de

uma conjuntura política de abertura e diálogo com as classes. Entretanto, há um elemento que acaba por trazer um diferencial quando analisamos as duas situações e esse elemento é a ocultação de identidade. Mas o que leva os atores sociais inseridos em ações coletivas a se utilizarem de capuzes ou máscaras para não serem identificados? Quais os simbolismos que podemos encontrar com o uso desses elementos nas manifestações? O seu uso é efeito com base na necessidade, escolha ou os dois fatores? Para tanto, evidentemente que seria necessário que o observador do fenômeno social, pudesse lançar mão de uma entrevista com cada ator “não identificado”, ou seja, entrevistar milhares de pessoas que estão participando de um ato público.



Imagem 63 – O seu olhar não deve limitar-se apenas ao horizonte
(Foto: Victor Prat, 2016)

Atualmente, no Brasil, existe uma prática por parte da Polícia Militar dos estados quando os mesmos estão atuando em manifestações. O fato consiste na retirada de sua identificação que é normalmente carregada na farda, na altura do tórax, do lado direito. Desde as jornas de Junho e Julho de 2013, passando por 2014 com o Fora Copa, onde tivemos um momento de refluxo de mobilizações. Nos últimos meses de 2015 com o movimento das ocupações das escolas em São Paulo e Goiás e com o retorno (discreto) do Movimento Passe Livre as ruas da cidade de São Paulo, protagonizando a luta contra o aumento da tarifa, vislumbramos uma série de transgressões por parte dos policiais que ferem, não só a nossa Constituição, mas também os princípios dos Direitos Humanos.

Posto isto, percebemos o que motiva milhares de atores sociais envolvidos nas manifestações de rua com maior visibilidade no país, a criarem e desenvolverem a cultura política de ocultação de sua identidade. Vale ressaltar que a única arma que o manifestante brasileiro tem contra a atuação repressiva do braço armado do Estado é a identificação dos policiais militares.



Imagem 64 – É o futuro repetindo o passado
(Foto: Marivaldo Oliveira, 2015)

Em Aracaju, temos o exemplo da atuação da Guarda Municipal, que tem atuado nas diversas manifestações organizadas pelo Movimento Não Pago, que protagoniza a luta pelo transporte público na capital sergipana. Os militantes, ativistas e outros apoiadores, denunciam a ação truculenta dos servidores quando estão trabalhando na contenção ou dispersão de protestos. Essa característica, não se restringe apenas aos atos públicos. Por diversas vezes o Movimento Não Pago denunciou essa perseguição aos seus militantes e apoiadores. No término dos atos, uma parte considerável dos militantes retornam de ônibus para casa e nesse momento, muitos deles já relataram que viram viaturas da Guarda Municipal acompanhando o ônibus e quando chegaram ao destino, foram abordados pelos guardas e intimidados. Agressões são relatadas por muitos militantes. Existe também a participação de policiais militares à paisana, que abordam e informam que eles sabem onde os militantes moram e logo depois, vão embora. Muitas ações do movimento são escoltadas pela Guarda Municipal e por este movimento, os

militantes e apoiadores do movimento se sentem intimidados ao ponto de esconderem as suas identidades em manifestações. Muitos inclusive, retiram a camisa do movimento e trocam por outra e a cena se repete até mesmo em plenárias e reuniões.

A partir de agora façamos o seguinte. Imaginemos uma ocupação na periferia de uma cidade. Nela, assim como na maior parte das outras ocupações do Brasil, os moradores se encontram em situação de vulnerabilidade social, sem ter acesso aos serviços mais básicos para o desenvolvimento da vida humana. A Polícia Militar, braço armado do Estado, serve a seus senhores como ferramenta de controle. E aqui, vale dizer que esse dispositivo do patronado só é aplicado nas periferias das cidades com as classes mais pobres. Deste modo, milhões de famílias sobre todo o tipo de violência nas populares favelas do país. Nas ocupações, temos relatos de incêndios criminosos dos barracos, assédio e estupro de mulheres, invasões ao domicílio em plena madrugada e todo tipo de agressão verbal e física aos moradores nas comunidades.



Imagem 65 - Vila Soma mobilizada em Sumaré, São Paulo.

(Foto: autor desconhecido, 2016)

Essa realidade bastante ríspida, tão propositalmente imposta pelo sustentáculo do Estado através dos seus oligopólios é refletiva justamente numa imagem de mesmo caráter como esta evidenciada acima. As pessoas mais pobres, que constroem a periferia do Brasil, onde a maior parte é composta por negros, já estão cansadas de sofrer com a violência institucionalizada. Logo, como reflexo da criminalização e perseguição da

pobreza, a periferia, já consciente da sua cruz e calvário, tem se mobilizado. Nessa soma, comunidades inteiras têm resistido de várias formas, mesmo sem estrutura bélica ou de defesa, temos relatos de ocupações que, por uma série de fatores, não cederam a reintegrações de posse. Por certo, uma série de elementos, tem permitido que esses grupos possam protagonizar e redefinir os seus horizontes.

Por que estamos vendo nesse registro pessoas escondendo as suas identidades e prontas para a guerra? É possível que os entusiastas da fotografia considerem que o registro de imagem é tão somente um fragmento da realidade, contudo, quando relacionamos essa realidade emergida pela fotografia no viés do autor do registro, o que se tem de evidência no texto etnográfico não seria apenas um fragmento, mas sim o todo. Desta forma, compreende-se que a fotografia permite, a partir daquilo que podemos considerar como fragmento, lançarmos as devidas análises das relações sociais entre a sociedade civil organizada e o Estado.

Nesse mesmo quadro, a proposta é de imaginar uma cena em que o pesquisador está frente ao sujeito que compõe o seu objeto de pesquisa. A proposta é prontamente atendida pelo sujeito que, prepara-se para receber o pesquisador sem se despir do olhar sociocêntrico e padronizado do meio em que vivemos, afinal, para sair na entrevista, a sociedade lhe impõe que “tem que estar bonito”, como diz os conformes populares. Pois bem, o questionamento que fica é se este mesmo sujeito receberia a Polícia Militar e a sua Tropa de Choque num processo de reintegração de posse como esse espírito amigável e receptível?



Imagem 66 – A recepção

(Foto: Pedro Alves, 2013)

A valer, ainda a respeito do uso do registro de imagem no fomento do texto etnográfico, vale ressaltar a sua importância no sentido de trazer um aspecto de ilustração para as nossas próprias memórias. O antropólogo quando inserido em campo está suscetível a uma série de informação que chegam a todo instante. Tudo acontece de uma forma muito líquida. São várias as impressões, tanto dos sujeitos observados, dos espaços de vivência, das tensões, de terceiros que observam, dentre outros. Logo, dentro de contexto, é importante que o pesquisador se utilize da fotografia para que essas impressões e informações não se percam em sua memória.

Isto posto, não estamos tentando aqui mostrar que a fotografia por intermédio da antropologia visual é tão somente uma ferramenta de contextualização de texto etnográfico, ou de acréscimo de dados para o pesquisador, muito menos compreender a antropologia visual como subárea da antropologia. A proposta que temos nesse capítulo da presente pesquisa é de permitir a apreciação de uma antropologia (ADRIANE RODOLPHO, 1995) intermediada pela imagem, mas também permitir a possibilidade de permitir o desenvolvimento de uma antropologia política por meio da imagem.

A possibilidade de investigação e análise da memória coletiva e individual dos moradores da Ocupação Novo Amanhecer, enquanto uma comunidade que passou, então, a existir num plano abstrato, se fez viável a partir da promoção de entrevistas com os referidos atores deste trabalho. A partir do acesso, coleta de dados e cruzamentos de informações acerca das experiências do cotidiano, de tensão, e da prática de política dos atores sociais, pudemos então viabilizar a reconstrução (plano virtual) da comunidade e de suas relações sociais. Essas entrevistas foram propostas e desenvolvidas desde o primeiro momento, por via do registro áudio visual, visto que num momento a posteriori ao campo, um dos objetivos é de observar, analisar e refletir, sobre o comportamento dos depoentes, quando entrevistados. Além disso, consideramos a possibilidade de fomento de um documentário com base nesse material registrado.

Sem sombra de dúvida, a produção de um documentário recheado com imagens dos próprios atores desta pesquisa, permite que os mesmos tenham a possibilidade de serem vistos, já que são invisibilizados pela mídia corporativista e hegemônica. Nesse sentido, seria interessante de observar como os atores que tiveram o seu momento de memória registrados em um documentário estão ressignificando as suas próprias narrativas e sentidos. Esse processo de visibilização poderia ser facilmente fomentado não só pelo registro audiovisual, mas também através das fotografias.

Efetivamente, os registros de imagem, quer sejam eles estáticos ou cinéticos, facilitam o acesso, por parte dos sujeitos observados e analisados, aos resultados da pesquisa. Parece-nos até um ato religioso ao fim da pesquisa, quando o antropólogo confecciona o seu texto etnográfico e entrega para a comunidade estudada, para que ela possa ter acesso a ela mesma. Todavia, qual é a possibilidade da comunidade estudada fazer leitura desse texto? Por certo, essa possibilidade é mínima, para não dizer nula. Por uma série de questões, mas das principais, o fator cultural, ou seja, a própria ausência da prática de leitura por parte desses grupos, se considerarmos a realidade brasileira, onde o índice de analfabetismo é gritante. Por ventura, podemos nos deparar com indivíduos vivendo em coletividade e que possuam a prática da leitura, mas nesse momento, podemos esbarrar na linguagem acadêmica com que utilizamos em nossos textos etnográficos. Narrativas que em si são densas e pesadas em suas respectivas mensagens e, neste ponto, talvez seja necessário avaliarmos se não estamos escrevemos para alguém senão a nós mesmos.

CAPÍTULO IV – A CIDADE NÃO PARA, A CIDADE SÓ CRESCE. O DE CIMA SOBE E O DEBAIXO DESCE.

Todos sabem que em nossa cidade, há tempos, observa-se o avanço da indústria da construção, principalmente no que diz respeito à construção de condomínios de casas ou de edifícios, projetos imobiliários projetados para atender a demanda e o conforto das classes mais abastadas que residem nas áreas mais nobres da cidade. Nesses espaços normalmente se encontra todo tipo de serviços e de comércio, seja de ordem privada ou pública. Realidade contrastante com o calvário vivido na periferia, principalmente quando percebemos os traçados dos projetos urbanos. Enquanto em um lado da cidade se percebe o poder público e privado, para o lado esquecido da cidade o que se observa é o esquecimento.

Provavelmente, o caro leitor deve estar se perguntando o que nos motiva a discutir sobre a questão da cidade neste capítulo. Pois bem, nas próximas linhas, visávamos demonstrar como os contornos da cidade, desenhados pela força do capital econômico, sobrepõem e empurram cada vez mais grupos que são desfavorecidos e vulnerabilizados pelo establishment, não só para as margens, mas de fato, para fora do perímetro urbano. É indiscutível que não pensemos nessa relação de forças entre riqueza e miséria, apenas como uma via de mão única, afinal, muito se tem discutido a respeito de como o agente em sociedade passa também a atuar como uma força que não é só estruturada, mas que por meio da clandestinidade, também estrutura. Desta forma, convidamos os leitores para desenvolverem um exercício de reflexão para então compreendermos como essas forças estão correlacionadas na cidade e de que maneira que o Capital atua nesse campo político.

Dentre os inúmeros motivos que levaram o desenvolvimento e transmutação do Capital, é incontestável que o sistema econômico dominante de outrora tenha se utilizado e explorado a força humana de trabalho, promovendo um processo de suburbanização no período pós-guerra nos EUA e trazendo consequentemente a expansão de diversas cidades que se desenvolveram a partir do crescimento da indústria. Entretanto, nas décadas de 1950 e 1960, a economia baseada no neoliberalismo se estabelece, mas as camadas mais pobres da sociedade, que sofreram diretamente com essa expansão, começam a sentir os efeitos da precariedade dos serviços públicos. Paralelamente a este fato, o poder de compra desses indivíduos estava em queda cada vez mais. Como consequência dessa oscilação, nas ruas temos o início de diversos protestos organizados

por vários movimentos sociais, principalmente os movimentos de luta pela igualdade racial, pois o fator econômico ainda estava ligado diretamente aos negros, enquanto uma maioria de indivíduos de baixa renda no cenário econômico norte americano.

Para Harvey (2014), são essas revoltas populares que passam a frustrar o programa de suburbanização promovido pelas grandes corporações e elites políticas do país, como bem pontuou no seu ensaio *A Crise da Urbanização Planetária*. Aconteceu que nos idos dos anos 90 esse sistema teve a meta de criar novas formas de urbanização e de propagação e desenvolvimento do mercado imobiliário, atingindo nos anos 2000 o seu ápice. O Capital encontrou uma forma de investimento no mercado imobiliário e que consequentemente atraiu diversos consumidores. A resposta que a China vai dar para sair da crise é utilizando essa lógica de mercado para adentrar os interiores do país, onde dezenas de cidades foram reconstruídas e ampliadas para atender a demanda da especulação imobiliária. Além disso, muitas outras cidades foram construídas e iniciadas com o número zero de habitantes. Na pesquisa de Harvey, ainda consta que a China detém o maior índice de importação de cimento do mundo e de matérias-primas como o ferro e o cobre. Deste ponto de vista, o alerta que o referido autor faz está relacionado às questões não só de justiça social, mas também de ordem ambiental e política, alertando sobre os riscos de destruímos, através do capitalismo, uma infinidade de ecossistemas com a acumulação de capital dessa nova oligarquia global e institucionalizando cada vez mais a corrupção em vias democráticas, respectivamente.

Em 2007, a crise da economia em escala mundial repercutiu em níveis relativamente menores no Brasil e a saída para a crise foi a criação do programa Minha Casa Minha Vida, Posto em prática durante o governo Lula e somado ao processo de ampliação das concessões do benefício Bolsa Família. Desta maneira, o mercado consumidor não fora afetado drasticamente porque o poder de compra das massas não caiu e as empreiteiras somadas as grandes corporações, continuaram girando as engrenagens da especulação imobiliária da construção dos megaprojetos do Capital. Vale ressaltar ainda que em 2014 nós tivemos a Copa do Mundo no Brasil e fora posto em prática a reforma e ampliação de estádios nas cidades sede. Pouco mais de uma dezena de estádios foram construídos com um percentual de verba pública maior do que o investimento da iniciativa privada. Foram estimados os gastos de R\$ 25,6 bilhões de reais onde 83% desse valor foi de origem dos cofres públicos e o restante foi oriundo da iniciativa privada.

A realização da Copa do Mundo de 2014 só reforça a ideia de Harvey, principalmente quando ele abre uma discussão a respeito do preço do Capital para os megaprojetos, ou, como ele mesmo pontuou: “tudo o que o capital faz não é habitável”. No aspecto da moradia, embora tenhamos uma redução de 8% do déficit habitacional nos cinco anos do programa Minha Casa Minha vida, a questão da moradia parece algo interminável. De acordo com dados da Fundação Getúlio Vargas, em 2012 esse déficit era de 5,2 milhões de famílias, sendo que em Sergipe a tendência é que esse déficit só tenha a crescer até 2024. Ainda de acordo com o senso do IBGE feito em 2010, no estado de Sergipe o número de famílias vivendo em situação de vulnerabilidade social chega a 82.208 e dessa soma total, 61. 847 estão alocados em Aracaju.

O estádio de futebol Lourival Baptista, o popular “Batistão”, foi reformado e os gastos atingiram a casa dos R\$ 15.000.000,00 de reais, valor que poderia ser utilizado para a construção de quatrocentas casas populares, ao invés de servir para adequar um espaço público de lazer que seria futuramente utilizado para que uma seleção de futebol participante da Copa do Mundo de 2014 pudesse treinar. O fato é que Aracaju se transformou, em outras palavras, em um dormitório para que uma seleção de futebol pudesse participar de um grande evento, sendo apenas mais uma forma do neoimperialismo promovido por uma entidade particular europeia.

Grandes espaços de terras da cidade são postos aos empreendimentos que comportam um número relativamente baixo de indivíduos, enquanto é possível encontrar na mesma cidade uma ocupação com duas mil e trezentas famílias em um espaço menor de terra. Tudo isso é feito para que menos de uma dezena de famílias, compostas por seus ricos empresários e donos de empreiteiras lucrem, de modo que centenas de famílias de baixa renda sejam desapropriadas de suas casas para dar lugar a esses empreendimentos ocupados por outras famílias (de posse). Ainda sobre processos de desapropriação, os poderes executivo municipal e estadual promovem políticas de readequação de espaços públicos e desapropriam famílias que sequer são avisadas do planejamento da obra, e quando são avisadas ficam sem a certeza de se serão indenizadas e de quanto seria essa indenização. Na maioria dos casos a indenização fica muito abaixo do real valor do imóvel, isso quando a indenização é deferida. Esses moradores que passaram a vida toda trabalhando em dupla jornada ou então esperaram a aposentadoria para um dia sonharem com a conquista da casa própria, veem as suas realizações sendo ameaçadas pelo Estado. Essa política de desterritorialização é uma afronta à luta pela moradia, e joga

cada vez mais centenas de famílias para a periferia da cidade, negando-lhes acesso à educação, saúde, lazer, saneamento e etc. (LEFEBVRE, 2008).

É interessante observar nesse momento a relação de movimentos sociais, experts, políticos e militantes com a causa da Ocupação do Casarão do Parque, na cidade de Aracaju. Do mesmo modo, como aconteceu no bairro 17 de Março com as famílias da Ocupação Novo Amanhecer, a presença e participação dessas figuras tem sido crucial no fomento às garantias e no direito do povo na luta pela moradia em Sergipe. Assim como ocorreu no Novo Amanhecer, as famílias do Casarão do Parque se mobilizaram e resistiram à primeira reintegração de posse utilizando-se de botijões de gás e produtos inflamáveis na entrada. Aproveitaram também a presença de idosos, mulheres e crianças para evitar a invasão da polícia e mais uma vez a força coercitiva do Estado teve que recuar e o comando de operação resolveu suspender a ação. É preciso pontuar ainda que a cobertura midiática tem sido ampla no registro destes acontecimentos seja nos principais veículos de comunicação da TV do estado ou nos jornais digitais.

O meu objetivo com a estruturação desse capítulo, em princípio, não é indicar possíveis locais de moradia, muito menos trazer uma fórmula que solucione o problema de moradia em Sergipe, mas sim de mostrar como a política de desapropriação e desterritorialização é feita pelo Estado, e como a lógica hegemônica econômica vai empurrando cada vez mais as pessoas de baixa renda para os arredores da cidade. Mais que isso, precisamos entender como essa dinâmica econômica afetou os atores sociais desta pesquisa.

Ações de reintegração de posse e de desapropriação já foram postas em prática em vários bairros da cidade e de acordo com a Secretaria Municipal da Família e da Assistência Social, perfazendo um total de oito mil pessoas cadastradas que vivem em ocupações pela cidade, e deste total, três mil e setecentas e sessenta e oito pessoas foram beneficiadas com a posse de casas. Desde 2009, ainda de acordo com a secretaria, são cento e cinquenta mil pessoas inscritas no programa Minha Casa Minha vida só na cidade de Aracaju.

A característica dessas comunidades varia segundo sua constituição espacial, localização e estrutura das moradias; na cidade há possibilidade de encontrarmos grupos reduzidos de famílias que vivem em pequenas ocupações em praças, áreas ligadas a rotatórias de avenidas, debaixo de viadutos e nas margens de canais. Observa-se que a estrutura das moradias é levantada com sobras de madeiras, lona (preta), papelão, forros

de PVC, e em alguns casos, telhas de fibrocimento. Em outras comunidades com maior tempo de existência, constata-se a presença de construção de alvenaria, relativamente amplas. Podemos listar alguns bairros e comunidades como o bairro Aeroporto na comunidade Recanto da Paz, anteriormente chamada de Malvinas, no bairro 17 de Março, onde se encontrava a Ocupação Novo Amanhecer, objeto de estudo desta pesquisa; no bairro Coroa do Meio; no bairro Rosa Elze, conjunto Eduardo Gomes, bairro que fica na área da Grande Aracaju; no Centro, como já relatado, com o caso do Casarão do Parque e da Ocupação Dandara, que fica no antigo prédio do hotel Aperipê, na rua de São Cristóvão e que comporta setenta e oito famílias residentes no espaço há nove meses; e no bairro Aruana, o Recanto das Mangabeiras, localizado mais especificamente no loteamento Aquários, na zona de expansão de Aracaju, tratando-se de uma ocupação com a presença de duas mil e trezentas famílias organizadas pelo Motu, oriundas de outras ocupações da grande Aracaju como em Socorro, Barra dos Coqueiros e São Cristóvão.

No bairro Augusto Franco existiu por treze anos o Recanto dos Manguezais, comunidade que comportou cento e oitenta famílias em uma Área de Preservação permanente (APP), e assim como várias outras ocupações da cidade, não tinha uma liderança ou lideranças ligadas a movimentos ou partidos. Enquanto aqui escrevemos essas linhas, recebemos a informação do acontecimento de mais uma demolição de casas consideradas irregulares, que de acordo com uma ação cível, estariam em uma área da União, na zona norte de Aracaju, mais especificamente no Loteamento Joel Nascimento, que fica no Conjunto Bugio. As trinta famílias ali residentes afirmam morar no local há mais 20 anos e que pagavam normalmente as taxas de água e de energia, tendo à disposição os serviços de coleta de lixo regularmente.

Outrossim, ainda a respeito da dinâmica de urbanização, os bairros mais agraciados com os serviços públicos estão sempre nas áreas centrais da cidade (HARVEY, 2014), de modo que quem mora na periferia tem dificuldade ao acesso a este tipo de serviço. Em muitos bairros (de classe média) da cidade estes serviços também são dificultados, inviabilizando a inserção dos espaços urbanos no conceito de mobilidade urbana. Nesse sentido, observamos que pela falta de disponibilidade dos serviços públicos, os indivíduos são forçados a transitar por outros bairros até encontrar o que buscam.

Seguindo ainda essa linha de raciocínio, identificamos mais um exemplo clássico da lógica da dinâmica imobiliária a serviço do capital. No bairro Atalaia, na zona sul de

Aracaju, deparamo-nos com uma edificação de grandes dimensões, comportando mais de três andares, com centenas de cômodos, inacabado, abandonado, e pela sua fachada, é provável se tratar de um projeto arquitetônico de um hotel. Vale observar que na área externa da edificação existem diversos outdoors.



Imagem 67 - Aracaju é habitada por espaços vazios
(Print: maio de 2015)

Outro exemplo de um possível local de moradia em Aracaju é o prédio localizado ao lado da praça da Catedral, muito conhecido pelos populares como “Casarão do Parque”, que se encontrava abandonado desde o momento da conclusão de sua obra, há quinze anos. Nesta edificação, havia uma ação coletiva composta por quarenta e cinco famílias que somavam um total de cento e dez pessoas, sendo a metade delas composta por crianças. Havia na época uma preocupação com as famílias, porque o prédio era inacabado e nunca chegou a ser utilizado para fins domésticos ou comerciais. Essas famílias eram obrigadas a viver com suas crianças em apartamentos onde no lugar de janelas haviam buracos. Como de praxe, a prefeitura mais uma vez promove um processo de reintegração de posse e expulsa todos os moradores do local que passaram a se mobilizar e protestar nas ruas adjacentes ao edifício.

A dinâmica imobiliária em Sergipe não é diferente de outros lugares, está também sujeita a uma lógica capitalista. É possível observar, ainda na capital sergipana, espaços urbanos imensos, sem nenhum tipo de construção, habitação, sem funcionalidade social,

cabendo à prefeitura fiscalizar e dar a devida função social ao espaço. Em sua maior parte, esses terrenos são alvos constantes de reclamações de moradores que residem nas adjacências e que questionam o abandono dos imóveis. No entanto, o que se observa, são terrenos de espaços consideráveis, onde muitas dezenas, e em alguns casos, onde centenas de famílias poderiam residir, mas o que se encontra no lugar é vegetação sem poda e muita propaganda em outdoors, gerando poluição visual para quem está trafegando nas imediações.



Imagem 68 – No lugar de casas populares, temos propaganda
(Print: maio de 2015)

Segundo Lefebvre (2008), o processo de industrialização que tem o seu início no século XIX tem relação direta com a constituição espacial dos meios urbanos. Para entendermos a nossa realidade cosmopolita, globalizada e multicultural, é preciso uma reflexão profunda, de modo a percebermos como se dão as relações econômicas e como essa força externa e abstrata vai moldando as relações sociais com os espaços da cidade através da localização da produção industrial, o comércio e a disposição de meios e serviços, os transportes, dos conjuntos residenciais, e áreas de lazer, e etc. Se aplicada essa lógica à cidade de Aracaju, por exemplo, no sentido de constataremos essas relações com o espaço, fica nítido que o primeiro fator ou ponto fixo da cidade enquanto indutor de processos de desterritorialização que acontece ainda no centro da cidade, onde

obviamente existe uma gama de tipos de comércio com disposição de venda de produtos e serviços, de agências bancárias, de repartições públicas, de prédios onde ficam representantes de grandes corporações, e que no período noturno se torna reduto do que a sociedade normativa moralista execra, que é o comércio do sexo e das drogas.

Os famosos bordéis da cidade então ganham vida na noite e reinam absolutos entre toda selva de pedra onde o comércio não funciona e fica fechado. Prostitutas e travestis dividem os seus territórios nas ruas do Centro e disputam com moradores de rua, que em boa parte, são dados ao vício do álcool. No silêncio das ruas desocupadas pelas multidões e na sua penumbra da noite em um passeio de carro, observamos apenas as luzes dos isqueiros que inflamam os cachimbos improvisados em latas de bebidas para o consumo de crack. Famílias dormem nas calçadas com cobertores de papelão muitas vezes esperando grupos solidários com os sopões semanais distribuídos por pessoas ligadas a instituições religiosas.

Estabelecendo uma análise para compreendermos a constituição urbana desta cidade do ponto de vista do processo de industrialização e o que a sociedade chama de modernização, lembramos que poderíamos entender como o Capital age na urbanização da cidade, a partir do momento em que analisamos e compreendemos como funcionam as linhas de ônibus da cidade. A problemática da mobilidade urbana e do transporte coletivo, que é dito público, mas regido por empresas privadas, portanto, é pago. O transporte coletivo da capital é organizado por um grupo ínfimo de empresários que determinam as diretrizes do transporte, corrompendo vereadores que fomentam leis esdrúxulas e que lucram com o transporte de vidas que certamente eles encaram como mercadoria.

Parece-nos que as linhas de ônibus atendem apenas a esta lógica fabril, que carrega os trabalhadores em caixas de metal como se fossem gado. O transporte coletivo privado da cidade atende única e exclusivamente ao traslado dos operários às fábricas, dos funcionários aos seus respectivos comércios e shoppings da cidade, dos pedreiros às obras, dos professores às escolas, dos vigilantes aos seus postos e guaritas, dos porteiros às portarias, e etc. Mesmo que estejamos todos vivendo na era da pós-modernidade, ainda vislumbramos esse panorama de uma realidade preenchida de exploração entre os padrões acobertados pelos políticos e a classe trabalhadora, que para sobreviver, se submete à imobilidade de uma cidade inorgânica e mergulhada em caos.

A partir dos horários das disposições das linhas e dos ônibus pela cidade, bem como da disposição do seu serviço que é até meia noite, onde posteriormente só transita o famoso “Corujão” de uma e uma hora, compreende-se também a lógica do capital: entre 4h30 e 5h começa a movimentação dos ônibus pela cidade para atender a demanda de expedientes que iniciam entre à 6h e 8h. Nesses horários de saída dos ônibus das garagens de suas respectivas empresas existe um aumento significativo na frota, que diga-se, é de péssima qualidade. No entanto, entre 9h e 11h, existe uma redução do serviço de transporte na cidade, que ignora qualquer tipo de apoio ao fomento da organização política, da cultura e do lazer.

Será que nesses horários de redução da frota não teríamos pessoas indo à Câmara Municipal, à Assembleia Legislativa, a uma biblioteca, a uma apresentação de teatro de rua, à praia ou a um parque? No período da noite temos outra redução na frota de ônibus da cidade, principalmente a partir das 20h, já que o comércio fecha às 18h e é preciso o traslado do trabalhador para a sua casa. Mas será que esse trabalhador não tem direito ao lazer no período noturno, seja em bares, shows ou teatros? A questão é a que de alguma forma o trabalhador é confinado apenas a servir como força de trabalho e atender à lógica do capitalismo dentro de espaços urbanos. O mesmo ocorre aos fins de semana, onde a frota é reduzida: no domingo então ela é mínima, justamente no único dia de folga do maior percentual de trabalhadores da cidade. Essa frota, vale lembrar, é reduzida em mais da metade.

Deste modo, no desenvolvimento de uma análise dialética das principais organizações sociais, coletivos, associações de moradores, movimentos sociais e sindicatos, que lutam constantemente contra a omissão do poder público, que por sua vez confina as vidas humanas e nega, qualitativamente, a oferta de serviços básicos de manutenção do bem-estar social, previstos na Constituição de 1988 e na Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Pois bem, a partir da identificação de pressupostos segregacionistas e de confinamento promovidos tanto pelo Estado, como também pela sociedade civil, que alienada permite que o Capital crie e promova a manutenção de redutos inapropriados as condições de vida, fica evidente que a Ocupação Novo Amanhecer, igualmente a tantas outras ações coletivas é um mero reflexo dessa prática excludente da especulação imobiliária.

Na história recente da humanidade, podemos vivenciar uma série de mobilizações populares pelo mundo afora, onde a maior parte delas objetivava a queda de sistemas opressores. Presenciamos então a Primavera Árabe acontecer a partir de 2010, que consistiu em revoltas populares que eclodiam no Oriente Médio e no norte da África, a exemplo da Síria, Líbano, Jordânia, Egito, Líbia, Tunísia, entre outros. Essa onda revolucionária chegou também em alguns países da União Europeia, como a Espanha e Grécia. Nos EUA, em Wall Street, com o movimento Occupy que se espalhou por outras cidades como São Francisco, Chicago, Boston, Los Angeles e Portland, bem como em outras cidades do mundo, inclusive aqui em Aracaju, com uma atuação relativamente discreta do referido movimento.

Na América Latina, de maneira geral, houve uma crítica contra o populismo implementado, sobretudo pelo assistencialismo, por outras políticas mais pontuais e redes de conexão de agenciamento em bolsões de pobreza nas principais cidades do bloco. Tivemos também expressão com os movimentos em prol da reforma da educação no Chile e de movimentos contrários ao governo chavista na Venezuela. No Brasil, milhões de pessoas foram às ruas nas Jornadas de junho de 2013 por uma conjuntura de atuação liderada pelo Movimento Passe Livre que atingiu o objetivo com a revogação do aumento da tarifa do transporte coletivo na cidade de São Paulo. Depois das Jornadas de junho, nos meses que se seguem, as manifestações começam a perder força.

Em contrapartida, foi possível também experimentar a força estatal militarizada no combate e repressão dos movimentos populares. De 2013 a 2014, seja nas jornadas de junho ou nos protestos no ano seguinte contra a realização da Copa do Mundo, pudemos vivenciar e experimentar, por via de registros de fotografias e de vídeos, a maior expressão de violência policial e violação dos Direitos Humanos.

Foi notória a falta de preparo e contenção psicológica dos policiais. A violência foi extremamente desproporcional, não só na tentativa de controlar as massas nos protestos de milhares de pessoas, mas diariamente através da mídia alternativa e independente; foi possível verificar a violência e perseguição a trabalhadores camelôs, inclusive com registros de mortes. Nos protestos que se seguiram nas Jornadas de Junho de 2013 e nos protestos anti-copa, muitos indivíduos sofreram agressões físicas e verbais por parte de policiais. Em 13 de junho do mesmo ano, a jornalista do jornal Folha de São Paulo, Giuliana Vallone, foi atingida com uma bala de borracha no olho direito, caso que criou grande repercussão na mídia, talvez por ter se tornado, de certa maneira, uma

simbologia ou representação de um dispositivo midiático que se tornou vítima do seu próprio produto.

É com efeito que a fomentação e promoção desses megaeventos como a Copa do Mundo e Olimpíadas do Rio se inicia de maneira pragmática e obscura através dos processos de desapropriação de milhares de famílias espalhadas pelas cidades sede. O que na verdade nos chama a atenção é como o poder público dessas cidades espalha o medo e angústia entre essas famílias que vivem em ocupações e em situação de extrema vulnerabilidade social, promovendo incêndios criminosos nas comunidades. Existem muitos relatos de ocupações que sofreram com esses ataques, onde os moradores se deparavam com o cheiro forte de óleo diesel em barracos ou em árvores que contornavam a ocupação, na terra ainda molhada e inflamada. Esses mesmos moradores, em alguns casos, formam e organizam as suas próprias brigadas de incêndio, visto que, o Corpo de Bombeiros, estranhamente, nunca aparece.

Ainda convém lembrar que cada vez mais os executivos municipais, estaduais e federais têm o objetivo de promover um “photoshop social”: quando estão apreendendo mercadoria de vendedor ambulante, retirando moradores de espaços ocupados e impedindo a circulação e outras possíveis ocupações desses grupos que são forçados a vagar pela cidade, procurar e encontrar outros locais. Recentemente, debruçamo-nos sobre um ensaio publicado na revista eletrônica *Outras Palavras*, porém, publicado originalmente no jornal *The Guardian*. Esta matéria infelizmente nos trouxe fatos estarrecedores, embora muito relevantes para a pesquisa. De acordo com o texto, existe uma tendência denominada de “Arquitetura Hostil”, a qual consiste na prática da construção de locais, normalmente de comércio, com espaços que poderiam ser reaproveitados por transeuntes para sentar e descansar. Esses locais são visados por indivíduos em situação de vulnerabilidade e que vivem nas ruas das cidades.

Nos locais como batentes de vidraças, por exemplo, onde é possível sentar-se e até deitar-se, são colocados espetos de aço inox inviabilizando a permanência das pessoas no local. O dispositivo, de acordo com os arquitetos que defendem o segmento, serve também para repelir não só os moradores de rua, mas também skatistas. Não nos é estranho que a sociedade sempre encontre uma maneira de segregar e estigmatizar esses grupos, ou como bem colocou o Iain Borden, especialista em História da Arquitetura, essa tendência já existe desde a década de 1990: “[...] somos cidadãos da república apenas na medida em que estamos trabalhando ou consumindo mercadorias diretamente. Por isso é

aceitável, por exemplo, ficar sentado, desde que você esteja num café ou num lugar previamente determinado onde podem acontecer certas atividades tranquilas, mas não ações como realizar performances musicais, protestar ou andar de skate. É o que alguns chamam de ‘shoppinização’ do espaço público: tudo fica parecendo um shopping”.



Imagem 69 – Arquitetura hostil em Aracaju

(Foto: Diego Bragança, 2016)

É interessante observar como Estado e suas instituições, públicas e particulares agem de acordo com os seus interesses e como os agentes envolvidos na questão enxergam o fato e reagem, visto que estão insatisfeitos diante das circunstâncias que não lhes agradam. É difícil para esses grupos aceitarem que o morador de rua, sendo ele vulnerável e sem moradia, esteja ocupando espaços públicos. Na mesma matéria, a fala do skatista Dylan Leadley-Watkins também nos chama a atenção para os aspectos de resistência e ressignificação dos espaços públicos. Neste caso, o skatista ousou fazer um outro tipo de manobra em cima do skate, que ao entrar em contato com os espetos, freava o equipamento de imediato. Deste modo, o seu grupo de skatistas acabou ressignificando uma estrutura material e recriou uma manobra. “Hoje estamos mostrando que você ainda pode andar de skate aqui. O que quer que as autoridades façam para tentar destruir o espaço público, elas não podem se livrar das pessoas que frequentam a área sem ter que gastar dinheiro e fazer algo de que elas gostem. ”

Pela observação dos aspectos analisados, pressupõe-se a importância de revisarmos alguns pontos elencados neste breve diálogo. Relembrar e refletir sobre esses elementos nos leva a um exercício de compreensão das causas que levaram à formação e organização da ação coletiva estudada e os seus respectivos sujeitos. Essa tentativa nos leva para além dos fatos, de modo que possamos identificar como forças que atuam e convergem nos meios urbanos, tomando como ponto de partida a cidade de Aracaju e o seu status quo político.

Primeiro, consideramos relevante a busca por um outro olhar sobre a cidade, a qual se mostra bastante inorgânica. Por todos os lados de um meio urbano percebemos que os lugares são meramente projetados para atender às necessidades econômicas do mercado e o exemplo claro disso são os centros das cidades. Não precisamos ir muito longe para perceber essa característica. Até mesmo nos bairros mais afastados, com uma gama de pequenos comércios e negócios encontramos situações como caminhar pela calçada a um destino e ter que desviar dos carros que estão estacionados ilegalmente, impedindo o trânsito dos pedestres. Neste ponto, não podemos associar essa negligência a um mero aspecto do déficit educacional dos motoristas, pois, o fato se repete até mesmo onde se constroem estacionamentos privados. Basta um olhar concentrado para então constatar que teremos que desviar sempre de carros estacionados, mas que tomam praticamente toda a calçada, ainda que aquele local seja um local misto, direcionado para pedestre e também para estacionamento de carros. São bancos que poderiam ser praças, são supermercados que poderiam ser hospitais ou escolas: a lógica do capitalismo sobressai em qualquer instituição que promove o desenvolvimento humano e salvaguarda de ecossistemas.

Segundo, entendemos que se faz necessário considerar algumas questões concernentes às narrativas e memória, não só porque são os recortes antropológicos da presente pesquisa, mas porque esses dois elementos acabam, consequentemente, trazendo-nos informações significativas acerca de como os sujeitos observados aqui se veem diante da sociedade e da cidade, e de que maneira a especulação imobiliária mais as transformações dos cantos da cidade acabam implicando na memória coletiva desses sujeitos. Desta forma, compreende-se que existe uma dinâmica social vigente na cidade, as quais são balizadas não só pelo poderio econômico, mas também pelas tomadas de decisões políticas do oligopólio citadino.

Sem sombra de dúvidas, é relevante examinar como esses fluxos estão relacionados com a questão dos grupos que se encontram em estado de vulnerabilidade social. A respeito disso, tomamos como exemplo o próprio bairro 17 de Março. Em virtude do que foi mencionado anteriormente, podemos afirmar com segurança que o referido bairro se tornou reduto de aglutinação de indivíduos de baixa renda. O seu projeto carrega o ranço das oligarquias política e econômica desse estado. Se há pobreza nas ruas, se há indivíduos passando fome e sem um teto para morar, por que não amontar as pessoas para longe da cidade? Dado o exposto, foi possível perceber nas narrativas dos sujeitos que compuseram a ação coletiva aqui pesquisada que esse deslocamento e fluxo dos seus respectivos corpos em trânsito pelas margens e reféns dos interesses escusos dos verdadeiros donos da cidade acaba criando um sentimento de culpabilidade, não só internalizado como também enraizado por esses indivíduos.

No desenvolvimento das entrevistas com os principais atores sociais envolvidos com a causa da Ocupação Novo Amanhecer foi possível diagnosticar como está relacionada a questão da identidade e pertencimento, quando consideramos o meio em que vivem: majoritariamente, os depoentes colocam que se identificam com o bairro 17 de Março e com as pessoas que lá vivem e que se sentem pertencentes à comunidade. Contudo, esses indivíduos expressam relativo constrangimento quando falam sobre o sofrimento advindo das políticas segregacionistas e com o estigma social carregado por gerações. Não houve sequer um entrevistado que demonstrasse algum tipo de aversão ao bairro em que vive, bem como alguma forma de antipatia relacionada às pessoas que lá residem. De maneira oposta, acabam expondo o desejo pela vida em harmonia com os seus pares, como uma perspectiva de manutenção de um status balizado pela simplicidade e desenvolvimento social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sentimos que este é o momento de observar de que forma as palavras depositadas aqui terão impacto em outras realidades que estão para além do cenário e enredo abordados e costurados nesta colcha de retalhos. Um trabalho desenvolvido à luz da razão e à sombra das emoções, que embora contidas, revelam a nossa maior capacidade: a de permitir nos colocarmos no lugar do outro e fazermos com que o outro seja importado para dentro de nós, de sorte que o mesmo possa nos promover uma amplitude de ensinamentos, ao passo em que amplia os nossos olhares e a nossa compreensão acerca do mundo, que de tão plural, não há de caber nos livros produzidos e lançados até o fim dos tempos.

O primeiro passo foi dado em tempos de outrora e mergulhamos em um abismo quando percebemos a diferença entre o escopo que norteou essa busca e o seu resultado. Muito se pensou sobre como seria dado esse ponto de partida, e a ideia que mais martelava as nossas mentes sedentas consistia em criar possíveis caminhos para a realização de uma Antropologia que fosse pautada pela alteridade e pelo compartilhamento. À vista disso, fomos construindo o projeto deste trabalho contando com a elaboração do método etnográfico balizado pela (auto)representação dos seus sujeitos estudados, que ao serem observados, nos nutriram com os seus processos de significações e expressões simbólicas. Como uma via de mão dupla, estariam eles também reduzindo o tamanho desse abismo citado em linhas anteriores.

Um buraco figurado por diferenças claras, socialmente desenhadas e estruturadas e que tem a sua distância diminuída entre um ponto e outro, a partir do imprevisto de um tronco que pudesse interligar as duas partes de um todo e criando, conseqüentemente, uma ponte de comunicação. Certamente, as divergências foram pulverizadas ao apreendermos essa individualidade muito bem estabelecida por fronteiras mentais, gestuais e comportamentais. Estaríamos, desta forma, reconhecendo-nos enquanto indivíduos pertencentes a realidades díspares, que a partir dessa reflexão, passamos a nos retroalimentar de conhecimento e de muita sabedoria. Evidentemente, devemos sublinhar a respeito da implicação tecnológica nesses aspectos que foram anteriormente apreciados.

Estamos todos, indivíduos e sociedade, vivendo em uma era dos pensamentos e das ações globalizantes, onde somos regidos pelos aparelhos eletrônicos e, de certo modo, acabamos também regendo, mesmo que discretamente, esses adventos e reduzindo ao

máximo essas tais fronteiras que não mais nos separam a não ser pelo corpo físico. Esse corpo materializado, comporta em si, uma infinidade de facetas que denuncia o seu local de origem e que em movimento expõe o seu discurso e poder. As notícias e os acontecimentos que nos cercam e nos tomam, chegam de forma instantânea no nosso cotidiano, sem nenhuma edição nem apuração dos fatos. A palavra comunicação tem sido a chave para compreendermos a dinâmica tecnológica da atualidade.

Os outdoors perdem espaço para os anúncios no Facebook, os clássicos jornais impressos que tanto fizeram parte dos cafés da manhã da classe média brasileira perderam o prestígio pela facilidade e gratuidade da informação posta em sites na internet. Se nos tempos áureos, nas décadas de 1950 e 1960, um aparelho de televisão era compartilhado por toda uma família e vizinhos amigos que ficavam em comunhão para assistir à novela, hoje percebemos que em cada cômodo de uma residência, a “caixa de alma”, como denominam os indígenas Asuriní do Xingu, a respeito do aparelho televisivo, está bastante presente, principalmente no fomento da individualização, mesmo em um núcleo familiar consideravelmente numérico. Percebemos que essa individualidade ganha contornos estratosféricos quando percebemos que os jovens têm estado mais tempo com um smartphone, que é um verdadeiro escritório.

Por isso tudo, tratamos de identificar as dinâmicas que nos mostram a relação dos sujeitos que aqui foram observados com a tecnologia, mais especificamente com o ciberespaço. Foi imprescindível utilizarmos como método de análise do presente trabalho, a etnografia do ambiente virtual. O próprio fato de observarmos que uma ação coletiva carrega consigo um elemento ainda pouco destrinchado na literatura da antropologia política, já imputa um elemento de peculiaridade e de grande relevância para as pesquisas desenvolvidas acerca das diversas formas de atuação dos movimentos sociais, principalmente se considerarmos a sua inserção em âmbito regional.

De maneira genérica, o diagnóstico feito no que concerne a essa relação entre e os agentes e a rede virtual, mostrou-nos que a Ocupação Novo Amanhecer não teria efetivamente o tamanho da visibilidade que obteve se os seus atores sociais não estivessem empenhados com o fomento da publicização do grupo. A comunicação da ação coletiva foi estabelecida, basicamente através de dois dispositivos virtuais: o Blogger e o Facebook. Por meio do primeiro, os atores trataram de criar um local virtual com característica de um meio que pudesse implementar ao grupo um carácter de transparência. Estabelecida essa faceta do grupo, foi possível transmitir aos internautas,

uma infinidade de informações que iam, desde incursões policiais ilegais na comunidade, até a organização de reuniões entre o secretariado municipal e os coordenadores. Logicamente, essas informações eram disponibilizadas através da página do grupo na rede social Facebook.

Na busca por elementos relacionais com maior profundidade no uso do Facebook por parte dos atores sociais aqui observados, julgamos que houve pouca interação entre os administradores da página que eram legitimados pelo grupo e os internautas que seguiam a comunidade na rede social. Como posto anteriormente, o perfil dos seguidores da página estava mais restrito para indivíduos de classe média, universitários, que de alguma maneira estão ligados a movimentos sociais, coletivos, partidos de esquerda, dentre outros. O número de internautas observados, ligados às classes menos abastadas foi bastante reduzido. Fomos levados a acreditar, que essa falta de interação entre a administração da página e os seus respectivos seguidores tenha causado algum tipo de estagnação no que se refere ao angariamento de novos apoiadores.

O ponto que mais nos chamou atenção no aspecto da comunicação, diz respeito ao fomento de uma organização de midiativistas que atuou conjuntamente no dia 30 de julho de 2013 na ação de reintegração de posse. É com efeito, que a presença desses profissionais que contribuíram para registrar esse momento de elevada tensão social vivida pelo grupo, possibilitou a construção do sentido de memória enquanto um recorte antropológico que pudesse embasar a presente pesquisa. Não obstante, avaliamos que a relevância desses profissionais vai muito além do gesto de deixar um legado da fotografia e da memória do grupo. Evidentemente, a partir desse material de imagem, foi possível readaptar o método de análise, utilizando-se da fotoetnografia. Essa tentativa nos permitiu ter acesso à compreensão de uma gama de fluxos simbólicos que permeavam nas relações sociais de acirramento que a ocasião pedia. O momento em que a resistência do grupo ganha contornos mais sombreados eclode em detrimento da ação de reintegração, e neste evento o que se percebe é que cada corpo que transita naquele espaço e tempo denunciava a sua trajetória e a sua biografia. Esses recortes só nos são possíveis de serem conjecturados, hoje, passados quase três anos, porque conseguimos criar um banco de imagens e contextualizá-lo com as informações obtidas através das análises textuais dos jornais, que na época retrataram os acontecimentos deste dia.

Ainda convém lembrar que parte deste trabalho foi constituída através da busca e identificação de reportagens e matérias, disponíveis desde a época de suas respectivas

publicações em sites de jornais online referentes ao fatos e acontecimentos no estado de Sergipe. De início, objetivamos também examinar a relação desses jornais com as facções política locais. Contudo, só foi possível observar a relação de dois veículos de comunicação que são as das redes de televisão aberta e pertencentes à família dos Franco: a TV Atalaia e a TV Sergipe. O restante dos textos, artigos, matérias e reportagens que nos ajudaram a escrever essas linhas e a reescrever a memória dos atores sociais aqui observados, estão disponíveis nos seguintes sites: Jornal do Dia, Jornal da Cidade, Cinform, F5 News, Infonet, Click Sergipe, Contexto UFS, Brasil 247, dentre tantos outros.

Um aspecto observado muito claramente nesses veículos de comunicação é o uso do termo “invasão” ou “invasores”, para se dirigirem ao local de moradia ou aos moradores, respectivamente. O termo foi utilizando tanto pelos repórteres em suas narrativas em vídeos, como também nos que foram escritos, editados e publicados nos jornais online. O único site onde não encontramos essa linguagem foi o Contexto UFS. Ademais, observamos que o termo é costumeiramente utilizado em matérias que retratam a questão da moradia, e a sua presença denota uma prática discriminatória deveras enraizada no pensamento social do brasileiro.

Essas veiculações só servem como suporte para reforçar essa base que, em si, é excludente e apodrecida. Atendem exclusivamente às elites políticas que se beneficiam com o mercado de especulação imobiliária, que por sua vez se utiliza da segregação para empurrar cada vez mais famílias em situação de vulnerabilidade social para as margens da cidade. Sobre este sentimento de exclusão em que viveram essas famílias, avaliamos o nível de impacto do estigma gerado de forma individual, perceptível através de suas tessituras narrativas.

O que percebemos é que há uma considerável divergência de indivíduos que não se sentem incomodados e que são indiferentes à relação entre a palavra “invasão” e “ocupação”, e esses formam a menor parte do conjunto. Majoritariamente, o discurso é uníssono, e percebemos com clareza a influência dos debates que cercam esses movimentos sociais que problematizam o uso de termos usados em processos de significações que são, em sua totalidade, criminalizantes. Quando essa força atua em um determinado campo, percebemos como resultado, que temos uma parte considerável da sociedade já estabelecida, fortalecendo e reproduzindo esses discursos que negam os direitos de minorias e que excluem qualquer possibilidade de diálogo para o fomento de

políticas públicas concernentes à questão da moradia. O sentimento de exclusão foi o aspecto mais marcante desta pesquisa, identificado nos depoimentos dos moradores que se encontravam em um conjunto residencial nas adjacências da Ocupação Novo Amanhecer.

Pois bem, a situação é bastante complexa no que se refere à questão da moradia em Sergipe e a sua relação com o discurso dos estabelecidos. Por um lado, temos a mídia hegemônica que não promove a visibilidade desses grupos, e muitos menos denuncia o descaso do poder público. Do outro lado, temos o próprio poder público, e neste caso, mais especificamente, temos o executivo municipal que necessita garantir os seus interesses e das grandes corporações que atuam na cidade. E para fechar, encontramos ainda um sentimento descabido de ódio que é enraizado nos indivíduos que transitam por grupos e classes sociais diferentes.

A despeito das análises estritas ao dia 30 de julho de 2013, ou seja, o evento da ação de reintegração de posse, consideramos alguns elementos que possibilitaram o processo de resistência, bem como a obtenção de êxito desta ação coletiva e dos seus atores. Em um primeiro momento, devemos ponderar sobre as processualidades que se deram em um esquema que pode ser pensado a longo prazo. Estamos convencidos de que a Ocupação Novo Amanhecer é um movimento social construído sob baixa cooptação partidária e que no cerne de sua organização nós percebemos a atuação de seus atores por via da ação direta.

Deste modo, avaliamos que do mês de março à julho de 2013, as lideranças do grupo conseguiram criar estratégias de publicização que projetaram esses indivíduos em outros âmbitos da sociedade, embora sejam bastante limitados. Um exemplo muito claro do que estamos falando tem a ver com o atendimento médico e ambulatorial organizado por um servidor público que se sensibilizou com a causa e fomentou a ação em conjunto com a Secretaria Municipal de Saúde. Isto é, pensar que esses moradores anteriormente não tinham direito a consultas nem ao atendimento médico de urgência porque não podiam comprovar o local de residência, visto que moravam em habitações irregulares.

Ao se examinar esse aspecto de gestão do grupo e do baixo impacto de cooptação partidária, a comunidade pode se estabelecer em uma localidade que não possibilitava nenhum tipo de infraestrutura para a habitação e existência humana, e que não era vista com bons olhos pela vizinhança. Se auto gerindo, o grupo organizou e reorganizou o cotidiano dos moradores através de reuniões e assembleias gerais onde as tomadas de

decisões eram feitas democraticamente e com participação direta. Os problemas surgiam e eram resolvidos pelos próprios moradores que utilizavam da sua expertise para solucionar questões como eletricidade e distribuição da água. Foi fundamental a comunhão dos remédios, haja vista que muitos moradores não podiam adquirir esses medicamentos em farmácias.

A respeito da concessão do auxílio-moradia que era, a curto prazo, a melhor forma de resolver a questão da moradia para as trezentas e onze famílias acampadas no local, os próprios moradores se faziam representados e legitimavam pessoas do próprio convívio, em que percebiam a seriedade e o compromisso de tentar, por diversas vezes, a conquista do benefício. São incontáveis as reuniões em que essas representações tiveram oportunidade de estabelecer diálogo com o poder público e mostrar os problemas enfrentados pelo grupo. Avaliando todos esses elementos encaixados e desencadeados com o passar dos eventos, concluímos que a auto-organização desses moradores serviu de suporte para a obtenção de outros elementos que no dia 30 de julho de 2013, garantiram levaram o êxito da ação coletiva observada e a sua permanência no local.

Sobre a análise desenvolvida acerca da ruptura e tensão social vivida pelo grupo em um momento de acirramento contra os dispositivos coercitivos do Estado, imputamos aqui três elementos que demonstram de forma clara, o que levou a comunidade a permanecer no local. O primeiro fato é a presença massiva da imprensa: foram inúmeras as equipes de rádio e algumas poucas de televisão que estiveram fazendo a cobertura do conflito. Inquestionavelmente, os canais de televisão aberta permitiram, de alguma maneira, levar visibilidade a estes sujeitos. No aspecto da comunicação, como foi dito nos capítulos anteriores, presenciamos a atuação dos midiativistas.

Em um segundo momento, avaliamos que o trabalho desenvolvido em conjunto com a Defensoria Pública do Estado de Sergipe, que atuou diretamente no momento da ação de reintegração de posse, fez toda a diferença. A partir da presença dos dois defensores públicos, os moradores mobilizados estavam resguardados sob a égide da legalidade, e isso atrasou consideravelmente o papel do comando de operações que foi estabelecido para cumprir com a liminar da justiça que permitiria a desocupação da ação coletiva observada. Outro fato que atrasou a ação da polícia militar foi a presença de idosos e idosas, crianças e mulheres grávidas, que estavam presentes no acirramento. Estamos certos de que o comando da Polícia Militar do Estado de Sergipe, enquanto uma instituição que em tese, está a grosso modo, para servir e proteger a todo cidadão, não

gostaria de estar relacionada a imagem de uma corporação que promoveu a carnificina de um grupo de sem tetos.

O terceiro e último elemento que, em conjunto com os últimos dois, fez o endosso dessa complexidade de acontecimentos que se sucederam nesse fatídico dia, possibilitou que a comunidade permanecesse no local: a intervenção do então governador em exercício, Jackson Barreto (PMDB-SE), que ligou diretamente para o coronel Jackson Nascimento, comandante da operação, e lhe solicitou que cancelasse a ação imediatamente. Levando-se em consideração esses aspectos, acreditamos que a manutenção desse processo de resistência da Ocupação Novo Amanhecer só foi possível a partir da prática de uma cultura de empoderamento que estava atrelada ao desenvolvimento da comunicação do grupo com a sociedade, com as relações que foram estabelecidas com a expertise dos seus próprios moradores e também de militantes que atuaram em prol da causa e das suas estratégias bem definidas e inseridas no seu repertório de ações.

Outra preocupação constante no desenvolvimento da presente dissertação foi o resgate de memória coletiva empreendida para chegarmos às análises das trajetórias dos seus atores sociais e da sua relação com a prática da política enquanto dispositivo afirmativo e de ascensão social. Igualmente ao desempenho e preocupação do arqueólogo, que em suma, busca através da materialidade, os vestígios das sociedades pretéritas, passamos então a escavar uma parte da história da Ocupação Novo Amanhecer. Isso se deu, num primeiro momento, com a tentativa de contato estabelecida via Facebook, quando identificamos o perfil de Flaviano, que à época era uma das lideranças do movimento. Explicamos a nossa proposta, dialogamos e ele aceitou fazer o seu depoimento e colaborar com o desenvolvimento do presente trabalho.

A partir desse momento, criamos uma lista no diário de campo, com anotações dos principais personagens com os seus respectivos números para contato. De cinco contatos iniciais de moradores, partimos para pouco mais de trinta. A partir dessa rede de conexões, tecemos pacientemente as primeiras pinceladas para desempoeirar as informações que foram coletadas com os primeiros depoimentos. Munidos desses vestígios, avaliamos que a melhor forma de resgatar esse material seria através de filmagens, onde os atores poderiam, de maneira informal, falar das suas inquietações e dos acontecimentos relacionados ao que viveram e experimentaram na ocupação. Com os dados coletados, foi necessário quadricular setor por setor e armazenar essas primeiras

impressões antes de filtrá-las e relacioná-las com as informações preliminares advindas das reportagens e matérias dos jornais online. Para ampliar a análise dos dados e as presentes reflexões, cruzamos esses primeiros resultados com os resultados do diagnóstico da etnografia do ciberespaço e da fotoetnografia.

Em consequência do que foi exposto, mensuramos aqui a extrema relevância de podermos viabilizar o desenvolvimento da presente pesquisa, podendo balizá-la a partir do uso e da relação com os conceitos teórico-metodológicos da Antropologia que, por conseguinte, acabam nos permitindo criar uma forma de análise com base no dialogismo entre os atores observados e aqueles que observam. Nesse sentido, compreende-se que através dessas linhas escrita e reavaliadas, acabamos servindo apenas como um canal ou, alusivamente, como uma costureira, que de forma paciente e precisa, afere as medições do tecido disponibilizado para o corte e costura daquilo que em nossos discursos, temos o desejo de afirmar, para que em meio aos outros que tanto compõem a organização social, passemos finalmente a existir.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCAR, E. *Paisagens da memória: narrativa oral, paisagem e memória social no processo de construção da identidade*. Teoria & Pesquisa Vol. Xvi - Nº 02 - Jul/Dez de 2007.

ALONSO, Angela. *As Teorias dos Movimentos Sociais: um Balanço do Debate*. Lua Nova, São Paulo, 76: 49-86, 2009.

ALONSO, Angela. *Repertório, Segundo Charles Tilly: História de um Conceito*. sociologia&antropologia. v.02.03: 21-41, 2012.

AGENCIA BRASIL. **Número de casas vazias supera déficit habitacional brasileiro, indica Censo 2010**. Disponível em: <<http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2010-12-11/numero-de-casas-vazias-supera-deficit-habitacional-brasileiro-indica-censo-2010>> Acesso em 29 de março de 2016.

ANTÔNIO, Marcos; JESUS, Joscivanio de. **Por um Novo Amanhecer**. Disponível em: < <http://graduacao.unit.br/umnovoamanhecer/por-um-novo-amanhecer/>> Acesso em 09 de agosto de 2014.

AUYERO, J. *A Rede de Solução de Problemas do Peronismo*. Revista Brasileira de Ciência Política, nº10. Brasília, janeiro - abril de 2013, pp. 107-150.

BARTH, Fredrik. 1992. "Towards greater naturalism in conceptualizing societies". In: Adam Kuper (ed.) *Conceptualizing Society*. New York: Routledge, pp. 17-33

BARTHES, Roland. *S/Z*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 2002

Bourdieu, Pierre. *L'illusion biographique*. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales* (62-63):69-72, juin 1986.

BOURDIEU, Pierre. *A produção da crença: contribuição para uma economia dos bens simbólicos* / Pierre Bourdieu. - São Paulo: Zouk, 2002.

CAIUBY NOVAES, Sylvia. *A Construção De Imagens Na Pesquisa De Campo Em Antropologia*. Iluminuras, Porto Alegre, v.13, n.31, p.11-29, jul./dez. 2012.

CEFAÏ, Daniel. LAFAYE, Claudette. *LIEUX ET MOMENTS D'UNE MOBILISATION COLLECTIVE Le cas d'une association de quartier*. Les formes de l'action collective. Paris, Éditions de l'EHESS, 2001

CEFAÏ, Daniel. **Qu'est-ce qu'une arene publique? Quelques pistes pour une approche pragmatiste.** In: CEFAÏ, Daniel; JOSEPH, Isaac. *L'Heritage du pragmatisme. Conflits d'urbanité et épreuves de civisme.* La Tour d'Aigues: Editions de l'Aube, 2002.

CEFAÏ, Daniel. **Porquoi se mobilise-t-on?: Les Theories de L'action Collective.** Paris, La Decouverte, 2007.

CONSTRUÇÃO. **Construtora revela custos de empreendimento no "Minha Casa, Minha Vida".** < <http://construcaomercado.pini.com.br/negocios-incorporacao-construcao/95/artigo299235-1.aspx> > Acesso em: 19 de dez. de 2015

IPEA. Estudo aponta redução no déficit habitacional no país. < http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=20656 > Acesso em 25 de julho de 2015.

DE FRANCE, Claudine. **Cinema et Anthropologie.** Paris: Ed. de la Maison des Sciences de l'Homme, 1982.

DÍAZ, Raúl. *Personaje e Identidad Narrativa: Una Aproximación Metodológica.* Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 5, n. 12, p. 37-58, dez. 1999.

FOUCAULT, Michel, 1926-1984. 7.ed. *A arqueologia do sabei*/Michel Foucault; tradução de Luiz Felipe Baeta Neves, -7ed. - Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

GEERTZ, Clifford. **El antropólogo como autor.** Barcelona: Paidós, 1989.

GIDDENS, Anthony. *Sociologia.* 4.ed. Oxford: Polity Press, 2001.

GODOLPHIM, Nuno. *A Fotografia Como Recurso Narrativo: Problemas Sobre A Apropriação Da Imagem Enquanto Mensagem Antropológica.* Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 1, n. 2, p. 161-185, jul./set. 1995.

GOHN, Maria da Glória: **Teorias dos Movimentos Sociais – Paradigmas clássicos e contemporâneos. Paradigmas clássicos e contemporâneos.** 6ª Ed. São Paulo. Ed. Loyola, 2007 b.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva.* Presses Universitaires de France Paris, França, 1990.

KOZLOFF, Max. A subjetividade; a fotografia e suas múltiplas leituras. In: COLÓQUIO LATINO-AMERICANO DE FOTOGRAFIA, 2. Feito na América Latina. 1986.

KUSCHNIR, Karina. *Antropologia e Política*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo: p. 163 - 167 VOL. 22 Nº. 64, 2007.

LEFEBVRE, Henri. *O Direito à Cidade*. 5ª ed., Editora Centauro, São Paulo, 2008.

MASCLET, Olivier: *Bairro sem voz*. Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 18, n. 1. pp. 61-80. Junho de 2006.

McADAM, Doug. *Political Process and The Development of Black Insurgency, 1930-1970*. Chicago, University Of Chicago, 1999.

MÜLLER, Regina Pollo. *Corpo e imagem em movimento: há uma alma neste corpo*. Revista de Antropologia, São Paulo, Usp, 2000, V. 43 Nº 2.

MISCHE, Ann. *Partisan Publics: Communication and Contention Across Brazilian Youth Activist Networks*. Princeton, University Press, 2009.

NONJON, M., *Professionnels de la participation: savoir gérer son image militante*, Politix 2005/2, nº 70, p. 89-112.

PIENIZ, Mônica. *Novas configurações metodológicas e espaciais: etnografia do concreto à etnografia do virtual*. Revista Elementa. Comunicação e Cultura. Sorocaba, v.1, n.2, jul/dez 2009.

POLLAK, Michael. *Memória, Esquecimento, Silêncio*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

ROCHA, Ana Luiza Carvalho da. ECKERT, Cornelia. *Imagem Recolocada: Pensar A Imagem Como Instrumento De Pesquisa E Análise Do Pensamento Coletivo*. Iluminuras: série de publicações eletrônicas do Banco de Imagens e Efeitos Visuais, LAS, PPGAS, IFCH e ILEA, UFRGS. Porto Alegre,. N. 3 (2001), 12 p.

RIFIOTIS, Theophilos. Civitas. *Desafios contemporâneos para a antropologia no ciberespaço: O lugar da técnica*. Porto Alegre v. 12 n. 3 p. 566-578 set.-dez. 2012.

RIFIOTIS, Theophilos. *Etnografia no ciberespaço como repovoamento e explicação*. Trabalho apresentado na 29ª. Reunião Brasileira de Antropologia (03 a 06 de agosto 2014, Natal/RN).

SAMAIN, Etienne. *Antropologia de uma imagem "sem importância"*. ILHA - Florianópolis, v.5, n.1, julho de 2003, p. 47-64.

SEGATA, Jean. *Entre Sujeitos: O Ciberespaço e a ANT*. Rastros, v. 2, p. 78-92, 2009.

STRATHERN, Marilyn. 1998. "The concept of society is theoretically obsolete – For the motion (1)". In: Tim Ingold (ed.) *Key debates in anthropology*. London/New York: Routledge.

TARROW, Sidney. *O Poder em Movimento: Movimentos Sociais e Confronto Político*. Petrópolis, Vozes, 2009.

TILLY, Charles. *Contentious Performances*. New York, Cambridge, 2008.

TOURAINÉ, Alain. *Palavra e Sangue*. Campinas: Ed. UNICAMP, 1989.

TOURAINÉ, Alain. *Na Fronteira dos Movimentos Sociais*. Sociedade e Estado, Brasília, v. 21, n.1, p. 17-28, jan./abr. 2006.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo B. 2012. "Sociedade". In: Antônio Carlos de Souza Lima (org.) *Antropologia e direito: temas antropológicos para estudos jurídicos*. Rio de Janeiro; Brasília: Contra Capa; LACED/ABA, pp. 161-185.

ANTÔNIO, Marcos; JESUS, Joscivanio de. *Por um Novo Amanhecer*. Disponível em: <<http://graduacao.unit.br/umnovoamanhecer/por-um-novo-amanhecer/>> Acesso em: 09 de ago. de 2014.

INFONET. TRE cassa mandato do deputado federal João Daniel. <<http://www.infonet.com.br/politica/ler.asp?id=180256>> Acesso em: 09 de abril de 2016.

JORNAL DA CIDADE. Contra crise, Prefeitura de Aracaju corta 50% dos Cargos de Comissão. < <http://www.jornaldacidade.net/noticia-leitura/227/92267/contracrise,-prefeitura-de-aracaju-corta-50-dos-cargos-de-comissao-.html#.VnRmsfkrLIU> > Acessado em: 19 de dez. de 2015.

UOL. Imagens do Dia. < > Acesso em: 12/01/2016

OUTRAS PALAVRAS. Arquitetura hostil: as cidades contra seres humanos. <<http://outraspalavras.net/posts/arquitetura-hostil-as-cidades-contra-seres-humanos/>> Acesso em 25 de julho de 2015

Página do Movimento Terra Livre no Facebook. Disponível em: <<https://www.facebook.com/TerraLivreCampoCidade?fref=ts>> Acesso em 10 de agosto de 2014.

Página da Ocupação Novo Amanhecer no Facebook. Disponível em: <<https://www.facebook.com/pages/Ocupa%C3%A7%C3%A3o-Novo-Amanhecer/243578619116743>> Acesso em 11 de agosto de 2014.

REDE EXTREMO SUL. Resistência e enfrentamento: Força à Ocupação Pinheirinho. <<https://redeextremosul.wordpress.com/2012/01/13/resistencia-e-enfrentamento/>> Acesso em 25 de julho 2015.

MASSA CINZENTA. Minha Casa Minha Vida não contém déficit habitacional. Disponível em: <http://www.cimentoitambe.com.br/minha-casa-minha-vida-deficit-habitacional> Acesso em 29 de março 2016.